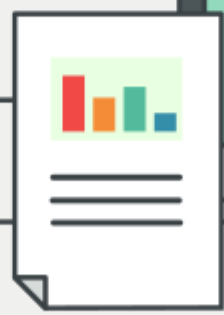




RELATÓRIO CPA



**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE NO
EXERCÍCIO DE 2016**

Reitora

Sônia Regina de Souza Fernandes

Pró-reitora de Administração

Delides Lorensetti

Pró-reitora de Ensino

Josefa Surek de Souza

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Cladecir Alberto Schenkel

Pró-reitor de Extensão

Fernando José Garbuio

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Robert Lenocho

Campus Avançado Abelardo Luz

Diretora-geral *pro tempore*: Ivania Marini Piton

Campus Araquari

Diretor-geral: Jonas Cunha Espíndola

Campus Blumenau

Diretora-geral *pro tempore*: Marilane Maria Wolff Paim

Campus Brusque

Diretor-geral *pro tempore*: Hélio Maciel Gomes

Campus Camboriú

Diretor-geral: Rogério Luis Kerber

Campus Concórdia

Diretor-geral: Nelson Geraldo Golynski

Campus Fraiburgo

Diretor-geral *pro tempore*: Fábio José Rodrigues Pinheiro

Campus Ibirama

Diretor-geral *pro tempore*: Fernando José Taques

Campus Luzerna

Diretor-geral *pro tempore*: Eduardo Butzen

Campus Rio do Sul

Diretor-geral: Ricardo Kosoroski Veiga

Campus Santa Rosa do Sul

Diretor-geral: Deivi de Oliveira Scarpari

Campus São Bento do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Samuel Henrique Werlich

Campus São Francisco do Sul

Diretor-geral *pro tempore*: Amir Tauille

Campus Avançado Sombrio

Diretora: Elizete Maria Possamai Ribeiro

Campus Videira

Diretora-geral *pro tempore*: Rosângela Aguiar Adam

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Gestão 2015-2016

Campus Araquari

Fernanda Carvalho

Campus Luzerna

(Presidente) Paulo Roberto da Silva

Campus Blumenau

(Vice-presidente) Mateus Moraes Bueno

Campus Camboriú

Andressa Grazielle Brandt

Campus Concórdia

Daniel Farias Mega

Campus Ibirama

Ana Silvia de Lima Vielmo Rodrigues

Campus Rio do Sul

Fabio Alexandrini

Campus Santa Rosa do Sul

Cristiano Antonio Pochmann

Campus Sombrio

Eddy Ervin Eltermann

Campus São Francisco do Sul

(Secretário) José Guterres Carminatti

Campus Videira

Denise Danielle Pagno

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Gestão 2017-2018

Campus Araquari

Guilherme Mota

Campus Luzerna

Alessandro Braatz

Campus Blumenau

Hélvio Silvester Andrade de Sousa

Campus Camboriú

(Vice-presidente) Leonardo Campos

Campus Concórdia

Rodrigo Nogueira Giovanni

Campus Ibirama

Ana Silvia de Lima Vielmo Rodrigues

Campus Rio do Sul

Antonio Fidelis

Campus Santa Rosa do Sul

Louise Farias da Silveira

Campus São Bento do Sul

(Presidente) Nágila Cristina Hinckel

Campus Sombrio

Alessandro Bagatini

Campus São Francisco do Sul

Ewerton Silva

Campus Videira

(Secretário) Ramon Silva da Cunha

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 HISTÓRICO DO IFC.....	6
1.1.1 Identificação e atributos da Unidade.....	7
1.1.2 Apresentação dos <i>campi</i>	8
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Araquari.....	11
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Blumenau.....	11
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Camboriú.....	12
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Concórdia.....	13
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Ibirama.....	14
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Luzerna.....	15
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Rio do Sul.....	15
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Francisco do Sul.....	16
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul.....	17
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Sombrio.....	18
Dados do Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Videira.....	19
1.2 COMPOSIÇÃO DA CPA.....	20
1.3 COMPOSIÇÃO DAS CLA.....	20
1.4 HISTÓRICO DA COMISSÃO CPA 2015 – 2016.....	22
2. METODOLOGIA.....	24
a) Alinhamento do instrumento de coleta de dados.....	24
b) Organização do instrumento no sistema.....	25
c) Ações de sensibilização da comunidade acadêmica.....	25
d) Aplicação do instrumento de coleta de dados.....	26
e) Levantamento dos dados e resultados da aplicação.....	26
f) Análise dos dados.....	27
3. DESENVOLVIMENTO.....	28
3.1 EIXOS E DIMENSÕES.....	28
a) Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.....	28
b) Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional.....	29
c) Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.....	30
d) Eixo 4 - Políticas de Gestão.....	31
e) Eixo 5 - Infraestrutura Física.....	32
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	34

4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 1 (PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL).....	35
4.2 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 2 (DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL).....	36
4.3 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 3 (POLÍTICAS ACADÊMICAS) .	38
4.4 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 4 (POLÍTICAS DE GESTÃO)...	42
4.5 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 5 (INFRAESTRUTURA FÍSICA)	45
5. PLANO DE AÇÃO COM BASE NAS ANÁLISES.....	46
5.1 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS CONSIDERANDO AS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2015.....	46
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.....	46
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	47
Eixo 3: Políticas acadêmicas.....	51
Eixo 4: Políticas de Gestão.....	51
Eixo 5: Infraestrutura Física.....	52
5.2 AÇÕES SUGERIDAS PELA CPA, CONSIDERANDO-SE AS ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO 2016 E AS AÇÕES EXECUTADAS COM BASE NO RELATÓRIO 2015. . .	53
Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional.....	53
Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional.....	54
Eixo 3 - Políticas Acadêmicas.....	54
Eixo 4 - Políticas de Gestão.....	55
Eixo 5 - Infraestrutura Física.....	55
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
ANEXOS.....	57

1. INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO DO IFC

O Instituto Federal Catarinense (IFC) integra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e foi instituído pela Lei nº 11892/08. A Rede abrange todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial e continuada (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

O IFC, com sede (Reitoria) no município de Blumenau/SC, nasceu da união entre as Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e os Colégios Agrícolas de Camboriú e Araquari, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

A tradição dessas instituições de ensino estava pautada na oferta de cursos técnicos, principalmente o curso técnico em Agropecuária. Durante mais de 50 anos, até a criação da Lei nº 11.892/08, estas escolas técnicas e agrotécnicas se especializaram na formação de jovens para o mundo do trabalho. A oferta da educação superior deu-se apenas após a criação dos Institutos Federais, os quais, de acordo com a sua lei de criação, são equiparados às universidades federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior.

A instituição possui atuação em diversos segmentos, de acordo com os arranjos produtivos locais e potencialidades regionais, abrangendo em seus cursos desde as áreas de Eletrometalmecânica e Indústria Química até de Turismo e Agropecuária.

Nos momentos seguintes à sua criação, essa instituição experimentou um rápido crescimento, estimulado pelo programa de Expansão Federal. Atualmente conta com 15 *campi*, distribuídos no estado, e a Reitoria, localizada em Blumenau, conforme a Figura 1 que segue.

Figura 1 - Mapa de abrangência institucional



Segundo os dados do censo interno divulgado em setembro de 2016, o Instituto Federal Catarinense conta atualmente com 1.807 servidores – técnico-administrativos (784) e docentes (907 efetivos e 116 substitutos = 1023) – e com cerca de 11.708 estudantes nos diversos níveis e modalidades de ensino ofertadas (cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, Certific, Mulheres Mil, Pronatec, Proeja, EAD, técnico, graduação e pós-graduação). Da totalidade de servidores, há cerca de 49% de técnicos administrativos, e 51% se distribuem entre docentes efetivos, temporários e substitutos.

1.1.1 Identificação e atributos da Unidade

Órgão de Vinculação: Ministério da Educação

Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

Denominação Abreviada: Instituto Federal Catarinense

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

CNPJ: 10.635.424/0001-86

Autarquia criada nos termos da Lei nº 11.892, de 20 de dezembro de 2008

Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico

Telefone da Comissão Própria de Avaliação: (47) 3331-7800

Endereço de E-mail da Comissão Própria de Avaliação: cpa@ifc.edu.br

Endereço postal: Rua das Missões, nº 100 - CEP 89.051-000 - Blumenau - SC

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Rua das Missões, nº 100

Blumenau - SC

Fone (47) 3331-7800

CEP: 89051-000

Reitora atual: Sônia Regina de Souza Fernandes

1.1.2 Apresentação dos *campi*

Unidades	
<p><i>CAMPUS</i> ABELARDO LUZ www.aberlardoluz.ifc.edu.br Rua Egidio João Guerra, nº 700 Bairro Alvorada (junto ao Colégio Irineu Bornhausen) CEP 89830-000</p>	<p><i>CAMPUS</i> ARAQUARI www.araquari.ifc.edu.br Rodovia BR 280 – Km 27 Caixa Postal 21 Araquari/SC CEP: 89.245-000 (47) 3803-7200 Diretor-geral: Jonas Cunha Espíndola</p>
<p><i>CAMPUS</i> BLUMENAU www.blumenau.ifc.edu.br Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81 Badenfurt Blumenau/SC CEP: 89070-270 Telefone: (47) 3702 1700 Diretora-Geral <i>pro tempore</i>: Marilane Maria Wolff Paim</p>	<p><i>CAMPUS</i> BRUSQUE www.brusque.ifc.edu.br Rua Hercílio Luz, nº 373 Centro Brusque/SC CEP: 88.350-301 (47) 3396-0080 / (47) 3354-2095 Diretor-geral: Antonio Alir Dias Raitani Júnior</p>
<p><i>CAMPUS</i> CAMBORIÚ www.ifc-camboriu.edu.br Rua Joaquim Garcia, s/nº Camboriú/SC CEP: 88340-055 (47) 2104-0800 Diretor-geral: Rogério Luís Kerber</p>	<p><i>CAMPUS</i> CONCÓRDIA www.ifc-concordia.edu.br Rodovia SC 283 KM 08 Caixa Postal 58 Concórdia/SC CEP: 89703-720 (49) 3441-4800 Diretor-geral: Nelson Geraldo Golynski</p>
<i>CAMPUS</i> FRAIBURGO	<i>CAMPUS</i> IBIRAMA

<p>www.fraiburgo.ifc.edu.br Rua Cruz e Souza, nº100, Centro Fraiburgo/SC CEP: 89580-000 Telefone: (49) 3246-9850 comunicacao@fraiburgo.ifc.edu.br</p> <p>Diretor-geral: Fabio José Rodrigues Pinheiro</p>	<p>Rua Getúlio Vargas, 3006 Bela Vista Ibirama/ SC CEP: 89.140-000 (47) 3357 6200</p> <p>Diretor-geral: Fernando Taques</p>
<p><i>CAMPUS LUZERNA</i> www.luzerna.ifc.edu.br Rua Vigário Frei João, nº 550 Centro Luzerna/SC CEP: 89.609-000 (49) 3523-4300 Diretor-geral: Eduardo Butzen</p>	<p><i>CAMPUS RIO DO SUL</i> www.ifc-riodosul.edu.br SEDE – Estrada do Redentor, nº 5.665, Canta Galo Rio do Sul/SC CEP: 89.160-000 (47) 3531-3700 UNIDADE URBANA Rua Abraham Lincoln, 210 Jardim América Rio do Sul/SC (47) 3525-8600</p> <p>Diretor-geral: Ricardo Kosoroski Veiga</p>
<p><i>CAMPUS SANTA ROSA DO SUL</i> www.ifc-sombrio.edu.br Rua das Rosas, s/nº Vila Nova Santa Rosa do Sul/SC CEP: 88.965-000 (48) 3534-8000 /</p> <p>Diretor-geral: Deivi de Oliveira Scarpari</p>	<p><i>CAMPUS SÃO BENTO DO SUL</i> www.sbs.ifc.edu.br Rua Paulo Chapiewski, Centenário São Bento do Sul/SC (47) 3331.7800 / 96157762</p> <p>Diretor-Geral <i>pro tempore</i>: Samuel Henrique Werlich</p>
<p><i>CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL</i> www.saofrancisco.ifc.edu.br Rodovia Duque de Caxias, s/n Bairro Iperoba CEP: 89.240-000 Institucional: Telefone: (47) 3233-4000 Diretor-geral: Amir Tauille</p>	<p><i>CAMPUS SOMBRIO</i> sombrio.ifc.edu.br Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, nº 818, Januária Sombrio/SC CEP: 88.960-000 (48) 3533-4001 Diretor: Anderson Sartori</p>
<p><i>CAMPUS VIDEIRA</i> videira.ifc.edu.br Rodovia SC 135, Km 125 Campo Experimental</p>	

Videira/SC CEP: 89.560-000 (49) 3533-4900 Diretora-geral: Rosangela Aguiar Adam	
--	--

Cursos Superiores do IFC	
<i>CAMPUS ARAQUARI</i> Bacharelado em Medicina Veterinária Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Ciências Agrícolas Licenciatura em Química Tecnólogo em Redes de Computadores	<i>CAMPUS BLUMENAU</i> Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Licenciatura em Pedagogia
<i>CAMPUS CAMBORIÚ</i> Bacharelado em Sistemas de Informação Licenciatura em Matemática Licenciatura em Pedagogia Tecnólogo em Negócios Imobiliários Tecnólogo em Sistemas para Internet	<i>CAMPUS CONCÓRDIA</i> Bacharelado em Agronomia Bacharelado em Engenharia de Alimentos Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática Bacharelado em Medicina Veterinária
<i>CAMPUS IBIRAMA</i> Tecnólogo em Design de Moda	<i>CAMPUS LUZERNA</i> Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação Bacharelado em Engenharia Mecânica
<i>CAMPUS RIO DO SUL</i> Bacharelado em Agronomia Bacharelado em Ciência da Computação Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Engenharia Mecatrônica	<i>CAMPUS SANTA ROSA DO SUL</i> Engenharia Agrônoma Licenciatura em Matemática Tecnólogo em redes de Computadores Tecnólogo em Gestão de Turismo
<i>CAMPUS SÃO FRANCISCO</i> Tecnólogo em Logística Tecnólogo em Redes de Computadores	<i>CAMPUS SOMBRIO</i> Tecnólogo em Redes de Computadores Tecnólogo em Gestão de Turismo Licenciatura em Matemática
<i>CAMPUS VIDEIRA</i> Bacharelado em Ciência da Computação Licenciatura em Pedagogia	

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari*

Criado em 26 de fevereiro de 1954, por acordo celebrado entre a União e o estado de Santa Catarina, conforme publicação no Diário Oficial da União nº 63, de 18 de março de 1954, o Colégio Agrícola iniciou suas atividades em 1959. Em 1968, passou a ser vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Decreto nº 62.163, de 25 de janeiro de 1968, estando desde então integrado ao sistema federal de ensino. Um dos pioneiros do ensino agrícola no estado de Santa Catarina e tradicional educandário localizado no município de Araquari, situado às margens da BR-280, rodovia de ligação entre os municípios de Joinville, Araquari e São Francisco do Sul, a instituição formou, ao longo dos seus mais de 50 anos de existência, profissionais especializados em agropecuária. Por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passou a integrar o Instituto Federal Catarinense. Isso significou uma nova realidade aos jovens catarinenses, possibilitando a criação de novos cursos técnicos e de nível superior (tecnologia, bacharelado e licenciaturas), além de cursos pós-graduação, de acordo com os arranjos produtivos locais, baseados nas tendências de mercado. O IFC tem respondido, dessa forma, com mais agilidade e eficiência às demandas crescentes, na formação de recursos humanos e difusão de conhecimentos científicos.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus Blumenau*

As atividades do Instituto Federal Catarinense - *Campus Blumenau* tiveram início em fevereiro de 2012, com o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, em uma estrutura cedida pela comunidade do bairro Badenfurt. Em agosto de 2013, iniciaram as aulas da primeira turma do curso superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em julho de 2014, após o término das obras de reforma das antigas instalações da empresa Bernauer, ocorreu a solenidade de inauguração oficial do *campus* e o descerramento da placa inaugural.

Este evento representou a entrega do *Campus Blumenau* à comunidade do Vale do Itajaí. Ainda em 2014, a partir do mês de agosto, passou-se a oferecer à população dois cursos técnicos gratuitos: de Eletromecânica e de Mecânica. Os dois cursos são ofertados na modalidade subsequente, ou seja, dirigidos a alunos que já concluíram o ensino médio. Nesse mesmo ano, foram investidos cerca de R\$ 700 mil para aquisição de equipamentos e de material de consumo para laboratórios desses dois cursos. Em 2015, o *Campus Blumenau* torna-se pioneiro na cidade ao oferecer o primeiro curso superior, 100% presencial e gratuito, de licenciatura em Pedagogia. Atualmente, cerca de 300 alunos estudam no *campus*. Com um

corpo docente qualificado – 80% são mestres e doutores, e 20% são especialistas – o *campus* conta com o trabalho de 39 professores e 31 técnicos administrativos preparados para atender alunos, pais e comunidade em geral. Possui uma área construída de 3.519 m². São 16 salas de aula, 11 laboratórios, uma biblioteca, um Ginásio Poliesportivo, com área de 1.550 m², além de salas de professores e área administrativa.

Os cursos são 100% gratuitos, havendo ainda a possibilidade de concessão de auxílio financeiro para estudantes em situação de vulnerabilidade social. O ingresso é feito via Exame de Classificação, no caso dos cursos técnicos, e via Enem e Sisu para os cursos superiores. O *Campus* Blumenau localiza-se no bairro Badenfurt, na Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81, perpendicularmente às margens da BR-470.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Camboriú

O *Campus* Camboriú, até final de 2008, era denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o governo federal e o estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial da União em 15 de abril de 1953.

Em 1962, foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o curso ginásial Agrícola. Em 1965, houve a criação do curso técnico em Agricultura, que passou, em 1973, a denominar-se curso técnico em Agropecuária.

Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica, por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação (MEC). O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau Profissionalizante. Em 1990, o CAC passou a oferecer o curso técnico em Agropecuária, na modalidade subsequente ao ensino médio.

Apesar de ser uma instituição nomeada como *agrícola*, a partir de 2000 passou a ofertar outros cursos nas áreas do conhecimento de Informática e Meio Ambiente. Em 2003, percebendo a necessidade do mercado de trabalho local, iniciou a oferta do curso técnico em Transações Imobiliárias e, da mesma forma, a partir de 2008, do curso técnico em Turismo e Hospitalidade.

No ano de 2007, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

No final de 2008, com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Agrícola de Camboriú – CAC – transformou-se num *campus* do Instituto Federal Catarinense, atendendo à chamada pública do Ministério da Educação para que as escolas agrícolas se tornassem institutos federais, possibilitando a oferta de, além dos cursos em nível médio, também de cursos superiores e de pós-graduação.

Atualmente o *campus* conta com 142 docentes, 80 técnicos administrativos e 1605 discentes.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Concórdia iniciou as atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Formou a primeira turma em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformada em autarquia federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do Anexo I, do Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, através da Lei nº 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se *Campus* Concórdia.

O *Campus* Concórdia é uma instituição de ensino que oferece educação de nível básico, técnico e superior em diferentes modalidades e áreas do conhecimento. O *campus* ministra os cursos: Técnico em Alimentos, Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática para Internet – integrados ao ensino médio; cursos superiores de Agronomia (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Física (licenciatura), Matemática (licenciatura) e Medicina Veterinária (bacharelado). Oferece também formação inicial e continuada, pós-graduação, educação de jovens e adultos, além de programas sociais do governo federal.

A área total do *Campus* Concórdia é de 253 hectares, com aproximadamente 35 mil metros quadrados de área construída. A instituição está localizada em Concórdia, no Oeste de

Santa Catarina, entre o Bairro Fragosos e o Distrito de Santo Antônio, no quilômetro 17 da Rodovia SC 283. Os cursos têm ampla infraestrutura instalada, professores e técnicos altamente qualificados.

O quadro de pessoal do *campus* é composto por docentes e técnicos administrativos efetivos, docentes contratados, profissionais terceirizados e estagiários, somando em torno de 270 pessoas.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Ibirama

Em 1897, no início da colonização, a cidade recebeu o nome de Hamônia. Com a emancipação, em 1934, passou a se chamar Dalbérgia. Em 1943, ganhou seu batismo definitivo: em linguagem indígena, *Ibirama* significa, apropriadamente, “terra da fartura”.

A partir daí, Ibirama tornou-se sede da primeira reserva indígena do país, a Duque de Caxias, que abrigou 1.300 índios das etnias Kaingang, Xokleng e Guarani em um território que inclui hoje os municípios de José Boiteux e Vitor Meirelles.

Segundo o Censo IBGE/2010, as atividades econômicas de maior destaque regional são o vestuário, o setor têxtil, a agricultura, a indústria madeireira, o turismo ecológico e a prestação de serviços, gerando um PIB de mais de 190 milhões e uma renda *per capita* de 11,188 mil reais – o que faz a cidade de Ibirama se destacar no Alto Vale do Itajaí e ser extremamente favorável para novas oportunidades.

Em 2010, o *Campus* Avançado Ibirama foi instalado e esteve vinculado ao *Campus* Rio do Sul até 03 de fevereiro de 2011. A unidade foi inaugurada em 1º de fevereiro de 2010, no antigo Colégio Hamônia, iniciando suas atividades no segundo semestre de 2010 com o curso técnico em Informática. O *Campus* Ibirama dista aproximadamente 20 km de Rio do Sul e está a 70 km da Reitoria (Blumenau), sendo considerada, portanto, uma unidade estratégica para o Instituto Federal Catarinense.

Em 04 de fevereiro de 2011, o *Campus* Ibirama, através de uma solenidade, deu início ao seu funcionamento regular, deixou de pertencer ao *Campus* Rio do Sul e passou a ter vinculação direta à Reitoria do IFC, instalada em Blumenau.

A partir do primeiro semestre de 2011, foram ofertados os cursos técnicos, integrados ao ensino médio, em Eletromecânica e Vestuário. A integração entre ensino médio e técnico facilita o acesso de jovens à educação profissionalizante. Já em 2012, são lançadas as modalidades subsequentes dos cursos de Eletromecânica e Vestuário, e a modalidade integrada do curso de Informática.

Em 2014, passou-se a ofertar o curso técnico em Administração, bem como o curso de tecnologia em Design de Moda. No ano de 2016, iniciaram-se as atividades da especialização *lato sensu* em Educação e Interdisciplinaridade e também a modalidade Proeja com qualificação em Administração Comercial. Ainda, em 2017, inicia-se a especialização *lato sensu* em Moda, cumprindo-se, assim, a meta de verticalização de ensino.

Atualmente, o *Campus* Ibirama conta com 60 servidores e possui cerca de 430 alunos em todos os cursos ofertados.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Luzerna

As instalações físicas e a infraestrutura de salas de aula e laboratórios que hoje pertencem ao Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus* Luzerna foram fundadas em 1999, para abrigar a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe (ETVARPE), instituição que, até 2008, ofereceu cursos técnicos e profissionalizantes para estudantes de Luzerna e região.

Em 2010, ocorreu a federalização da ETVARPE, que passou a integrar o Instituto Federal Catarinense (IFC). Em 25 de março, iniciam as aulas dos cursos técnicos de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho. Em 2011, ocorre a criação do primeiro curso superior: Engenharia de Controle e Automação. Em julho de 2012, o *campus* deixa de ser ligado administrativamente ao *Campus* Videira e se torna *Campus* Luzerna. Em 2013, tem início o segundo curso superior: Engenharia Mecânica. Em 2014, inicia-se o *ensino médio integrado* (Segurança do Trabalho e Automação Industrial).

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, tem sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado.

Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, e as atividades letivas de 2º grau (ensino técnico em nível médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A primeira turma do curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária teve 120 alunos matriculados, dos quais 89 colaram grau no dia

06 de junho de 1998. Esta unidade do IFC já formou 1.294 alunos de 122 municípios (incluindo-se todos os que compõem a região do Alto Vale do Itajaí), oriundos de seis estados.

Com a criação do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Rio do Sul, a instituição ampliou o seu foco inicial voltado aos cursos na área agrícola para novas tecnologias e também destinados a outros níveis de ensino. Com um quadro de professores qualificado, o *Campus* Rio do Sul vem oferecer à população da região do Alto Vale do Itajaí cursos técnicos e superiores públicos, gratuitos e de qualidade.

A unidade sede, localizada na Serra Canoas, disponibiliza aos alunos uma estrutura com laboratórios, biblioteca, internato, refeitório, ginásio, campos de futebol, unidades de ensino e pesquisa, nas áreas agrícola, agroecológica, florestal e zootécnica, esta última dividida em animais de pequeno, médio e grande porte. Além da unidade sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o *Campus* Rio do Sul possui uma unidade urbana, localizada na região central de Rio do Sul, que disponibiliza aos seus acadêmicos laboratórios de informática, eletroeletrônica, agrimensura, matemática e física, salas de aula, auditório e biblioteca. As novas condições de estruturas funcionais favorecem a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* São Francisco do Sul

O processo de instalação do *Campus* São Francisco do Sul teve seu início em janeiro de 2010, através de contato mantido entre a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e a direção-geral do IFC *Campus* Araquari.

As atividades do *Campus* São Francisco do Sul iniciaram em março de 2010, com o curso técnico em Informática, ofertado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira. Em 2011, as aulas foram transferidas para a sede provisória, instalada na Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no centro de São Francisco do Sul.

Em 2012, a Prefeitura Municipal realizou a doação de um terreno de 35 mil m² na localidade de Iperoba, cerca de 6 km do centro de São Francisco do Sul. Os investimentos serão de R\$ 7,2 milhões para a construção do *campus* e R\$ 5 milhões para a infraestrutura do local, como a montagem dos laboratórios e o abastecimento da biblioteca. A partir de 2015, serão ofertadas vagas para o curso de ensino médio integrado ao Técnico em Administração.

O *Campus* São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado através da Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013, publicada no D.O.U. de 24 de abril de 2013.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Santa Rosa do Sul

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Santa Rosa do Sul faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e foi concebido com o objetivo de dar apoio à Vila Nova, assentamento de pequenos agricultores, principalmente na área de irrigação e drenagem.

Santa Rosa do Sul integra a microrregião do Extremo Sul de Santa Catarina, composta por quinze municípios, cujo centro polarizador é Araranguá, e faz parte da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC. O município, essencialmente agrícola, tem sua estrutura fundiária constituída por pequenas propriedades familiares, com destaque para a produção de arroz, banana, fumo, mandioca e milho.

Para se compreender a criação e a localização, em Vila Nova, de uma instituição federal de ensino, deve-se mencionar a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, vinculada ao Ministério do Interior, nos termos do Decreto nº 66.882, de 16 de julho de 1970, que teve como finalidade planejar e promover a execução do desenvolvimento da Região Sul, coordenando e controlando a ação federal nessa região.

A construção de uma escola era outro plano que fazia parte do grande projeto, a qual funcionaria como suporte técnico de toda a estrutura que estava sendo erguida. A instituição foi concebida, a princípio, para oferecer o curso técnico agrícola com o currículo voltado especialmente para a área de drenagem e irrigação.

O *Campus* Santa Rosa do Sul fica localizado a 15 km da Rodovia BR-101. Foi criado, primeiramente, com o objetivo de atuar como uma unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis.

A instituição foi inaugurada em 5 de abril de 1993, passando a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993. Foi transformada em autarquia federal, com a mesma denominação, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 8.731. Em 28 de março de 1994, entrou em funcionamento. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a transforma em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Sombrio, em junho de 2014. Através da Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação, o *Campus* Sombrio passou a se chamar *Campus* Santa Rosa do Sul, e a cidade de Sombrio passou a ter um *Campus* Avançado.

A escola, desde o início das suas atividades, ofereceu o ensino médio e cursos técnicos aos alunos. O primeiro curso técnico ofertado foi o curso em Agropecuária, carro-chefe da instituição, mantido até hoje.

Além do ensino regular, o *campus* oferece cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) e desenvolve projetos de pesquisa com a efetiva participação de alunos da instituição. A escola foi iniciando sua atuação junto à comunidade regional e hoje possui abertura para estar presente em diversos eventos de tomadas de decisão, em diferentes áreas e situações, na sua área de abrangência, atendendo, portanto ao grande objetivo da Lei nº 11.892, qual seja, “estimular e apoiar processos educativos que levam à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”.

Os cursos atualmente em andamento na instituição são: Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Curso Superior em Agronomia, Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio.

Dados do Instituto Federal catarinense – *Campus* Sombrio

Em 05 de abril de 1993, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em autarquia federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 8.731, e entrado em funcionamento em 28 de março de 1994.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – *Campus* Sombrio. Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do *campus* fica localizada no município de Santa Rosa do Sul, que foi emancipado após a criação da escola.

Também em meados de 2008, com a necessidade de expandir as ações efetivas para o município de Sombrio, que desponta como polo microrregional, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada, inicialmente, Núcleo Avançado de Sombrio e, posteriormente, Unidade Urbana de Sombrio. A partir da expansão da Rede Federal, através da Portaria nº 505/2014 do Ministério da Educação, passa a ser denominado *Campus* Avançado de Sombrio (conf. Portaria/MEC 1.074/2014).

O movimento de criação desse *campus* busca apresentar soluções técnicas para os arranjos produtivos locais, proporcionando o acesso e gerando novas tecnologias a partir da formação do jovem que cursa o ensino médio integrado ao curso técnico em Informática e

fomentando as carreiras de nível superior, com cursos de Tecnólogo em Gestão de Redes de Computadores, Tecnólogo em Gestão de Turismo e licenciatura em Matemática.

Além dos cursos regulares, também são ofertados cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada (FIC) e desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão ligadas a projetos concebidos pelo corpo de servidores da instituição.

A correta estruturação de todos os ambientes, a gestão adequada do bem público e a necessidade de atendimento dos anseios da sociedade com relação ao *campus* requerem uma crescente disponibilização de recursos humanos, financeiros e de bens, fator que serve de mola propulsora para que esta unidade do IFC esteja em constante mudança e crescimento.

Dados do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira

O Instituto Federal Catarinense - *Campus* Videira iniciou suas atividades pedagógicas em 06 de março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC), tendo seu funcionamento autorizado pelo Convênio 036/2005.

Visando expandir a EAFC em Videira e ampliar a oferta de cursos na cidade, em 27 de dezembro de 2007, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cedeu em comodato uma área de 235.989,5 m² (23,5 hectares), onde, em 05 de maio de 2008, iniciaram-se as obras para construção de salas de aulas e laboratórios. Com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Sombrio e Rio do Sul foram integradas e passaram a ser *campus* do Instituto Federal Catarinense. A partir da Portaria nº 04, publicada em 07 de janeiro de 2010, o Ministério da Educação estabeleceu a relação de todos os *campi* que integrariam cada um dos IFs criados no Brasil.

Com isso, a unidade que funcionava em Videira como extensão de Concórdia foi elevada à condição de *campus* do Instituto Federal Catarinense, com autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. As obras do *Campus* Videira tiveram início em 05 de maio de 2008, com a construção das salas de aulas, laboratórios, ginásio, cantina, biblioteca, auditório e bloco administrativo. O *campus* foi inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, com o início das aulas, em 26 de abril do mesmo ano, dos cursos técnicos concomitante e subsequentes em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática.

No segundo semestre do mesmo ano, passou a ofertar o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho. Em 2011, ocorreu a construção da guarita, de outros 04 laboratórios, de uma edificação anexa ao ginásio e do bloco pedagógico. Já no ano seguinte,

iniciaram-se as obras para pavimentação do *campus*. Com a nova estrutura estabelecida, houve expansão na oferta de vagas, sendo mantida a modalidade subsequente e criada a modalidade integrada ao ensino médio para os cursos de Informática, Agropecuária e Eletroeletrônica. Também foram criados o bacharelado em Ciência da Computação, a licenciatura em Pedagogia e as especializações em Desenvolvimento Web, Desenvolvimento Rural e Agronegócio e Educação com ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e do Programa Mulheres Mil. Em 2016, teve início o curso de bacharelado em Engenharia Elétrica.

1.2 COMPOSIÇÃO DA CPA

A CPA é composta pelos membros presidentes das Comissões Locais de Avaliação – CLAs – dentro de cada *campus*. Dentre estes, define-se o presidente, vice-presidente e secretário, dentro das regras de seu regimento interno, para coordenarem os trabalhos da comissão.

1.3 COMPOSIÇÃO DAS CLA

Apresenta-se, a seguir, a composição das CLAs que participaram do processo de organização das questões e aplicação do questionário.

Campus Araquari

Docentes: Fernanda Carvalho, Marilândes Mol Ribeiro de Melo

Técnicos Administrativos: Cristiano Twardowski, Takanori Ogawa

Discentes: Ranieri Bom, Cláudio Jubanski

Sociedade Civil e Organizada: Vicente Brüning, Peter Gombeta

Campus Blumenau

Docentes: Anderson Nereu Galcowski, Adriano Pessini

Técnicos Administrativos: Mateus Moraes Bueno, Keli Castro Carneiro

Discentes: Paôla Louise Argenta, Luciano Gonçalves Júnior

Sociedade Civil e Organizada: Maurício Rossa, Charles Schwanke

Campus Camboriú

Docentes: Afrânio Austregésilo Thiel, Sandra Maria Cunhasque

Técnicos Administrativos: Andressa Grazielle Brandt, Neusa Denise Marques de Oliveira

Discentes: Thelma Calheiros Nichele, Gabriel Moura Brasil

Sociedade Civil e Organizada: Luci Meri Gabriel Maul, Claudete Hecker Braga

Campus Concórdia

Docentes: Daniel Farias Mega, Rodrigo Nogueira Giovanni

Técnicos Administrativos: Angella Aparecida Ferreira Velho de Mendonça, Ana Julian Faccio

Discentes: Weslei Fausto Costa Mendes, Gabriela Wanlar

Sociedade Civil e Organizada: Luiz Gustavo Rossi, Luiz Carlos Bergamo

Campus Ibirama

Docentes: Ana Silvia de Lima Vielmo Rodrigues, Chris Royes Schardosim

Técnicos Administrativos: Ida Maria de Oliveira, Patricia Carvalho de Souza Araujo

Discentes: Claudineia de Melo Vaz, Lariane Davila Borges de Oliveira

Sociedade Civil e Organizada: Saulo Eduardo Fonseca, Leonir Lunelli

Campus Luzerna

Docentes: Antônio João Fidelis, Humberto Luis de Cesaro

Técnicos Administrativos: Paulo Roberto da Silva, Querubina Aurelio Bezerra

Discentes: Artur Kwieczinski, Mateus Ritter Pasini

Sociedade Civil e Organizada: Marcus Vinicius Beuno Albach, Ari Dahmer

Campus Rio do Sul

Docentes: Fabio Alexandrini, Rodrigo Curvello

Técnicos Administrativos: Daniel Fachini, Rogerio Krause

Discentes: Leandro Loffi, Taylan Branco Meurer

Sociedade Civil e Organizada: Ingo Wilhelm, Francisco Carlos Stoccker

Campus Santa Rosa do Sul

Docentes: Julian da Silva Lima, Cristina Claumann Freygang

Técnicos Administrativos: Cristiano Antonio Pochmann, Dion Cordova Moraes

Discentes: Marcelo Dalpiaz Dagostim, Vanderson Modolon Duarte

Sociedade Civil e Organizada: Gerri Ronssani Monteiro, Aline Hahn Fernandes

Campus Sombrio

Docentes: Anderson Sartori, Eddy Ervin Eltermann

Técnicos Administrativos: Gilberto Carlos Monteiro Darosi, Cynthia Nalila Souza Silva

Discentes: Bruna Tereza Silva Pereira, Barbara Dabit Possamai

Sociedade Civil e Organizada: Gerri Ronssani Monteiro, Aline Hahn Fernandes

Campus São Francisco do Sul

Docentes: Susana Nunes Taule Pinol, Andreia Luciana Da Rosa Scharmach

Técnicos Administrativos: Jose Guterres Carminatti, Humberto Handchuka Piccin

Discentes: Edson Antonio Novais Junior, Mariluci Moreira Zeni

Sociedade Civil e Organizada: Hamirton Jose Soares, Mauricio Fernando Gramigna Rodrigues

Campus Videira

Docentes: Alan Vicente Oliveira, Wagner Carlos Mariani

Técnicos Administrativos: Denise Danielli Pagno, Rosane Goularte

Discentes: Joana Ester Gonçalves Lins, Michel Felipe Moraes Mesalira

Sociedade Civil e Organizada: Ana Paula Ortigara, Manolo Faccin

1.4 HISTÓRICO DA CPA 2015-2016

A equipe da CPA eleita para a realização dos trabalhos no ano de 2015 e 2016, responsável pela elaboração e postagem do relatório institucional CPA – Referência 2014-2015 e 2015-2016 – iniciou suas atividades em 01/12/2014. A primeira reunião desse novo grupo constatou, desde cedo, que os trabalhos anteriores atendiam parcialmente aos preceitos elencados por essa comissão, definidos em seu regimento interno.

As comissões anteriores elaboraram relatórios com base em levantamento de informações institucionais em cada *campus*, a partir de questionários com escala de concordância em relação às perguntas. O questionário consistia em 48 questões em 2011, 11 questões em 2012 e 11 questões em 2013, abrangendo as 10 dimensões propostas pelo SINAES.

O questionário possuía, aparentemente, por ser muito sintetizado, um nível de abrangência e superficialidade que impedia uma análise mais aprofundada, não funcionando, portanto, como fonte de subsídios para tomada de decisão por parte dos gestores, conforme fora debatido, em ampla discussão, a respeito do processo de autoavaliação institucional na primeira e segunda reunião do grupo.

Tendo em vista a grandiosidade de cada dimensão em análise, a presente comissão deu início à formulação de uma nova metodologia de trabalho, que consistia justamente em tornar o relatório da CPA um instrumento genuíno de gestão, além de propiciar a todas as partes envolvidas informações claras e precisas sob diversas óticas, com vistas a atender aos seus objetivos e alcançar os usuários dos produtos de seu trabalho.

A comissão 2015-2016 entende que a finalidade de seu trabalho deve, além de atender aos preceitos legais, atuar como ferramenta administrativa para acompanhamento da realização dos trabalhos da instituição. Sendo assim, essa comissão entendeu a urgência da necessidade de se redefinir metodologicamente em função da importância de seu papel institucional.

Desse modo, o relatório do ano de 2014 se pautou principalmente na apresentação de uma análise crítica dos relatórios anteriores; já os trabalhos de 2015 tratam da construção do novo instrumento de coleta de dados, iniciado em maio de 2015, e da apresentação dos resultados de sua aplicação, que ocorreu em novembro de 2015.

O relatório de 2016 seguiu a mesma metodologia de organização das questões; no entanto, foram inseridos outros itens ao questionário, buscando maior abrangência de informações. Devido à necessidade desta elaboração de novas questões, os prazos para composição do instrumento e posterior aplicação foram estendidos, haja vista que as demandas foram divididas entre as CLAs dos *campi* e não foram retornadas dentro do prazo estabelecido previamente.

Por esse motivo, a aplicação do instrumento aconteceu entre os dias 25 de novembro e 31 de dezembro de 2016. Como estratégia para mobilizar a comunidade acadêmica no preenchimento do questionário, foi utilizado o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), que emitia convite para o preenchimento do instrumento de avaliação institucional.

Paralelamente, alguns *campi*, por meio das coordenações de curso, utilizaram as visitas em sala como ação de motivação ao preenchimento do questionário. Ainda, durante o processo de implementação desse no sistema, houve a troca de gestão da CPA, sendo que a organização do relatório 2016 passou a ser demanda da nova comissão, que a assumiu

efetivamente em 16 de fevereiro de 2017. Desde então, a comissão vem trabalhando arduamente para composição do relatório que será apresentado a seguir.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a composição, sensibilização, aplicação, análise e divulgação dos resultados está fundamentada nas premissas do Plano Estratégico das ações da CPA, de maio de 2015.

O texto que segue refere-se ao 2º Relatório Parcial de Avaliação Institucional, nos termos da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, e compreende os seguintes itens:

a) Alinhamento do instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados – referência 2016 – foi aprimorado, tomando-se como base a aplicação do questionário referente ao ano anterior. Por meio desta análise, considerou-se a necessidade de reavaliar algumas questões, bem como reduzir a extensão do questionário sem, no entanto, prejudicar sua qualidade.

Na reavaliação dos questionamentos propostos, houve a preocupação em averiguar se sua aplicação seria relevante em periodicidade anual, visto que, em alguns casos, seria indicada a aplicação a cada dois anos, como, por exemplo, naqueles concernentes à infraestrutura. No entanto, esta foi apenas uma hipótese que, para este instrumento, não foi concretizada.

Buscando manter o alinhamento às premissas anteriormente estabelecidas, houve o cuidado em conservar as questões revisadas e que estavam em consonância com os atuais critérios de avaliação institucional *in loco* (utilizados no processo de avaliação de cursos e credenciamento institucional).

A partir da revisão, surgiram dois modelos de instrumento de avaliação institucional, sendo um direcionado aos discentes e outro aos docentes e TAEs, de modo que as questões aplicadas aos servidores, além de contemplarem os mesmos questionamentos feitos aos discentes, possuíam um bloco adicional de perguntas relacionadas às seguintes áreas: administrativa, orçamentária e de política de pessoal.

b) Organização do instrumento no sistema

A plataforma escolhida, para organização e posterior aplicação do instrumento de avaliação institucional de coleta de dados, foi o sistema SIG – Sistema Integrado de Gestão –, que já estava em operação no relatório anterior. Tal sistema garantiu praticidade, segurança e confiabilidade na coleta de dados, pois permitia maior sigilo e segurança das informações dos respondentes. Outro ponto positivo, com relação à confiabilidade do sistema, referia-se à necessidade de acesso logado antes do preenchimento do questionário, evitando fraudes na coleta de dados.

A inserção das questões do instrumento avaliação no sistema e toda a operacionalização necessária foram realizadas pela equipe de TI da Reitoria.

Em reunião presencial no dia 11/11/2016, o presidente da CPA e um servidor testaram conjuntamente as funcionalidades do sistema. Segundo relato, foi apresentado um módulo específico de avaliação institucional, o qual não pôde ser utilizado devido à obrigatoriedade de se vincular um professor à avaliação, fato não condizente com o instrumento de coleta de dados a ser aplicado e com os objetivos da presente avaliação.

Tendo sido experimentadas diversas formas de registro do questionário por meio desse módulo e concluído não ser possível a sua utilização, foi apresentada uma alternativa: o SIGAA. Nesse sistema, foi possível cadastrar o questionário nos mesmos moldes em que foi concebido.

Estando o questionário montado no sistema, com pré-teste realizado, e garantida sua correta operação, tornou-se possível iniciar a sensibilização e posterior aplicação.

c) Ações de sensibilização da comunidade acadêmica

A CPA, durante sua gestão, buscou, junto ao Gabinete da reitora, auxílio para a sensibilização da direção dos *campi* sobre a importância do processo de aplicação do instrumento para a melhoria institucional e consequente repercussão nos conceitos institucionais e de cursos.

Uma vez que o sistema estava preparado para receber as informações, fez-se necessário que as Comissões Locais realizassem ações de sensibilização junto aos servidores e discentes. O material utilizado para divulgação foi disponibilizado pela Coordenação-Geral de Comunicação¹, da Reitoria.

¹ Doravante denominada Cecom.

A CPA estabeleceu estratégias de sensibilização para aplicação do questionário pela Comissão Local de Avaliação (CLA) nos *campi*. Essas ações partiram da direção, a fim de surtir efeito positivo, abrangendo o maior número de respondentes. Deste modo, uma vez informados, os servidores passaram a ter ciência da relevância da avaliação institucional, motivando os discentes e colegas a responderem o instrumento.

A comissão buscou uniformidade nas ações de sensibilização em todos os *campi* pesquisados. As estratégias utilizadas foram as definidas no Plano Estratégico da comissão.

d) Aplicação do instrumento de coleta de dados

O questionário de avaliação institucional, como já mencionado anteriormente, foi vinculado ao sistema de gestão acadêmica, permitindo que servidores e discentes pudessem ser lembrados da importância de participação sempre que estabelecessem conexão ao sistema.

Alguns dos servidores e discentes utilizaram os computadores dos laboratórios nos *campi*, que ficaram à disposição em alguns horários, para que todos tivessem acesso e pudessem participar da avaliação.

O período de aplicação do questionário aconteceu entre os dias 25/11/2016 e 31/12/2016.

Cabe registrar que o prazo de aplicação do questionário, previsto para o primeiro semestre, não pôde ser cumprido, diminuindo, assim, o tempo hábil e, conseqüentemente, dificultando a elaboração deste relatório.

e) Levantamento dos dados e resultados da aplicação

Uma vez finalizado o período de aplicação do questionário, os servidores do setor de Tecnologia da Informação da Reitoria iniciaram o processo de levantamento dos dados obtidos. Durante essa ação, verificou-se a impossibilidade do sistema na estratificação dos dados por *campus*, dificultando a análise e confecção do relatório das CLA, que versa sobre as ações a serem tomadas setorialmente.

Ressalta-se que, durante o processo de organização do instrumento no sistema, foi garantida, pela TI, a possibilidade de extração dos dados, o que, depois da aplicação efetiva, não foi viabilizado via sistema. Nesse sentido, a composição dos resultados do relatório da CPA e CLA teve como base uma perspectiva global, baseada nas respostas dissertativas, que, em alguns momentos, sinalizavam o *campus* de origem do comentário à questão.

Os resultados da aplicação serão socializados com os *campi*, por meio do relatório que será postado no sistema, e também no *site* institucional.

f) Análise dos dados

A organização e análise dos dados para composição dos relatórios foi realizada pela CPA, que desenvolveu um fluxo de trabalho envolvendo cada uma das CLA.

Os dados recebidos pelo setor de TI foram subdivididos em blocos de questões que foram distribuídos aos *campi* para análise. Posteriormente, foram encaminhadas para a CPA, que realizou a compilação e análise final do documento.

Para identificação do plano de ação, tomou-se como base a análise das medidas institucionais tomadas a partir das ações sugeridas pelo relatório de 2015, bem como os questionários aplicados em 2016.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 EIXOS E DIMENSÕES

Assim como está previsto na Lei nº 10.861/2004 e na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, este documento contempla as dez dimensões distribuídas nos cinco eixos de autoavaliação, quais sejam:

a) Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Este eixo tem como objetivo verificar a adequação e efetividade do planejamento geral da instituição, sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os Projetos Pedagógicos de cursos, assim como com os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional implementados.

A dimensão vinculada a este eixo refere-se à “Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação”.

Sob esse aspecto, a observação do funcionamento da CPA influi diretamente na obtenção de respostas a esse quesito, uma vez que se torna o próprio processo de acompanhamento. Nesse sentido, a função da referida comissão é especificamente o acompanhamento, uma vez que tal ação se torna indispensável para o levantamento fidedigno e oportuno de informações na tomada de ações estratégicas, conforme previsto em estatuto.

Como forma de identificar e acompanhar as ações relacionadas ao planejamento e avaliação institucional, foram elaboradas as seguintes questões aplicadas aos docentes, discentes e TAEs:

- Você tomou conhecimento dos resultados das últimas avaliações institucionais?
- Você tomou conhecimento das ações tomadas pela Administração, com base nas últimas avaliações?
- Você julga que as questões levantadas contribuem para o aprimoramento da instituição?

b) Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

O presente eixo subdivide-se em consideração a duas dimensões – “Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional” e “Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição” – e tem como objetivo verificar as finalidades, os objetivos e os compromissos da instituição explicitados em documentos oficiais.

Sob esta perspectiva, a CPA contribui para identificar o potencial de concretização do desenvolvimento institucional, por meio da análise das potencialidades, possibilidades, carências e dificuldades, relacionadas à missão, à visão e aos valores, vinculadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A responsabilidade social também se vincula a este eixo e deve estar presente na instituição, na sociedade e nas relações com instituições sociais, culturais e educativas.

Para acompanhar as ações relacionadas a este eixo e a estas dimensões, foram organizados os seguintes questionamentos:

- Nossa missão constante no PDI é: “Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão, comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional”. Você avalia que as ações da Administração estão alinhadas com esses propósitos?

- O seu *campus* promove a inclusão social de pessoas com necessidades especiais (materiais didáticos, acessibilidade, rampas, elevadores, banheiros, mesas adaptadas, piso tátil, etc.)?

- O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica, no seu *campus*, é:

- Seu *campus* promove atividades artísticas e culturais?

- Seu conhecimento das documentações oficiais (PDI, Regimento Interno, Plano Orçamentário e outros):

- A divulgação das atividades previstas no calendário acadêmico e atividades extras em seu *campus* é²:

² Este questionamento refere-se também ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.

- As ações de pesquisa, considerando divulgação, incentivo e apoio são³:
- As ações de extensão, considerando divulgação, incentivo e apoio são⁴:
- O seu interesse em participar de projetos de pesquisa e/ou extensão é⁵:
- Na sua percepção, as atividades de pesquisa e/ou extensão desenvolvidas pelo *campus* contribuem com os setores econômicos e sociais de sua região?
- Você possui conhecimento das oportunidades de programas de cooperação existentes?
- Você conhece o NGA – Núcleo de Gestão Ambiental – e suas ações no *campus*?

c) Eixo 3: Políticas Acadêmicas

O presente eixo busca verificar as políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como estratégias de comunicação com a sociedade e as políticas institucionais de atendimento aos discentes.

As dimensões relacionadas a esse eixo são: “Dimensão 2 – Políticas para ensino, pesquisa e extensão”, “Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade” e “Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos discentes”.

Neste contexto, as políticas acadêmicas que essencialmente consideram a vida acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão e estes três em articulação, encontra-se em elaboração e autoanálise pelos profissionais que pensam, planejam e executam as ações dentro da Instituição como um todo e nos seus *campi*.

As questões organizadas para identificar a percepção da comunidade acadêmica quanto a este eixo são:

- Você tomou conhecimento dos resultados das últimas avaliações institucionais?⁶
- A interação do IFC com a sociedade, em redes sociais, jornais, TV, Rádio e outros meios é:
- Como você avalia a disponibilização das informações no *site* da instituição?
- A divulgação das atividades previstas no calendário acadêmico e das atividades extras em seu *campus* é:⁷
- As ações de pesquisa, considerando divulgação, incentivo e apoio são⁸:

3 Este questionamento refere-se também ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.

4 Este questionamento refere-se também ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.

5 Este questionamento refere-se também ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.

6 Este questionamento refere-se também ao Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.

7 Este questionamento refere-se também ao Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.

8 Este questionamento refere-se também ao Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.

- O seu interesse em participar de projetos de pesquisa e/ou extensão é⁹:
- Na sua percepção, as atividades de pesquisa e/ou extensão desenvolvidas pelo *campus* contribuem com os setores econômicos e sociais de sua região?¹⁰
- A possibilidade de participação em eventos (palestras, seminários, congressos, viagens de estudos) dentro e fora da instituição é¹¹:
- O seu conhecimento referente ao NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) e suas ações no *campus* é:
- As ações e deliberações dos conselhos e colegiados (Consuper, Codir, NDE, Con*Campus*, Colegiado do Curso e outros) são socializadas para os alunos e servidores?¹²
- No seu *campus*, as ações administrativas e pedagógicas são transparentes?
- Considera a quantidade e qualidade de materiais didáticos e recursos audiovisuais em sala de aula e laboratórios suficientes?¹³
- Você pensa em continuar sua formação na área de estudo em que você está hoje?

Questões aplicadas especificamente para Docentes e TAEs

- A instituição possui o Informativo IFC, enviado via e-mail para todos os servidores. Você lê o informativo?
- Você conhece o serviço de ouvidoria da instituição?
- Sua avaliação sobre os benefícios oferecidos pelos programas de assistência ao estudante:
- Você tem conhecimento da existência de políticas de acompanhamento de egressos?
- Você tem conhecimento da existência de ações/mecanismos para identificação de fatores responsáveis pela evasão?

d) Eixo 4: Políticas de Gestão

O presente eixo busca verificar as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, entre elas: aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional, condições de trabalho, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária e sustentabilidade financeira da instituição.

9 Este questionamento refere-se também ao Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.

10 Este questionamento refere-se também ao Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.

11 Este questionamento refere-se também ao Eixo 4 – Políticas de Gestão.

12 Este questionamento refere-se também ao Eixo 4 – Políticas de Gestão.

13 Este questionamento refere-se também ao Eixo 5 – Infraestrutura Física.

Este eixo contempla as seguintes dimensões de análise: “Dimensão 5: Políticas de Pessoal”, “Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição” e “Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira”.

Para identificar as questões relacionadas a esta dimensão, foram considerados os seguintes questionamentos:

- A possibilidade de participação em eventos (palestras, seminários, congressos, viagens de estudos) dentro e fora da instituição é¹⁴:
- As ações e deliberações dos conselhos e colegiados (Consuper, Codir, NDE, Con*Campus*, Colegiado do Curso e outros) são socializadas para os alunos e servidores?¹⁵
- O atendimento da secretaria acadêmica/coordenação de registros escolares, em relação às suas necessidades, é satisfatório?

Questões aplicadas especificamente para Docentes e TAEs

- O IFC propicia oportunidades de formação e capacitação aos servidores?
- A sua participação, na elaboração do planejamento anual do seu *campus*, é:
- Existe coerência entre os cursos ofertados e os critérios de alocação de recursos destinados ao *campus*?
- Considera que a forma com que o processo de avaliação do estágio probatório é realizado é adequada?
- Você tem conhecimento da existência de políticas de acompanhamento de egressos?
- Você tem conhecimento da existência de ações/mecanismos para identificação de fatores responsáveis pela evasão?

e) Eixo 5: Infraestrutura Física

Este eixo está relacionado à “Dimensão 7: Infraestrutura Física”, que versa sobre a importância de análise das questões relacionadas à infraestrutura física, especialmente aquelas voltadas ao ensino, pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, etc.

Para acompanhar e verificar este eixo, foi elaborada a seguinte questão:

¹⁴ Este questionamento refere-se também ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.

¹⁵ Este questionamento refere-se também ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

- Considera a quantidade e a qualidade de materiais didáticos, recursos audiovisuais, em sala de aula e laboratórios, suficientes?¹⁶

Considerando cada um dos eixos apresentados acima, suas dimensões de análise e os questionamentos elaborados para acompanhamento do desempenho institucional, apresenta-se a análise detalhada, por eixo, do instrumento.

¹⁶ Este questionamento refere-se também ao Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.

4. ANÁLISE DOS DADOS

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado de maneira coletiva para o quinquênio 2014-2018, é o norteador dos projetos institucionais, que considera a realidade percebida atualmente. Esta consideração é proveniente da leitura realizada pela análise da autoavaliação institucional, que deve permitir o alinhamento das práticas e dos processos mediante a missão e visão do Instituto Federal Catarinense.

Para fundamentar a análise, registra-se abaixo um recorte do PDI, excerto em que constam a missão, a visão e as metas do IFC.

Missão: Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão, comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

Visão de Futuro: Ser referência em educação profissional científica e tecnológica em Santa Catarina.

Objetivos e Metas do IFC		
Prioridade	Objetivo Estratégico	Prazo
1	Implantar um sistema de gestão;	dez/13
2	Criar mecanismos que evitem a evasão e promovam a retenção escolar;	mar/14
3	Criar mecanismos de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão;	out/14
4	Desenvolver projetos para captação de recursos extraorçamentários,	dez/14
	visando à melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;	
5	Implementar o Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica;	set/14
6	Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de	mar/14
	servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis;	
7	Definir a estrutura organizacional da instituição com padronização	jun/15
	mínima;	
8	Criar uma política de identidade institucional;	dez/13
9	Criar um programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras;	dez/13
10	Criar manuais e fluxos de trabalhos no IFC;	dez/14
11	Criar uma política para a implantação gradativa de novos cursos;	ago/14
12	Fazer mapeamento de competências de cargos e funções;	jun/15
13	Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros, visando	dez/14
	agilizar as contratações;	
14	Criar uma política de incentivo à inovação tecnológica;	dez/14
15	Criar comissão para avaliação constante da infraestrutura mínima	dez/13
	necessária ao bom funcionamento dos <i>campi</i> ;	
16	Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC;	dez/14

17	Criar critérios de gestão, a fim de agilizar a execução orçamentária e financeira;	dez/13
18	Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão;	dez/14
19	Criar um programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do <i>campus</i> ;	ago/14
20	Criar um programa de ações de extensão e pesquisa dos APL nos <i>campi</i> ;	out/14
21	Promover a educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores;	jul/14
22	Criar um Programa de Assistência Estudantil;	mar/14
23	Criar uma política de Gestão Ambiental;	out/13
24	Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos;	dez/13
25	Criar comissão de estudo para analisar a viabilidade de Fundação de Apoio para o IFC;	dez/14
26	Criar um programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou a distância;	mar/14
27	Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento;	jul/14
28	Instituir políticas de comunicação;	mar/15
29	Criar programa para definir Eixo Tecnológico por <i>campus</i> ;	mar/15
30	Criar um Sistema de Acompanhamento dos Egressos;	out/14
31	Promover a divulgação dos trabalhos publicados em periódicos indexados;	mar/14
32	Criar uma política de apoio à produção cultural;	mar/15
33	Criar um programa para estudar a viabilidade da implantação de incubadoras nos <i>campi</i> ;	dez/14
34	Estabelecer um programa de parcerias nacionais e internacionais;	ago/14
35	Implantar e consolidar as Cecom, normatizando e formando equipes com profissionais da área;	set/14
36	Implantar projetos de ação social;	jul/14
37	Desenvolver um programa de execução da política de acessibilidade;	jul/14
38	Implantar programas de apoio a estudantes com elevado desempenho.	dez/14

4.1 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 1 (PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL)

Questões: “Você tomou conhecimento dos resultados das últimas avaliações institucionais?”; “Você tomou conhecimento das ações tomadas pela Administração com base nas últimas avaliações?”; “Julga que as questões levantadas contribuem para o aprimoramento da instituição?”

O objetivo dessas questões é buscar informações quanto à efetividade da divulgação das análises realizadas pela CPA, das ações tomadas pela Administração em resposta a esses apontamentos e, ainda, julgar se os aspectos levantados pelo questionário contribuem ou não para o aprimoramento do desempenho institucional.

A avaliação realizada anualmente pela CPA é estratégica para a materialização das ações provenientes do planejamento institucional, pois sua atuação contínua de acompanhamento oferece aos gestores as informações necessárias para trabalhar visando à melhoria de seus serviços, atendendo, assim, à comunidade acadêmica.

Dessa análise, depreende-se que mais da metade dos servidores não foram alcançados pela socialização dos resultados das últimas avaliações institucionais. Diante desse fato, temos o entendimento de que a maioria dos servidores não consultou o último relatório da CPA (relatório anual de 2015). É possível inferir que a densidade e a extensão do relatório podem ter afastado parte dos servidores de sua leitura.

Pode-se afirmar também que a maioria dos servidores sinalizou não ter tomado conhecimento tanto dos resultados quanto das ações desenvolvidas a partir das últimas avaliações institucionais. Tal posicionamento é corroborado pelos respondentes discentes.

No que diz respeito à relevância das questões que constituem o instrumento de avaliação para o aprimoramento da instituição, um número expressivo de respondentes discentes, aproximadamente 70%, a considera como boa ou muito boa. Já os servidores, em sua maioria, também julgaram relevantes os questionamentos.

Infere-se que uma ação efetiva de sensibilização da importância da CPA para instituição, por meio dos dirigentes, coordenações e, principalmente, da Reitoria, favoreceria a maior abrangência dos resultados e das ações propostas pela CPA, se houvesse a divulgação para a comunidade acadêmica.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 2 (DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL)

Temáticas abordadas: PDI – INCLUSÃO – RESPEITO ÀS DIFERENÇAS – ATIVIDADES ARTES – DIVULGAÇÃO ATIVIDADES CALENDÁRIO ACADÊMICO E EXTRAS – PESQUISA – EXTENSÃO – PARTICIPAÇÃO PROJETOS – CONTRIBUIÇÃO REGIONAL – PROGRAMAS COOPERAÇÃO INTERCÂMBIO – NGA

Questões: “Nossa missão, constante no PDI, é: 'Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional'. Você avalia que as ações da Administração estão alinhadas com esses propósitos?”; “O seu *campus* promove a inclusão social de pessoas com necessidades especiais (materiais didáticos, acessibilidade, rampas, elevadores, banheiros, mesas adaptadas, piso tátil, etc.)?”; “O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica, no seu *campus*, é:”; “A promoção de atividades artísticas e culturais em seu *campus* é:”; “Seu conhecimento das documentações oficiais (PDI, Regimento Interno, Plano Orçamentário e outros):”; “A divulgação das atividades previstas no calendário acadêmico e das atividades extras em seu *campus* é:”, “As ações de pesquisa, considerando divulgação, incentivo e apoio são:”; “As ações de extensão, considerando divulgação, incentivo e apoio são:”; “O seu interesse em participar de projetos de pesquisa e/ou extensão é:”; “Na sua percepção, as atividades de pesquisa e/ou extensão desenvolvidas pelo *campus* contribuem com os setores econômicos e sociais de sua região:”; “Você possui conhecimento das oportunidades de programas de cooperação e intercâmbio existentes?”; “Você conhece o NGA – Núcleo de Gestão Ambiental – e suas ações no *campus*?”

As questões acima fazem referência às finalidades, aos objetivos e compromissos da instituição explicitados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de maneira a verificar a efetivação dessas propostas. Além disso, tais perguntas também abordam temas como a responsabilidade social, o respeito às diferenças, a inclusão das minorias e o impacto da instituição na sociedade através da transferência de conhecimento e do desenvolvimento regional, econômico, cultural e ambiental.

Em relação ao alinhamento das práticas institucionais com aquilo que está explicitado no Plano de Desenvolvimento Institucional, mais da metade dos servidores e discentes o classificaram como bom ou muito bom. Por outro lado, a incidência de respondentes neutros manteve-se entre 15% e 20%, indicando que estes desconhecem o referido documento.

Destaca-se aqui a importância de principalmente os servidores estarem cientes do conteúdo deste documento, que traça o perfil da instituição, conferindo-lhe identidade e intenções comuns, de maneira a delinear as ações dos quatro anos seguintes à sua publicação.

Desse modo, conhecer os documentos oficiais, como o PDI, o Regimento Interno e o Plano Orçamentário, relaciona-se diretamente à capacidade de reflexão e ação da comunidade acadêmica. Todavia, os resultados coletados repetem o que foi observado em 2015, estando as

respostas distribuídas principalmente entre as opções *bom* e *neutro*, o que indica a necessidade de uma divulgação mais efetiva dessas documentações.

Em relação à inclusão de pessoas com necessidades específicas, a maioria considera positivas as ações promovidas em seu *campus*. Porém, as respostas dissertativas indicam demandas de melhorias de infraestrutura para que essas necessidades possam ser adequadamente atendidas.

No que concerne ao respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica, os resultados observados predominaram entre bom e muito bom. Conforme já se afirmara no relatório anterior, a extensão das atividades em caráter institucional, que atendam a todos os segmentos da comunidade acadêmica, poderia se constituir como uma ação mais efetiva tanto para conscientização dos servidores e alunos quanto para uma evolução na aceitação das diferenças.

A respeito da realização de atividades artísticas e culturais, os resultados apontam para uma taxa de satisfação, de todos os segmentos, acima de 60%. Tal resultado demonstra que existe uma preocupação da instituição em fomentar tais eventos, de modo a integrar a comunidade acadêmica e contribuir para a formação plena dos indivíduos.

Tais atividades, assim como as demais desenvolvidas pelo *campus*, se fazem presentes no calendário acadêmico. Ao serem questionados sobre a divulgação desse calendário e dos demais eventos extras, mais de 60% dos respondentes classificaram tal ação como boa e muito boa, o que indica um desempenho satisfatório da instituição, embora ainda possa ser aperfeiçoado.

Os questionamentos relacionados aos projetos de pesquisa e extensão geraram respostas convergentes por parte dos servidores e estudantes. Baseando-se nas respostas coletadas, percebe-se que as ações de pesquisa precisam de uma divulgação mais efetiva, pois em média apenas 53% dos discentes as classificaram como muito boas ou boas. As respostas dos servidores reforçam tal perspectiva, evidenciando, desta maneira, a necessidade de fortalecer a disseminação de informações à comunidade acadêmica.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 3 (POLÍTICAS ACADÊMICAS)

Questões: “Você tomou conhecimento dos resultados das últimas avaliações institucionais?”; “A interação do IFC com a sociedade, nas redes sociais, jornais, TV, rádio e outros meios de comunicação é?”; “Como você avalia a disponibilização das informações no *site* da instituição?”; “A divulgação das atividades previstas no

calendário acadêmico e das atividades extras em seu *campus* é:”, “As ações de pesquisa, considerando divulgação, incentivo e apoio são:”; “As ações de extensão, considerando divulgação, incentivo e apoio são:”; “O seu interesse em participar de projetos de pesquisa e/ou extensão é:”; “Na sua percepção, as atividades de pesquisa e/ou extensão desenvolvidas pelo *campus* contribuem com os setores econômicos e sociais de sua região?”; “A possibilidade de participação em eventos (palestras, seminários, congressos, viagens de estudos) dentro e fora da instituição é:”; “O seu conhecimento referente ao NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) e suas ações no *campus* é:”; “As ações e deliberações dos conselhos e colegiados (Consuper, Codir, NDE, Con*Campus*, Colegiado do Curso e outros) são socializadas para os alunos e servidores?”; “No seu *campus*, as ações administrativas e pedagógicas são transparentes?”; “Considera a quantidade e qualidade de materiais didáticos, recursos audiovisuais em sala de aula e laboratórios suficientes?”; “Você pensa em continuar sua formação na área de estudo em que você está hoje?”

Questões direcionadas apenas aos servidores: “A instituição possui um informativo IFC, enviado via e-mail para todos os servidores. Você lê o informativo?”; “Você conhece o serviço de ouvidoria da instituição?”; “Sua avaliação sobre os benefícios oferecidos pelos programas de assistência ao estudante:”; “Você tem conhecimento da existência de políticas de acompanhamento de egressos?”; “Você tem conhecimento da existência de ações/mecanismos para identificação de fatores responsáveis pela evasão?”

O presente eixo de perguntas busca verificar as políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como avaliar as estratégias de comunicação com a sociedade e as políticas institucionais de atendimento aos discentes. Assim, o que se objetiva é compreender como se dá a relação entre ensino, pesquisa e extensão no contexto do Instituto Federal Catarinense.

Quando perguntados a respeito dos resultados da última avaliação institucional, mais da metade dos servidores e discentes afirmou desconhecê-los. Esse posicionamento traz à tona a necessidade de divulgar amplamente e tornar acessíveis essas informações, oferecendo um retorno à comunidade acadêmica.

A respeito da comunicação do IFC com a sociedade, relacionando-se ao que foi comentado no parágrafo anterior, os respondentes não demonstram satisfação, conforme observado nos índices. Os resultados apresentados acima remetem diretamente ao trabalho da Cecom nos *campi*. Esses índices demonstram também que a instituição não apresenta o

devido e merecido destaque na mídia, o que reduz sua aparição nos veículos de comunicação. Outro agravante dessa situação é a ausência de articulação entre os setores, a Reitoria e os *campi*.

Ainda, foi avaliada a disponibilização das informações no *site* da instituição. Cerca da metade dos respondentes classificaram como adequadas; porém, a distribuição das demais respostas, entre “regular”, “neutro”, “ruim”, “muito ruim” e aqueles que não souberam responder, aponta para a necessidade de se desenvolver mecanismos interativos e atualizados de disseminação das informações.

Outro aspecto pesquisado foi a divulgação do calendário acadêmico e das atividades extras nos *campi*, o que mais de 60% dos respondentes classificaram como boa e muito boa, indicando um desempenho satisfatório da instituição, embora ainda possa vir a ser melhorado.

Já em relação aos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos dentro do IFC, as respostas oferecidas pelos três segmentos apresentaram uniformidade. Pôde-se notar que tais projetos precisam de uma divulgação mais efetiva, pois, em média, apenas 53% dos discentes a classificaram como muito boa ou boa. Além disso, os setores de pesquisa e extensão necessitam de melhorias, pois menos de metade dos respondentes manifestaram interesse em fazer parte de tais atividades.

Quando questionados a respeito dessas atividades de pesquisa e/ou extensão desenvolvidas pelo *campus* e a contribuição dessas para o desenvolvimento dos setores econômicos e sociais da região, docentes e discentes avaliaram positivamente esse item. Já os servidores técnico-administrativos apresentaram ressalvas quanto à relação desses projetos com os arranjos produtivos locais, evidenciando um distanciamento entre aquilo que é desenvolvido dentro da instituição e o meio social ao seu redor.

Questionados sobre as possibilidades de participação em eventos, dentro e fora da instituição, a maioria dos participantes demonstra estar em concordância com a atual conjuntura, classificando como boas ou muito boas as suas oportunidades.

No que tangencia ao Núcleo de Inovação Tecnológica, 71,18% dos docentes não têm conhecimento de sua existência e de suas ações. Somente 28,33% demonstraram estar atentos a esse núcleo, estatística essa que se assemelha às respostas dos TAEs e dos discentes. Tal constatação é preocupante, uma vez que o PDI institucional contempla as ações desse núcleo.

Já em relação à socialização das ações e deliberações dos conselhos e colegiados, percebe-se que existe uma grande lacuna relativa ao compartilhamento dessas informações com os servidores e acadêmicos, principalmente por parte dos *campi*. Cabe ressaltar que, no

último ano, a Reitoria já apresentou algum avanço nessa publicização, disponibilizando as atas dos colegiados.

Concernente ao conhecimento, por parte dos estudantes, docentes e TAEs, das ações administrativas e pedagógicas, os dados evidenciam uma baixa informação. Destacamos que estas ações de transparência, inicialmente, poderão demandar uma série de questionamentos sobre a instituição. Assim, de fato, pode se constituir numa preocupação inicial dos gestores, que, por sinal, é muito positiva, pois estes terão a oportunidade de esclarecer e transparecer os fatos sob sua gestão.

No que se refere à quantidade e qualidade dos materiais didáticos e recursos audiovisuais, em sala de aula e laboratórios, as opiniões divergem entre os servidores, pois não há um consenso acerca da satisfação na disponibilidade desses materiais e espaços. Enquanto isso, pouco mais da metade dos discentes avaliaram esses critérios como sendo bons, demonstrando a necessidade de melhorias nesses aspectos estruturais.

Ao tratar-se da continuidade aos estudos na área de formação, a predominância das respostas acena positivamente, tanto por parte dos servidores quanto dos estudantes. Cabe salientar que, por uma falha de cadastro, a questão não foi formulada de forma coerente com as possibilidades de resposta, o que pode ter prejudicado a análise estatística.

Além dos questionamentos apontados acima, disponíveis no questionário de avaliação aplicado para os três segmentos, discentes, docentes e técnicos administrativos em educação, a esses dois últimos foi direcionado um bloco específico de perguntas. Os referidos questionamentos referem-se a assuntos de interesse especial dos servidores, tais como o Informativo IFC e o serviço de ouvidoria da instituição.

A respeito do Informativo IFC, enviado semanalmente aos servidores, trazendo as últimas notícias do que acontece nos *campi* e na Reitoria da instituição, a grande maioria dos sujeitos afirmou ter conhecimento e fazer a leitura do material. A taxa de respostas positivas corresponde a 82,45% dos TAEs e 79,73% dos docentes, evidenciando a popularidade desse instrumento de disseminação informativa.

Já em relação ao conhecimento do órgão de ouvidoria do IFC, canal de comunicação entre a Administração do Instituto Federal Catarinense e a comunidade interna e externa, as estatísticas demonstram um percentual de respostas afirmativas inferior a 60%. Esses dados apontam que, mesmo entre os servidores da instituição, o supracitado órgão não é popular, o que pode estar prejudicando o diálogo, as denúncias, as reclamações, as solicitações e as sugestões e elogios que, através desse meio, devem ser encaminhadas.

Outro aspecto observado é como os servidores avaliam os programas de assistência estudantil oferecidos pelo Instituto Federal Catarinense, os quais objetivam criar condições de acesso, permanência e aproveitamento pleno da formação acadêmica, e, por conseguinte, levar à conclusão do curso. O percentual de avaliações como bom e muito bom ficou entre 56% para os docentes e 63% para TAEs, dando margem à necessidade de ampliação e fiscalização dos recursos destinados a esses estudantes.

Ainda tangenciando assuntos relacionados aos discentes e seu desempenho dentro e fora da instituição, foi questionado aos servidores se estes têm conhecimento da existência de políticas de acompanhamento de egressos e se eles estão cientes das ações que buscam identificar os fatores responsáveis pela evasão. À primeira pergunta, a predominância dos respondentes, cerca de 35%, afirmou não saber responder, sendo alarmante o número daqueles que classificaram positivamente tais políticas, menos de 20%, indicando, desse modo, urgência na implementação e aprimoramento do mapeamento dos egressos e sua situação atual no mercado de trabalho.

Em resposta ao segundo questionamento, pode-se notar que existe bastante distorção referente às informações, não havendo um consenso sobre a política de evasão e seu controle em um âmbito geral. Novamente, a maioria dos participantes não soube responder, talvez por desconhecer esses mecanismos de identificação dos motivos que levam à evasão e possíveis políticas que visam evitá-la. Alguns entrevistados afirmam a inexistência de tais controles, talvez por estes realmente não existirem em alguns *campi* ou por não serem propriamente divulgados.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 4 (POLÍTICAS DE GESTÃO)

Questões: “A possibilidade de participação em eventos (palestras, seminários, congressos, viagens de estudos), dentro e fora da instituição, é:”; “As ações e deliberações dos conselhos e colegiados (Consuper, Codir, NDE, Con*Campus*, Colegiado do Curso e outros) são socializadas para os alunos e servidores?”; “O atendimento da secretaria acadêmica/coordenação de registros escolares, em relação às suas necessidades, é satisfatório?”

Questões direcionadas apenas aos servidores: “O IFC propicia oportunidades de formação e capacitação aos servidores?”; “A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu *campus* é:”; “Os critérios de alocação de recursos são destinados de acordo com as metas e prioridades definidas no PDI?”; “Existe coerência

entre os cursos ofertados e os critérios de alocação de recursos destinados ao *campus*?”; “Considera adequada a forma com que o processo de avaliação do estágio probatório é realizado?”; “Avalie a atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e/ou Comissão Interna de Supervisão (CIS):”

As perguntas relacionadas aos temas de políticas de gestão objetivam verificar a situação das políticas de pessoal, as quais incluem a carreira dos servidores, as possibilidades de aperfeiçoamento, o desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Além disso, referem-se ao funcionamento e representatividade dos colegiados e conselhos, à participação da comunidade universitária, bem como ao desempenho financeiro da instituição.

A organização de uma instituição está interligada ao seu papel colaborador para a constituição da cidadania dos sujeitos ali presentes. Por tal razão, proporcionar à comunidade acadêmica a participação em eventos, dentro ou fora de seus *campi*, é uma de suas funções, uma vez que esses são enriquecedores para a sua formação. Em relação a essas oportunidades, a maioria dos respondentes está de acordo com as práticas do IFC, classificando-as como boas ou muito boas.

Já em relação à divulgação das deliberações estabelecidas pelos conselhos e colegiados, percebe-se que essas ações não estão sendo propriamente compartilhadas, uma vez que menos da metade dos participantes classificaram-nas como adequadas. Ademais, destaca-se a porcentagem daqueles que escolheram a neutralidade, cerca de 20%, o que demonstra sua dificuldade em responder propriamente àquilo que foi perguntado.

No intuito de avaliar o atendimento dos diversos setores do IFC, referindo-se à secretaria acadêmica/coordenação de registros escolares, os servidores (TAEs e docentes) demonstraram posição semelhante, indicando satisfação com o atendimento. Observou-se também que alguns TAEs optaram pela neutralidade, talvez por não conhecerem como funcionam esses setores. Outro ponto citado pelos respondentes como dificultador do atendimento diz respeito à rede de internet que, aparentemente, apresenta oscilações, comprometendo o acesso ao sistema institucional e de registros.

A respeito das possibilidades de formação e capacitação que são oferecidas pela instituição aos seus colaboradores, há divergência no ponto de vista dos docentes e servidores técnico-administrativos. Enquanto entre os primeiros a taxa de aprovação é cerca de 64%, os segundos apresentaram maior insatisfação, tendo respondido positivamente apenas 51,81% dos entrevistados.

No que concerne à colaboração dos servidores no planejamento anual do seu *campus* de origem, verificando-se o quão participativa a gestão institucional é, mais da metade dos

participantes optaram pela neutralidade ou assinalaram que sua participação é *ruim*, *muito ruim*, ou não souberam responder. Pode-se inferir, a partir dessas respostas, que tanto professores quanto TAEs não se sentem ativos no momento de planejar os rumos da instituição onde trabalham, evidenciando a necessidade de incluí-los de maneira incisiva nesse processo.

Referindo-se ainda ao planejamento institucional, importa destacar que a alocação dos recursos públicos deve pautar-se nas metas e nos planos definidos como prioridades para o Instituto Federal Catarinense. Ao indagar aos servidores se esses recursos estão em consonância com as prioridades estabelecidas no PDI, um grande número de respondentes não soube responder, sendo esse percentual maior entre os TAEs (37,6%) quando comparado aos docentes (31,98%), aproximando-se do número de respostas positivas, ou seja, aquelas que definiram como *bom* ou *muito bom* o vínculo entre aquilo que é planejado e o que, de fato, executa-se.

Seguindo o tema do direcionamento dos recursos da instituição, foi questionado aos servidores se as ações de planejamento financeiro e a gestão institucional estão em coerência com os cursos ofertados e as necessidades dos *campi*. Chama atenção o fato de cerca de 55% dos respondentes terem optado pela neutralidade ou assumido não saber responder. Os índices de aprovação, por sua vez, não ultrapassam a taxa de 35%, evidenciando a insatisfação dos servidores quanto ao investimento desses recursos ou mesmo o desconhecimento de seus destinos.

Já em relação ao processo de estágio probatório dos servidores, constatou-se que muitos entendem como inadequada a avaliação. Muitos dos servidores atribuíram os critérios de *neutro*, *ruim*, *muito ruim*, ou não souberam responder, destacando que essa forma de avaliação precisa ser repensada de forma mais plena e efetiva. Em contrapartida, pouco mais de 30% dos docentes e TAEs o avaliaram positivamente, indicando, assim, insatisfação por parte da maioria dos servidores.

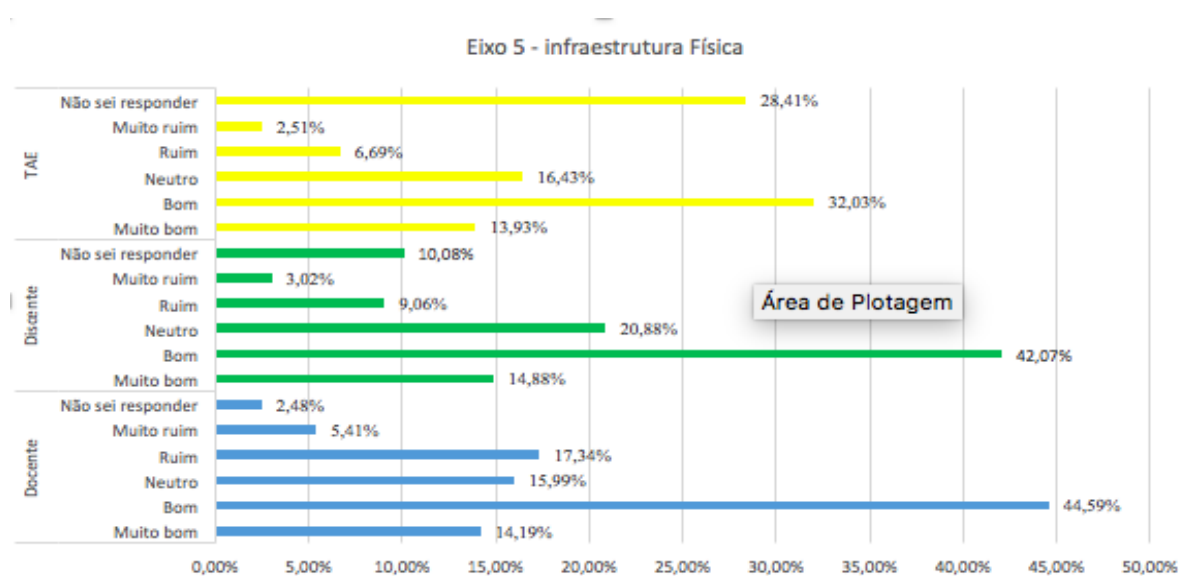
Por último, no que diz respeito à satisfação dos servidores referente à atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e/ou da Comissão Interna de Supervisão (CIS), os servidores apresentaram um posicionamento distinto entre si. Mais da metade dos TAEs optaram pela neutralidade ou não souberam responder, sendo o número de avaliações positivas inferior a 40%. Diferentemente, pelo menos metade dos docentes assinalou como *boa* ou *muito boa* a prática das referidas comissões, havendo, também, uma alta ocorrência de respostas neutras ou nulas (“não sei responder”), o que aponta para a necessidade de aprimoramento nas ações desses grupos de trabalho.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES AO EIXO 5 (INFRAESTRUTURA FÍSICA)

Questão: “Considera a quantidade e a qualidade de materiais didáticos, recursos audiovisuais, em sala de aula e laboratórios, suficientes?”

A questão acima é concernente à infraestrutura física nos *campi*. Sabe-se que esta tem importante papel para consolidação das ações no ensino, pesquisa e extensão e, por esse motivo, precisa estar em constante processo de adequação e melhoria.

Em análise às questões, é possível perceber certa paridade entre as respostas de servidores e discentes, que consideram, majoritariamente (60,58%), a infraestrutura física dos *campi* boa ou muito boa.



No relatório anterior da CPA, foram indicadas solicitações de melhoria na biblioteca, cantina e no serviço de Wi-Fi, e algumas dessas questões ainda aparecem entre os respondentes da autoavaliação. Outro item que está frequentemente presente relaciona-se à infraestrutura de materiais (*Datashow*, recursos didáticos, laboratórios para realizar as atividades, etc.).

5. PLANO DE AÇÃO COM BASE NAS ANÁLISES

Este capítulo tem como principal objetivo correlacionar as ações tomadas pela Administração com as necessidades apontadas pelo relatório anterior, que deram base para o planejamento institucional, demonstrando, assim, a aderência deste com o processo de avaliação para melhoria da instituição em suas diversas esferas.

O retorno em relação às proposições levantadas em 2014, fruto de reflexão das atividades da CPA até então, foi solicitado, por meio do Memorando IFC/CPA nº 07/2015. A análise das ações executadas, considerando-se as ações sugeridas pelo relatório de 2015, é explicitada no item 5.1 deste relatório.

5.1 ANÁLISE DAS AÇÕES EXECUTADAS A PARTIR DAS AÇÕES SUGERIDAS PELO RELATÓRIO 2015

O Memorando nº 007/2016/CPA/IFC solicitou o posicionamento da Reitoria quanto às ações levantadas no relatório de 2015, a qual emitiu suas respostas em consideração às ações previstas para cada um dos eixos.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

a) Alterações no regimento interno, prevendo: indicação pela reitora de um ou mais assessores nas atividades da comissão, elencando-se de antemão algumas de suas possíveis atribuições básicas;

A Portaria nº 1.968/2016 e sua a complementar, nº 4.022/2016, designaram servidores para proceder às alterações no Estatuto e Regimento Interno da instituição. Dentre as alterações ainda em revisão, faz-se a previsão de assessor(es) para as atividades da comissão, função em que o servidor designado não poderá prescindir das atribuições próprias de seu cargo. A servidora Márcia de Jesus Xavier já encontra-se investida na função. A Reitoria apresenta como previsão à conclusão dos trabalhos de revisão do Regimento Interno o dia 20 de abril de 2017 para, em ato subsequente, submetê-lo à apreciação de Consulta Pública.

b) Alterações no regimento interno, prevendo: Possibilidade pela CPA, através de solicitação encaminhada ao reitor, de convocar membro externo, lotado dentro do quadro da instituição, para realização de atividade técnica dentro de sua especialidade, a exemplo de estatístico, revisor de texto, entre outros;

A Portaria nº 1.968/2016 e a sua complementar, nº 4.022/2016, designaram servidores para proceder às alterações no Estatuto e Regimento Interno da instituição. Ainda está em apreciação a possibilidade de se convocar membro externo, lotado dentro do quadro da instituição.

c) Criação, pela Coordenação-Geral de Comunicação, da Identidade da CPA, mediante aprovação dessa comissão;

A solicitação foi realizada formalmente pelo Chamado nº 3112, aberto em 20 de novembro de 2016 no GLPI da Cecom, e as artes foram encaminhadas aos requerentes entre final de novembro e início de dezembro de 2016. Exemplo da veiculação desse material pode ser visualizado em: <http://informativo.ifc.edu.br/cpa-realiza-eleicao-e-autoavaliacao-institucional/>.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

a) Efetuar o levantamento de demandas/propostas de eventos culturais;

Na CGPPE/Reitoria, não foram realizados levantamentos de demandas culturais em 2016. No entanto, destacamos que, atendendo ao anseio dos *campi*, foi organizada e promovida, pela CGPPE/Reitoria, a 2ª Edição do IFCultura (com participação de todos os *campi*, exceto Brusque e São Bento do Sul). O evento foi realizado no *Campus* Videira, em novembro de 2016, concomitantemente à MICTI.

O IFCultura visa incentivar a cultura e o crescimento profissional, científico e tecnológico nas diversas modalidades e linguagens artísticas, com reflexão sobre humanidade e educação. No evento, são integradas e compartilhadas as diversas atividades artísticas e culturais (teatro, música, dança, entre outras) realizadas pelos estudantes do IFC.

Aproveitamos para informar que cada *campus* tem autonomia para realizar seu próprio planejamento de eventos, e, nesses casos, podem ter sido realizadas ações nesse sentido, nos *campi*, sem a participação da Reitoria.

Complementarmente, ainda que não seja o objetivo da questão, salientamos que, anualmente, disponibilizamos edital que tem como objetivo oferecer auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva, realizados fora do município onde se localiza o *campus* no qual o estudante está matriculado.

b) Criar mecanismos de acompanhamento das ações institucionais, metas e objetivos do PDI;

O planejamento organizacional do IFC é norteado por documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2014-2018, o Plano de Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia (PDTI) para o período 2016-2017, o Planejamento Estratégico do IFC (PE) para o período de 2013-2017 e o Termo de Metas e Compromissos (TAM), firmado entre o IFC e MEC/SETEC. Todos estes documentos estão publicados no *site* <http://ifc.edu.br/documentos/>.

Respeitando o princípio da continuidade, a Gestão do IFC, no ano de 2016, analisou e estabeleceu ações para alcançar os objetivos estratégicos definidos e apresentados no PDI. Esses objetivos estratégicos são monitorados pela alta gestão, através de reuniões, alinhamentos e atualização constante do atingimento das ações definidas, bem como o acompanhamento dos indicadores de desempenho. O atendimento aos objetivos estratégicos é publicizado no *site* institucional <http://ifc.edu.br/andamento-objetivos-estrategicos/>. Esclarece-se que os percentuais de alcance dos objetivos estratégicos foram definidos com base nas ações traçadas para 2016, pois, quando houve a elaboração do Planejamento Estratégico (2013), não se estabeleceram metas ou indicadores quantificáveis para o período de 2013-2017.

c) Priorizar a instituição de política de comunicação;

A construção de uma política de comunicação perpassa as diversas atividades do setor, as quais são consolidadas de modo mais eficaz a partir de regulamentações e normatizações decorrentes das mais diversas e necessárias formas de padronização.

A identidade visual do IFC e seus cursos, a comunicação nas mídias sociais, a elaboração de campanhas de ingresso, o padrão da escrita institucional, o relacionamento com a mídia e a realização de eventos são exemplos de temáticas que foram e serão ainda abordadas nos manuais produzidos pela Comunicação do IFC. Estão disponíveis para consulta, no site da Cecom:

[Manual de Identidade Visual do IFC](#)

[Manual de Padronização da Comunicação do IFC](#)

[Manual Identidade Visual dos Cursos do IFC](#)

[Manual de Orientação para Uso de Mídias Sociais pelas CECOMs do IFC](#)

[Manual de uso do WordPress](#)

Outros temas relevantes passaram a ser colocados em discussão no ano de 2016 e tiveram sua produção iniciada, como é o caso do Manual de Boas Práticas em Mídias Sociais, que deverá ser finalizado até junho do presente ano. Além disso, questões como regulamentação acerca busca de patrocínios (parceria entre a Cecom/Reitoria e as pró-reitorias) para eventos do IFC, que possibilitará a parceria com entes privados, e os critérios de noticiabilidade institucionais são tópicos que estão sendo estudados atualmente por grupos de trabalho já constituídos.

Defendemos que todas essas ações devem ser entendidas em conjunto, e não isoladamente. A revisão desses documentos, quando necessária, somada a outros desdobramentos pertinentes à área de atuação deste setor e à elucidação coletiva das demandas da instituição, deverão constituir a Política de Comunicação do IFC – um documento que terá sua elaboração iniciada no ano de 2017. Para que um planejamento abrangente possa ser realizado em âmbito institucional, faz-se necessária a contratação de um profissional que atue como consultor e que seja considerado referência para os estudos nesta área.

Temos, portanto, como objetivo para fins de materialização do referido documento, a contratação de Wilson da Costa Bueno, comunicador que tem auxiliado na composição das políticas de Comunicação de diversos IFs (a exemplo do IFSC e do Ifes).

As próximas ações para a contratação do profissional serão acordadas na primeira reunião presencial das Cecoms em 2017, a ser realizada em maio/2017. A definição das diretrizes que nortearão a construção da Política é premente, porquanto a solicitação de orçamento ao mencionado consultor depende necessariamente do estabelecimento das etapas a serem consideradas na tessitura do documento.

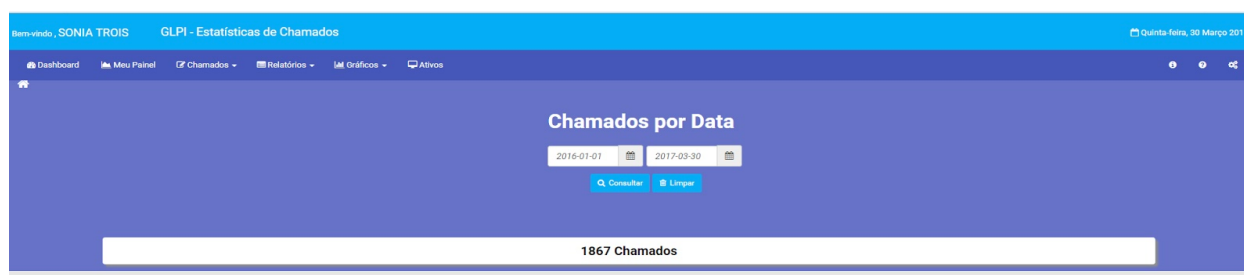
d) Sensibilizar setores e servidores para a inclusão das coordenações de comunicação no planejamento de suas ações;

A Cecom tem perpassado outros setores à medida que se envolve com divulgação das mais diversas ações relacionadas à pesquisa, ao ensino e à extensão, e se coloca à disposição para contribuir com construções coletivas de regulamentações das mais diversas áreas.

Atualmente, podemos afirmar que o setor de Comunicação caminha de modo integrado à Coordenação-Geral de Ingresso e que ganhou mais espaço e visibilidade nas ações institucionais, visto que tem sido incluído, por exemplo, nas Visitas Técnicas da Gestão aos *Campi*. Trata-se de uma ação bastante significativa, pois tal inserção promove a consolidação das Cecoms enquanto setores também estratégicos, e não somente operacionais.

Ademais, a quantidade de chamados atendidos nos últimos 15 meses (vide imagem abaixo), que correspondem às solicitações enviadas ao setor via GLPI, são prova indubitável dos esforços da Comunicação em atuar em conjunto e parceria constante no planejamento e cumprimento das ações de todos os setores.

Acreditamos que tudo aquilo que ainda não foi alcançado nessa seara integrativa poderá ser solucionado gradativamente por meio da materialização da Política de Comunicação e da consequente compreensão difusa da importância estratégica do setor, por parte da comunidade interna, para a consolidação da imagem institucional perante a sociedade.



(Quantidade de chamados recebidos, via GLPI, pelo setor no período entre 01/01/2016 e 30/03/2017).

e) Incentivar desenvolvimento de projetos de extensão relacionados a noções do funcionamento do estado, direitos e deveres do cidadão, contratações na Administração Pública, entre outros.

A Pró-Reitoria de Extensão, responsável pelo fomento da Extensão no IFC, busca incentivar o desenvolvimento dos projetos de extensão através de lançamento de editais

interno e da divulgação de editais externos. Os *campi* do IFC são autônomos e desenvolvem suas atividades ligadas à extensão levando em consideração as demandas dos arranjos produtivos social, cultural e local.

Eixo 3: Políticas acadêmicas

a) Abrir/ampliar os espaços de interação nos canais de comunicação oficiais;

As mídias sociais do IFC têm sido operacionalizadas com bastante eficácia no que diz respeito à interação com o público-alvo da instituição. Com relação à comunicação interna, existem fóruns de discussão e grupos de e-mail na Plataforma SIG. A Cecom atua como remetente de todas as mensagens de interesse e caráter institucional.

b) Verificar possibilidades de melhoria nos canais de comunicação com a sociedade, com foco na disponibilização de informações à sociedade;

Foram efetuadas melhorias no atendimento através de Facebook e e-mails, em parceria com a Coordenação-Geral de Ingresso, reduzindo-se o tempo médio de resposta de 4 horas, em 2015, para aproximadamente 30 minutos em 2017. Foi feita a reestruturação do Portal de Ingresso (<http://ingresso.ifc.edu.br>), focando-se na usabilidade e facilidade de navegação. Está sendo estudada a reestruturação do portal principal do IFC, em parceria com a DTI e a Fábrica de Software de Araquari.

c) Constar, como política de comunicação, estratégias de abordagem e orientação para as ações de comunicação externa.

As estratégias de abordagem e orientação para as ações de todas as formas de comunicação externa constarão na Política de Comunicação a ser elaborada, mas já constam, em parte, nos manuais do setor, visto que os nossos canais oficiais de comunicação são, em sua maioria, estrategicamente pensados para o público externo.

Eixo 4: Políticas de Gestão

a) Capacitação aos gestores com formações sobre tópicos de Administração Pública, gestão de negócios, gestão de projetos, entre outros;

Realização do curso Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional em duas turmas, nas seguintes datas: 21 a 23/03/2016 e 29 a 30/08/2016.

b) Ampliar formação de multiplicadores institucionais;

Não há registro de formação de multiplicadores nesta Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal em 2016.

c) Pesquisa de clima organizacional;

Esta Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal não realizou pesquisa de clima organizacional em 2016.

d) Aprofundar mapeamento de cargos, funções e matriz de deveres e responsabilidades;

Em 2016, foram apresentados os estudos realizados pelo GT de Dimensionamento.

e) Adotar critérios de divulgação e transparência das ações constantes no planejamento geral e dos *campi*.

Como política de gestão, todas as ações institucionais são tratadas com transparência pública e divulgadas na página da instituição, na internet, primando pelos princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal – legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

Eixo 5: Infraestrutura Física**a) Avaliar qualidade das cantinas;**

Na CGPPE/Reitoria, não foram realizados trabalhos com objetivo de avaliar as cantinas dos *campi*, no que se refere ao cumprimento das atividades contratuais (itens "A" e "B" – ações relacionadas à fiscalização de contratos e licitação para concessão de espaço, normalmente executadas pelas DAPs e pela PROAD).

Referente ao item "C" (das ações com base nas ações destacadas no relatório 2015 da CPA), destacamos que, em 2016, iniciamos a elaboração da minuta de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do IFC, a qual engloba o acesso à “Cantina Saudável”, onde são determinados critérios essenciais para prestação de um serviço de qualidade aos usuários das cantinas (incluindo a proposta do item "C").

b) Melhorar a velocidade de abrangência da rede Wi-Fi;

O atendimento da ação demandou a necessidade de aquisição de equipamentos e licenças para a ampliação da área de cobertura do sinal de Wireless. Devido a cortes

orçamentários, isso não foi realizado. Estamos em vias de realizar o novo PEI e um novo PDTI.

c) Equipar bibliotecas;

Houve investimentos nas bibliotecas de modo geral, destacando-se:

- Na biblioteca de Concórdia, foi instalado balcão novo, visando ao atendimento à acessibilidade de todos os alunos, com balcão adaptado às necessidades específicas;
- Na biblioteca de Camboriú, foram compradas estantes para livros e caixas para periódicos;
- No que respeita a São Bento do Sul, trata-se de um *campus* novo, inaugurado em 2016, portanto o investimento ocorreu em 2015/2016. Todos os prédios e equipamentos são novos;
- Na biblioteca de Santa Rosa do Sul, foram investidos valores em manutenção de ar-condicionado e antenas de sistema de segurança, e foram adquiridas estantes expositoras novas;
- Na biblioteca de Fraiburgo, foram investidos valores num balcão de atendimento, armários de guarda-volumes e uma estante expositora;
- Na biblioteca de Brusque, foram investidos valores em estantes e guarda-volumes, basicamente;
- Na biblioteca de Blumenau, foram investidos valores em estantes para livros;
- Nas bibliotecas de Rio do Sul, foram compradas estantes;
- Nas bibliotecas de Luzerna, Sombrio e Araquari, não houve investimento.

5.2 AÇÕES SUGERIDAS PELA CPA, CONSIDERANDO-SE AS ANÁLISES DO QUESTIONÁRIO 2016 E AS AÇÕES EXECUTADAS COM BASE NO RELATÓRIO 2015

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Meta: Criar a cultura da avaliação institucional, conscientizando toda comunidade acadêmica acerca dos impactos e benefícios da ação da CPA em relação à avaliação dos cursos superiores.

Estratégias:

- Fortalecer o canal de comunicação entre CPA e Cecom, por meio de ações de Marketing.
- Incluir uma atividade interativa entre os membros da comunidade, utilizando os mecanismos da *gameficação* nas semanas acadêmicas.

- Criar vídeos instrucionais para fortalecimento das ações, sensibilização e motivação da comunidade para a participação efetiva e consciente das demandas da CPA.
- Desenvolver um seminário institucional sobre a CPA, integrando outras instituições públicas.
- Desenvolver um planejamento estratégico e operacional para a CPA e CLA, descentralizando.
- Fortalecer a CPA, criando fluxos de trabalho efetivos e passíveis de acompanhamento.
- Tornar os canais de comunicação mais atraentes para os diversos públicos da CPA.
- Criar mecanismos de modularização do sistema para atender as demandas da CPA.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Meta:

Divulgar de forma mais efetiva os documentos oficiais, permitindo que as ações planejadas, em diferentes instâncias (culturais, acadêmicas, ambientais, econômicas e sociais), possam ser disseminadas e mais facilmente atingidas.

Estratégias:

- Potencializar ainda mais as ações desenvolvidas com base no planejamento estratégico.
- Estabelecer outros canais para socialização de informações presentes em documentos oficiais, garantindo amplo acesso e transposição didática aos diferentes públicos.
- Desenvolver ações de conscientização da comunidade acadêmica quanto à aceitação e ao respeito às diferenças.
- Amplificar as ações culturais dentro dos espaços educativos, envolvendo servidores e discentes.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Meta:

Garantir maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Estratégias:

- Ampliar e fiscalizar os recursos destinados à assistência estudantil.
- Discutir e mapear estratégias para acompanhamento do egresso, buscando perceber sua atuação no mercado e as possibilidades de continuidade no seu itinerário formativo.
- Fortalecer os núcleos, para que estabeleçam estratégias de combate à evasão escolar.
- Contextualizar e significar as políticas acadêmicas para servidores e discentes.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Meta: Capacitar as equipes de gestão, com ênfases nas áreas específicas, buscando maior efetividade nos planos, processos e práticas, e garantindo transparência em todas as ações de gerenciamento na instituição.

Estratégias:

- Criar estratégias gerais para melhorar a transparência nos *Campi*, simplificando o modelo de gestão e, com isso, facilitando o entendimento por meio da comunidade acadêmica.
- Desburocratizar processos, para facilitar a inclusão de projetos nos *campi*.
- Articular as diferentes instâncias gerenciais, tornando a comunicação entre elas mais plena e efetiva na resolução de problemas.
- Adotar mecanismos que aproximem o gestor da comunidade acadêmica.

Eixo 5: Infraestrutura Física

Meta:

Potencializar as ações de melhoria da infraestrutura nos *campi*, favorecendo as ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Estratégias:

- Atualizar as informações referentes às necessidades estruturais de cada *campus*, criando um mapa de prioridades e realinhando o planejamento estratégico de compras.
- Criar um espaço, no *site* institucional, para permuta de materiais e/ou disponibilização de bens ociosos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise geral, pode-se perceber avanços principalmente com relação à criação de fluxos e processos dentro da instituição, na atenção ao planejamento e às ações propostas pela CPA anterior. Isso é algo bastante significativo, considerando-se a escalada institucional rumo à qualidade da educação superior em seus *campi*.

Muitos foram os desafios para a composição deste relatório, a começar pela mudança de gestão antes da finalização do documento. Vale ressaltar que o antigo presidente não mediu esforços em auxiliar a atual gestão na organização de algumas informações, que eram exclusivas de quem havia participado do processo.

Outro ponto de destaque foi a impossibilidade de estratificação dos dados por *campus*, de forma que, por este motivo, todas as ações serão tomadas como globais, buscando minimizar os efeitos desta dificuldade técnica.

Algumas falhas na composição das questões, que geraram perguntas e respostas incompatíveis, tornaram as respostas, por vezes, não fidedignas, e isso transpareceu nas questões dissertativas.

Diante da leitura e análise dos resultados obtidos, a maior limitação institucional tem sido comunicar e disseminar, de forma atrativa para os diferentes públicos, as ações planejadas e implementadas, conscientizando-os da importância da participação efetiva de todos os atores da comunidade acadêmica.

Compreendem-se as limitações deste relatório como indícios para a organização e materialização de um fluxo de trabalho institucionalizado para a CPA, materializando suas ações e descentralizando atribuições para maior efetividade de seu trabalho.

A avaliação é a melhor forma de reflexão para se atingir objetivos. E, nesse sentido, a atual comissão não medirá esforços para dar continuidade ao processo iniciado pelas comissões anteriores, na busca constante pela melhoria dos planos, dos processos e das práticas no Instituto Federal Catarinense.

ANEXOS

Anexo 1 – Planejamento Estratégico - CPA 2015-2016

Princípios Norteadores

Considerando os acertos e erros anteriores, a CPA 2015 define, após discussões, alguns princípios e algumas metodologias de trabalho, visando instituir um caminho em bases sólidas, que permitam manter nível de uniformidade nos instrumentos de coleta de dados, capazes de proporcionar o acompanhamento e a observação da evolução de indicadores estratégicos para o aprimoramento do objeto finalístico desta instituição. Assim, os seguintes princípios nortearão os trabalhos desta comissão:

- Adesão Voluntária: A avaliação institucional deve ser desejada por toda a instituição, seduzir por sua validade, para ter legitimidade, pois a imposição não promove cultura avaliativa, sendo pautada, dessa forma, sempre que possível, na adesão voluntária.
- Avaliação total e coletiva: A instituição precisa ser avaliada por todos os seus setores e por todos que dela fazem parte.
- Prestação de informação oportuna: A avaliação deve buscar trazer informação oportuna em tempo oportuno, a fim de que os gestores possam agir em tempo e mitigar riscos e apontamentos de controle externo.
- Rigor estatístico: A coleta e o tratamento de dados deve buscar sempre validade estatística, identificando e eliminando possíveis vieses de pesquisa, para que as inferências realizadas possam revestir-se de confiabilidade.
- Unidade de Linguagem: Reconhecimento de que a atuação da CPA e das Comissões Locais, no processo de autoavaliação, deve ser pautada na uniformidade e no entendimento comum.
- Competência técnico-metodológica: Reconhecimento de que o papel da comissão restringe-se à apresentação de proposições de melhoria dentro do nível de conhecimento de seus membros, buscando outros recursos técnicos e humanos, caso exista essa possibilidade.

Estrutura e membros da CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), em função da dimensão da instituição e de sua distribuição geográfica, se faz presente em cada *campus* por meio de Comissões

Locais de Avaliação (CLAs), sendo estas constituídas por docentes, discentes, técnicos administrativos e membros da Sociedade Civil Organizada, produzindo informações para os seguintes segmentos:

- Administração;
- Servidores;
- Alunos;
- Ministério da Educação;
- Comunidade externa.

A eleição do presidente da CPA, das Comissões Locais e dos demais membros se dá mediante processo eleitoral definido em seu regimento interno. Os presidentes das Comissões Locais são os membros da CPA.

Função institucional

A função institucional da CPA encontra-se bem delineada em seu regimento interno, a Resolução nº 69 – CONSUPER/2014, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Abaixo transcrevemos o objetivo da avaliação institucional, bem como as competências da CPA:

DOS OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 1º – A avaliação institucional tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, o redirecionamento das ações, a otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa.

Art. 2º – Os esforços de avaliação estarão orientados para resultados que visem à melhoria da qualidade social e acadêmica e o desenvolvimento institucional, através da análise consciente de processos, problemas e desafios para o presente e futuro.

Art. 3º – A avaliação institucional do Instituto Federal Catarinense orientar-se-á pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e demais legislações vigentes.

Art. 14 – Compete à CPA:

I. Acompanhar e subsidiar o PDI e o PPI;

- II. Organizar os procedimentos e instrumentos a serem usados na autoavaliação da instituição, incluindo a formação de grupos de trabalho visando agilizar o processo;
- III. Produzir informações sobre a realidade do Instituto Federal Catarinense;
- IV. Articular a participação de toda a comunidade interna e externa no processo de autoavaliação institucional;
- V. Promover seminários, capacitações e debates avaliativos;
- VI. Garantir a fidedignidade e transparência na coleta de dados e informações em todas as atividades avaliativas;
- VII. Elaborar relatórios da autoavaliação institucional;
- VIII. Promover a ampla divulgação dos resultados da autoavaliação institucional por meio de relatórios, informativos e boletins, incluindo processos e métodos utilizados;
- IX. Sugerir ao CONSUPER e ao *CONCAMPUS* ações de melhoria institucional a partir dos resultados da autoavaliação.

Indicação e acompanhamento de proposições

Um dos objetivos desta comissão é efetuar o acompanhamento da execução e tratamento das proposições efetuadas pela CPA em relatório, conforme disciplinado no artigo 14, IX, de nosso regimento. Em relação à apropriação dos resultados de avaliação pela Administração e seu acompanhamento, a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 referencia que: "De acordo com o disposto no Inciso VIII do Art. 3 da Lei do Sinaes [...]", o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e a eficácia da autoavaliação institucional devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional", evidenciando, assim, a importância da atividade de acompanhamento da CPA.

À parte a exigência legal de se efetuar tal acompanhamento, nos termos da NT65, existe uma série de benefícios inerentes a essa atividade. Podemos destacar os seguintes: aumento grau de transparência institucional; aumento do grau de credibilidade/relevância dos trabalhos da comissão, constituindo-se forte impulso para sua consolidação e reconhecimento pela comunidade acadêmica; reforço e consolidação da cultura avaliativa; entre outros.

O acompanhamento deve ocorrer em parceria com a Administração, para o aprimoramento dos atos de gestão. É importante ressaltar que essa ação de acompanhamento não será efetuada como "poder de polícia administrativa". Um

posicionamento nesses termos apenas traria resistências, atritos e resultados infrutíferos, uma vez que o papel dessa comissão deve, antes de tudo, primar pela melhoria institucional, e isso significa trabalhar cooperativamente, com vistas à informação e ao assessoramento.

Qualquer ação em desalinho com uma postura colaborativa pode destruir toda a relação de parceria institucional e de criação de cultura avaliativa que a instituição e esse grupo almejam, gerando resistências e empecilhos de toda espécie. Esta comissão não vislumbra que seja possível executar um trabalho em benefício de toda a instituição sem o apoio e a participação da alta Administração.

A teoria geral da administração estabelece basicamente três grandes pilares das práticas administrativas, podendo-se encontrar, dentro da literatura especializada, mais subdivisões; no entanto, todas elas convergem para três: *planejamento*, *direção* e *controle*.

Nota-se, em nossa instituição, que as ações de *planejamento*, em nível estratégico, estão contempladas em documentação oficial, e os seus desdobramentos táticos e operacionais são desenvolvidos por setores específicos dentro da instituição. A *direção* se materializa nas deliberações formalizadas por meio de atos oficiais emanados de nossos diretores e coordenadores, todos devidamente posicionados dentro de uma matriz hierárquica; enquanto o *controle*, que visa essencialmente verificar se tudo está sendo feito de acordo com o que foi planejado e indicar correções e pontos a melhorar, parece estar parcialmente determinado. É por meio do *controle* que se pode garantir a efetividade e o alcance dos objetivos institucionais definidos no planejamento. Trata-se da garantia pela qual pode-se aferir, com segurança, se as deliberações estão sendo seguidas corretamente, e se estamos no caminho certo. E, principalmente, são as ações relativas a *controle* que nos permitem antever desvios de rota e efetuar correções de rumo, especialmente antes de apontamentos externos.

Dessa forma, a trabalho desta comissão se constitui de extrema importância, pois sua atividade de acompanhamento assume a natureza de atividade de controle, como evidenciam os artigos 1º e 2º de nosso regimento, os quais definem nossos objetivos e nossa razão de ser. Cabe ressaltar que essa atividade de controle possui um enfoque

diferente daquela feita pela auditoria interna, que se abstém mais termos de conformidade do que em termos de gestão.

A CPA, em seus trabalhos, traz para o gestor o ponto de vista dos usuários do serviço, dos alunos e dos servidores. Passa a ser seus olhos e ouvidos ao ter a possibilidade de observar ouvir a realidade, paralelamente ao norte traçado em documentação oficial. A partir disso, pode e deve trazer informações diferenciadas para a tomada de decisão, mais do que nenhum outro grupo dentro da instituição, uma vez que traz consigo diversas percepções e pode estar presente onde o gestor teria dificuldade de estar com frequência. É com esse raciocínio que a CPA pensa em se constituir como parceira da Administração no processo de aprimoramento institucional, ajudando a antever problemas e trazer soluções por meio de proposições. Por esse motivo, torna-se importante que a relação entre a CPA e a Administração seja muito próxima.

Em relação às avaliações externas, a CPA buscará fazer a reunião de todos os materiais provenientes desses atos, para a realização de análise e eventual incorporação de aspectos de risco a serem acompanhados em futuras avaliações, por meio da verificação de relatórios de curso – avaliadores externos –, relatório de recredenciamento, diligências, entre outros. Buscar-se-á, em relação a isso, acompanhar situações de risco a que a Administração possa estar exposta em futuras avaliações externas.

Nesse sentido, espera-se fornecer informações, para que a Administração possa agir antes dos apontamentos externos, melhorando os conceitos em avaliações externas e agregando valor estratégico aos trabalhos desta comissão. O produto final de nossas atividades de acompanhamento e levantamento de dados será apresentado na forma de proposições, resultado direto do cruzamento de informações e da análise dos dados levantados, em atendimento ao nosso regimento interno, art. 14, incisos III e IX.

É com esse raciocínio que a CPA pretende se firmar como grande parceira institucional. Não como um mecanismo de cobrança e controle, que pode criar um processo conflituoso na instituição, mas sim como complementação, como pilar estratégico para a entidade, trazendo, por meio de sua representação, um olhar amplo, capaz de fornecer subsídios através de um processo contínuo.

Ações de sensibilização

Durante o dia 21/05/2015, foram discutidas diversas ações e estratégias de sensibilização, levando em conta principalmente as problemáticas enfrentadas e metodologias dos trabalhos anteriores.

A conscientização e a divulgação do produto dos trabalhos da comissão aparentemente não ocorreram de maneira uniforme nos trabalhos anteriores. Essa situação dificultou a verificação da efetividade das ações de comunicação da CPA com a comunidade acadêmica. Em razão disso, a CPA buscará atuar de maneira uniforme em todos os *campi*, como forma de disseminar uma cultura avaliativa de nível institucional, bem como facilitar e trazer orientação ao desenvolvimento dos trabalhos das Comissões Locais.

Discutindo-se os benefícios e as dificuldades das diversas possibilidades de sensibilização existentes e pautando-se pelo princípio da adesão voluntária, foram definidas as seguintes premissas em relação às ações de conscientização e divulgação da CPA:

- Divulgação das ações administrativas por panfletagem aos interessados diretos (ação de marketing e reforço) quando do atendimento de proposições da CPA ou demandas específicas de alunos, levantadas em questionário como observação.
- Processo de sensibilização dos trabalhos da CPA de maneira *Top-Down*. Primeiramente, por meio de reunião com a Direção-Geral, Direção de Ensino e Diretoria de Administração e Planejamento, expondo os benefícios do processo, como ele se desenrolará e do que necessitamos. A estratégia *Top-Down* visa ganhar apoio da Administração e auxílio para o desenvolvimento dos trabalhos. Nesse momento, a comissão local abrirá espaço para ouvir o que a Direção espera da comissão, com o intuito de se criar parceria e determinar quais são as informações de relevância administrativa e pedagógica que gostariam que fossem levantadas junto aos servidores e alunos. Em um segundo momento, ocorrerá o processo de sensibilização com

- os coordenadores de curso e atores-meio da Administração. Por fim, serão realizadas as reuniões de sensibilização com o público discente.
- As reuniões de sensibilização devem ocorrer em pequenos grupos. Nos casos de sensibilização de alunos para a aplicação de questionários, a CPA e as comissões passarão, de sala em sala, juntamente ao diretor de ensino ou coordenador de curso, ou com a anuência destes e o conhecimento do professor. Pelo menos um membro da CPA deve estar sempre presente nesse momento. A escolha dessa opção visa aumentar o grau de conforto, receptividade e comprometimento dos alunos, abordando-os em seu ambiente natural. Serão evitadas convocações de alunos em auditório, as quais causam evasão e diluição do senso de responsabilidade.
 - Dentro das possibilidades futuras, será gerado material em mídia – vídeo instrucional de, no máximo, 10 minutos, a ser apresentado aos novos entrantes –, a fim de facilitar futuras ações de sensibilização, bem como aumentar o nível uniformização da identidade da CPA.
 - Além das reuniões em pequenos grupos, poderão ser utilizadas outras estratégias secundárias, dentre elas a realização de reuniões específicas de repasse de informações aos representantes de centros acadêmicos e DCEs, o envio de informativos via e-mail aos alunos e a geração de material de ampla divulgação.

Levantamento dos dados

Esta comissão busca estabelecer instrumentos de coleta de dados que sejam uniformes e sobrevivam à prova do tempo, sendo necessárias, eventualmente, apenas pequenas modificações impostas por normativas externas e novas demandas institucionais. O que se busca é estabelecer uma padronização do instrumento, com o passar dos anos, para que seja possível definir indicadores institucionais e acompanhar sua evolução através dos anos, mostrando categoricamente a evolução institucional sob suas diferentes dimensões.

As perguntas buscarão equilíbrio entre concisão e detalhamento, e as entradas de respostas serão mistas, objetivando o fim específico em detrimento da uniformidade do

instrumento de coleta de dados, ou seja, cada pergunta deverá ser respondida da forma que melhor atenda a seu objetivo, podendo constituir-se em:

- Respostas em escala de graduação;
- Respostas afirmativas (sim ou não);
- Respostas abertas, semiabertas, entre outras.

A elaboração das questões dos questionários terá como base principal os instrumentos de avaliação externa institucional e de cursos, utilizados pelos avaliadores externos do MEC. A partir desses documentos, serão abstraídas perguntas que levem à aferição dos parâmetros de avaliação ali registrados, principalmente com o objetivo de antever possíveis falhas ou situações que podem reduzir o conceito da instituição ou dos cursos, dando aos gestores a oportunidade de antever as situações-problema e tratá-las de antemão.

Demais documentações oficiais também serão base para a formulação de questões, considerando-se, principalmente, que o alinhamento das ações da Administração a tais documentos é objeto de avaliação, como o PDI, por exemplo. Abaixo são enumeradas algumas das fontes a serem utilizadas para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados:

- Instrumentos de avaliação externas;
- Relatórios de avaliação externa;
- Diligências do MEC;
- Relatórios da CPA;
- PDI, PPI, PPC;
- Levantamento de questões de interesse pedagógico e administrativo (com base no que nosso público necessita);
- Aquelas relacionadas ao planejamento estratégico institucional;
- Aquelas provenientes de instrumentos de CPAs de outras instituições.

De acordo com a necessidade e disponibilidade das informações, poderão ser gerados diversos instrumentos de coleta de dados, com diferentes periodicidades e prazos de aplicação, tendo em vista a eliminação de viés de pesquisa e a prestação de informações oportunas em tempo oportuno. Por exemplo, pesquisas com alunos podem apresentar diferentes respostas dependendo da época e situação em que sejam aplicadas.

Determinadas pesquisas devem ocorrer semestralmente, para possibilitarem uma análise satisfatória, enquanto outras podem assumir periodicidade bianual, em virtude de serem mais relevantes em períodos de transição de gestão.

Tendo em vista que determinados segmentos da comunidade acadêmica podem ser de maior interesse, haverá blocos de perguntas específicos. Dessa forma, o trabalho de levantamento de dados será realizado por meio de mais de um instrumento de coleta de dados, ou ativação de blocos específicos de perguntas, apresentando determinado nível de personalização de acordo com as características do respondente.

Será considerada também, em relação aos questionários, a existência de questões que apenas docentes e técnicos são aptos a responder, a exemplo de questões relacionadas à política de pessoal. Esse tipo de especificidade pode conduzir, portanto, à geração de determinados questionários.

Os questionários consistirão em blocos de perguntas, de forma que, caso o respondente responda *sim* para uma pergunta fechada (uso de perguntas condicionantes para tratar da personalização do respondente), abrir-se-á um bloco de perguntas específico. O instrumento de coleta de dados será aplicado por meio eletrônico, no qual o respondente usará a opção *avançar* para seguir para o próximo bloco de perguntas. Esse formato busca mitigar possível viés em que os respondentes podem afirmar negativamente uma pergunta-chave para pular determinado bloco de perguntas.

Esta comissão não manterá canal aberto para manifestações de sugestões e identificação de demandas avaliativas. A oportunidade de manifestação da comunidade acadêmica ocorrerá apenas dentro do instrumento de coleta de dados, nas perguntas dirigidas de caráter aberto e em espaços específicos para registros de observações. Um canal dessa natureza, permanentemente aberto, poderia abrir espaço para a recepção de reclamações que fogem ao nosso escopo de trabalho, como demandas a serem tratadas pela ouvidoria, auditoria interna e assim por diante. Acreditamos, neste momento, que uma iniciativa desse tipo poderia gerar atrito com demais setores e desvirtuar-nos de nossos objetivos regimentais.

Quando os dados repassados forem comunicados pela fonte como de cunho confidencial, serão seguidas as orientações e os cuidados por ela indicados, sendo tais dados, dentro do possível, analisados centralizadamente. Dependendo do nível de

publicidade de informações específicas, estas poderão ser disponibilizadas apenas para a Administração.

Indicadores

Os indicadores geralmente são vinculados a metas e utilizados para avaliar o alcance destas. Alternativamente, em nosso caso, tendo em vista que esta comissão não determina as metas institucionais, os indicadores levantados terão papel de acompanhamento apenas. Cabe ressaltar que podem ser atribuídos indicadores e seus critérios para cada um dos objetivos propostos no planejamento. Essa medida tornará mais didática e ilustrativa a evolução das ações. Alguns indicadores que a Administração julgar importante ao acompanhamento podem ser incorporados a questões específicas dos instrumentos de coleta de dados.

Por exemplo, em relação ao processo de acompanhamento das proposições dessa comissão, poderão ser definidos como indicadores o percentual de tratamento dado às proposições da comissão e o percentual de proposições efetivamente atendidas pela Administração.

Os indicadores serão construídos concomitantemente aos instrumentos de coleta de dados, sendo provenientes destes. A forma como determinados dados serão levantados influenciará esse quesito. De qualquer modo, a título de exemplo, seguem abaixo algumas propostas de indicadores que poderão eventualmente ser aferidos dos instrumentos de coleta de dados e acompanhados periodicamente:

Indicadores de qualidade do processo de autoavaliação:

- Quantidade de proposições x quantidade de proposições atendidas;
- Visão da comunidade acadêmica em relação ao processo de autoavaliação;
- Nível geral de participação de cada segmento;
- Grau de alinhamento das avaliações em relação às avaliações externas;
- Estimativa de conceito de curso/institucional;
- Grau de coerência PDI/ PPI/ PPC (Itens previstos x Itens observados).

Indicadores relativos à gestão:

- Grau de alinhamento ao PDI;

- Grau de execução dos objetivos estratégicos;
- Grau de satisfação geral do público em relação à gestão.

Indicadores relativos a políticas de pessoal:

- Grau de satisfação geral com a política de pessoal;
- Quantidade de afastamentos (evolução anual);
- Gastos com capacitações por servidor;
- Horas/cursos por servidor;
- Número de capacitações com mão de obra interna.

Indicadores relativos à infraestrutura:

- Satisfação geral aos ambientes do *campus* (cantina, salas, laboratórios, etc.);
- Indicadores relacionados a bibliotecas e laboratórios (acervo, alinhamento do acervo em relação às grades curriculares, etc.).

Indicadores relativos a acompanhamento de egressos:

- Satisfação geral com a formação;
- Inserção no mercado de trabalho;
- Motivação para recomendação de curso/instituição a terceiros;
- Satisfação com o corpo docente;
- Satisfação com a infraestrutura geral;
- Aplicabilidade dos conteúdos aprendidos.

Determinadas ações propostas em PDI acontecerão em etapas durante um longo tempo. Em função disso, torna-se de grande importância e repercussão apresentar sua evolução para toda a comunidade acadêmica, a fim de criar uma imagem institucional transparente e atuante, bem como explicitar quais são as dificuldades encontradas ao longo do caminho. A desinformação, nesse sentido, trará à comunidade acadêmica apenas uma visão negativa de inércia e desinteresse. Por esse motivo, a transparência e o acompanhamento dos objetivos registrados em PDI se tornam estratégicos para a instituição.

O acompanhamento e a apresentação dos dados de maneira sintetizada possibilitará aos gestores ter uma visão geral da execução dos trabalhos em nível institucional.

O levantamento da percepção da comunidade acadêmica em relação a determinados fatos institucionais pode possibilitar ao gestor agir proativamente e tempestivamente.

Para uma instituição que oferta um bem intangível, como um produto educacional, a manutenção de uma imagem de instituição sólida e atuante constitui-se essencial para o cumprimento de sua missão e atingimento de sua visão institucional. Dessa forma, uma gestão democrática e transparente é a ação de marketing mais valiosa, pois, trazer aos estudantes uma visão positiva do instituto fará com que estes sintam orgulho de fazer parte dessa família e influenciem outras pessoas a ingressarem em nossa instituição.

A percepção dos alunos de que, mediante seus apontamentos e sugestões, estão contribuindo efetivamente para aprimorarem a instituição de que fazem parte é motivação poderosa. Isso só se torna possível por meio dos atos de transparência elencados acima.

Sem uma CPA atuante, em seu papel estratégico de municiar nossos gestores com informação oportuna, percebemos que não se constitui viável o alcance de conceitos máximos, institucional e de cursos. A natureza independente e a abrangência institucional da referida comissão tornam possível o diálogo com a comunidade acadêmica.

As ações da CPA devem ser vistas pelos alunos como o canal por meio do qual podem expressar sugestões, insatisfações e intenções de melhorar seu ambiente, tendo a certeza de que estarão depositando seus anseios em um porta-voz seguro, um canal direto aos olhos e ouvidos dos gestores. Caso seus anseios não possam ser atendidos de imediato, serão, ao menos, considerados e respondidos oportunamente.

Quando se conseguir internalizar essa visão em todos, a avaliação institucional será aguardada e desejada com anseio.

Formatação do relatório

O relatório final seguirá o modelo padrão definido na NT65 e será organizado da seguinte forma:

- Referência 2015, publicação em 03/2016 - 1 Parcial;
- Referência 2016, publicação em 03/2017 - 2 Parcial;
- Referência 2017, publicação em 03/2018 - Integral.

Todos os eixos de autoavaliação serão abordados anualmente, porém, em determinados anos, o aprofundamento em alguns eixos será estratégico, como a exemplo do Eixo 5 - Infraestrutura, que deverá ser abordado com mais profundidade em 2015 e 2017, caso exista possibilidade.

O relato institucional será publicado especificamente para os atos de credenciamento/recredenciamento ou de transformação de organização acadêmica. De qualquer forma, seu conteúdo principal será produzido em todos os anos para compor os itens 3.4 e 3.5 do relatório da CPA.

Publicação dos trabalhos da CPA

A publicação dos trabalhos da comissão será feita de forma centralizada no *site* institucional da Reitoria. Esse espaço será utilizado para registrar todas as informações pertinentes à comissão, tais como a descrição de sua estrutura e importância, os conceitos a respeito das avaliações externas, além das seguintes documentações:

- Lista atualizada dos membros e contatos;
- Relatórios Oficiais da CPA;
- Cronograma do desenvolvimento dos trabalhos;
- Normativas e documentação oficial que norteiam o trabalho da comissão;
- Seu Regimento Interno;
- Demais documentações relevantes de caráter público.

Cada CLA deverá ter um espaço dentro do *site* oficial de seu próprio *campus*, contendo:

- Link remetendo ao espaço da CPA no *site* da Reitoria;
- Lista atualizada dos membros locais;
- Demais documentações relevantes de caráter público e de interesse local.

A proposta da centralização é evitar trabalho em duplicidade na atualização de documentos por parte da CPA e das Comissões Locais, assim como evitar o surgimento de informações desencontradas.

Serão publicados apenas os relatórios finais da CPA. Materiais-meio constituintes como fonte de subsídios da CPA, levantados pelas Comissões Locais, por regra, não serão publicados, mas apenas arquivados como meio de prova, nos termos do art. 12 da Lei nº 10861/04, com exceção de documentações, de caráter público, relevantes ao interesse local. Caso informações sensíveis de interesse exclusivamente administrativo, produto dos processos de autoavaliação, sejam geradas, estas serão repassadas privativamente aos gestores.

Proposições levantadas pelo processo de autoavaliação, tanto como avaliação externa, atendidas pela Administração, ou justificadas, em caso de impossibilidade de atendimento, deverão ser divulgadas em ações de panfletagem nos locais afetados. Tal ação servirá ao atendimento dos seguintes propósitos: dar publicidade aos atos da Administração; constituir-se como campanha publicitária, para transmitir a imagem da instituição como presente e atuante em prol da melhoria de seus processos; e aprimorar a imagem da CPA e reforçar a cultura avaliativa. O *slogan* a ser utilizado nessas divulgações ainda não está definido, mas poderá ser, por exemplo: "Você pediu, o IFC fez, e a CPA mostra!".

Divulgação dos resultados

A divulgação dos resultados da autoavaliação de caráter aberto e público ocorrerá por meio do *link* no *site* oficial da instituição, utilizando-se da mesma estratégia de sensibilização levantada no capítulo Ações de sensibilização.

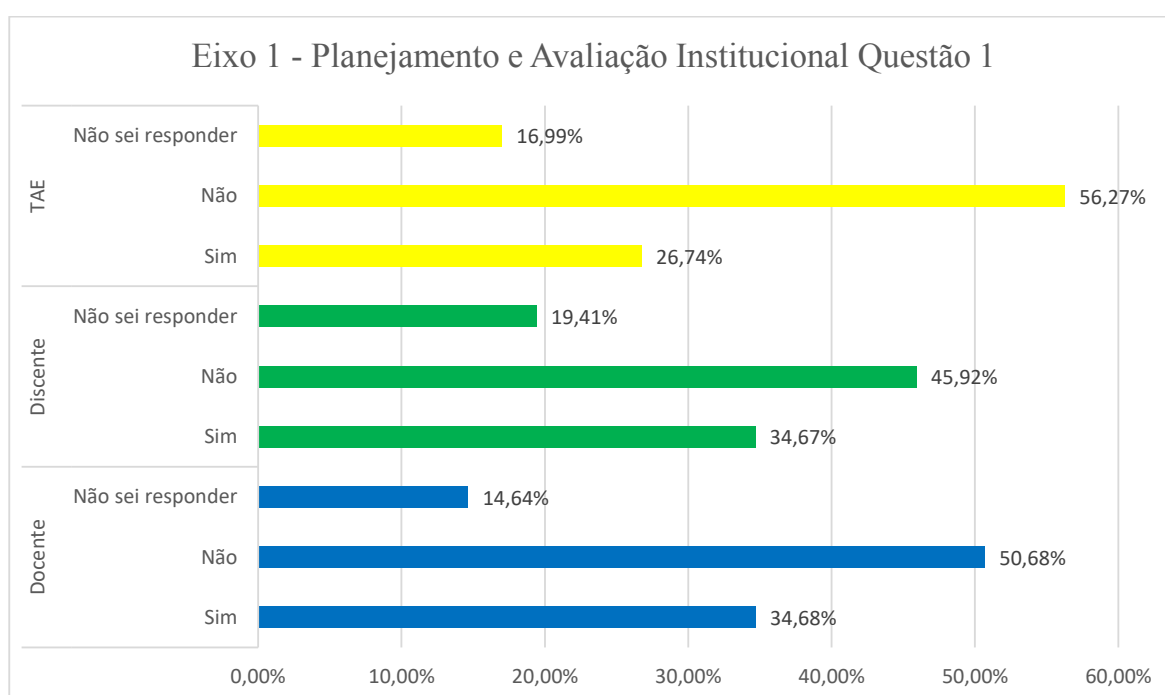
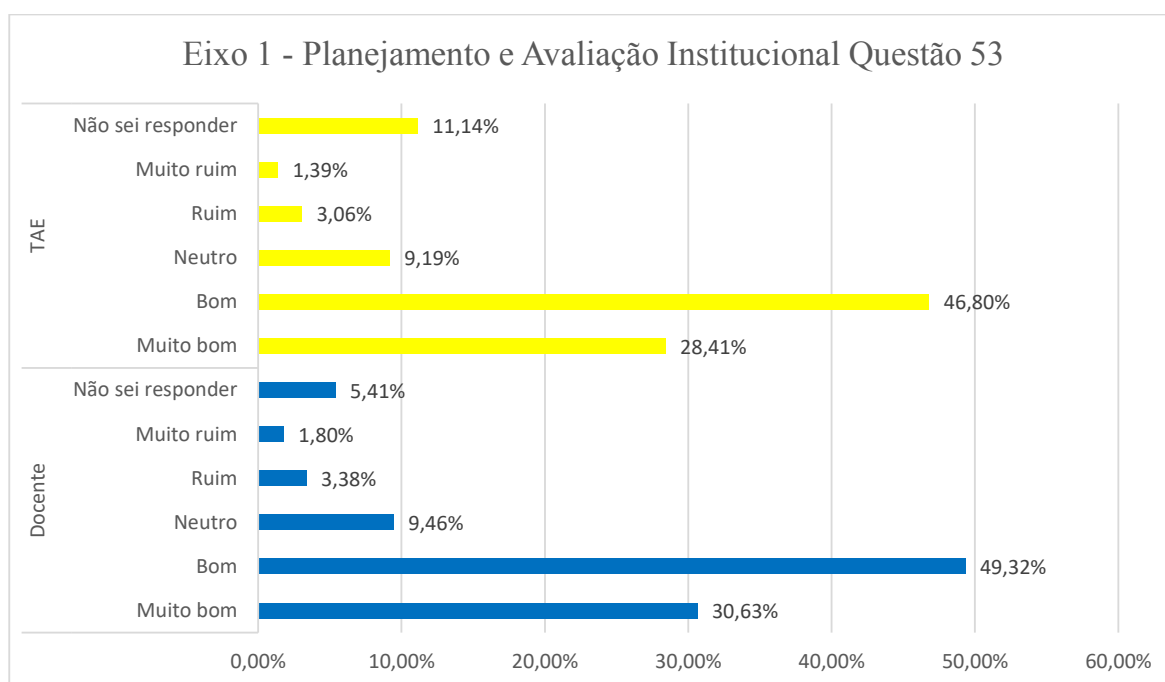
Para facilitar a visualização dos resultados, serão elaborados, sempre que possível, diagramas, gráficos, tabelas e indicadores, com o objetivo de sintetizar os dados e facilitar a análise pelo público.

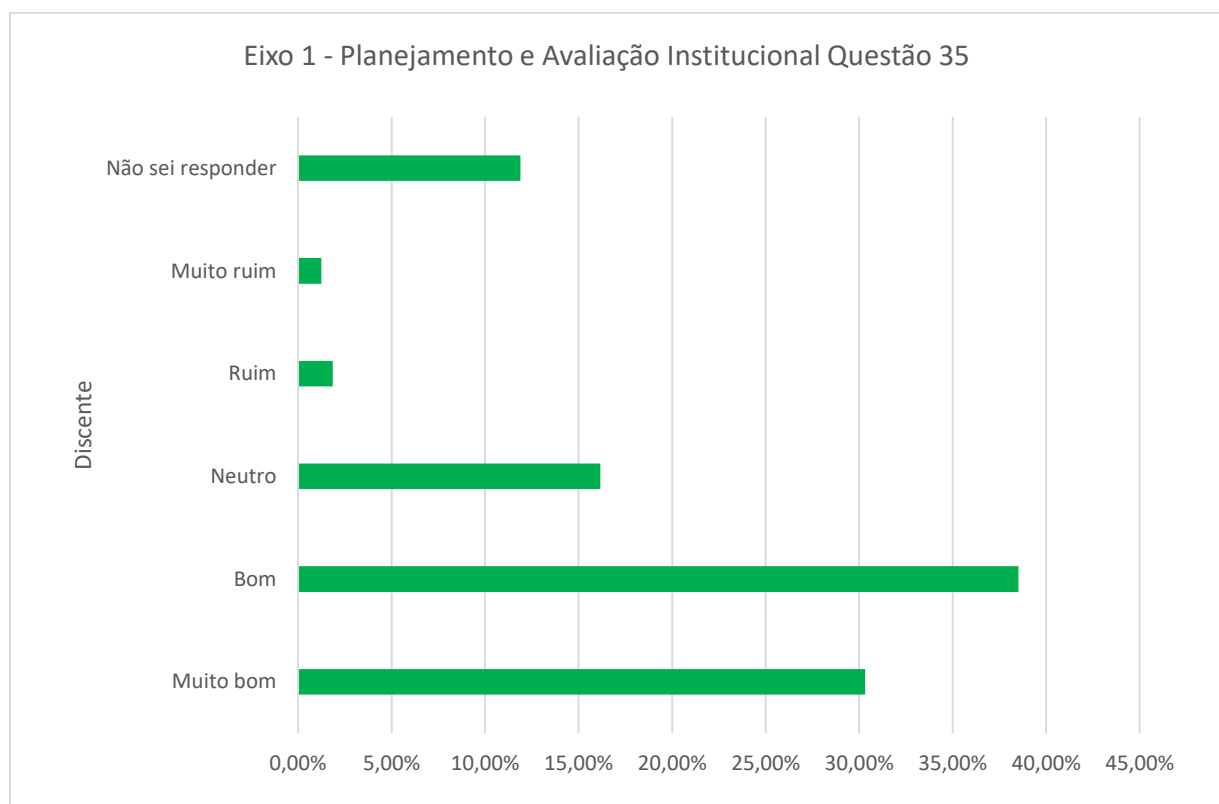
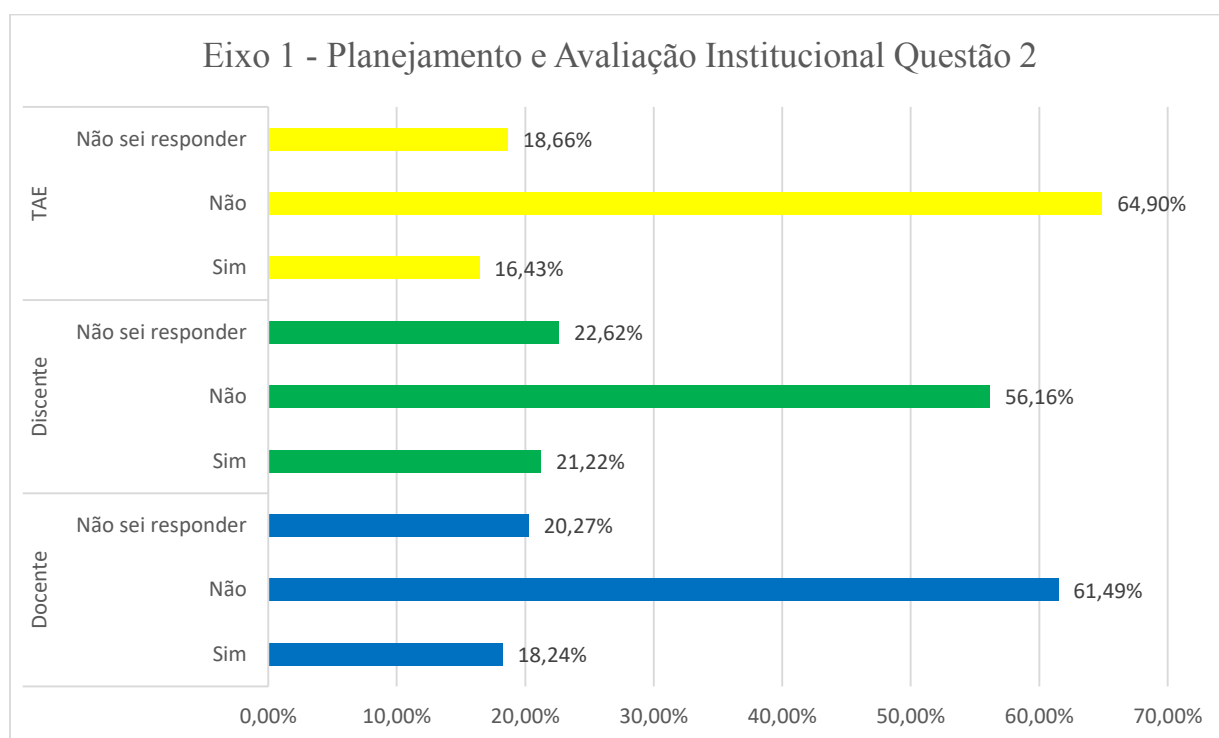
Através dos pontos levantados acima, a Comissão CPA - 2015/2016 pretende nortear seus trabalhos e atender seus objetivos regimentais.

Anexo 2 - Gráficos de Conceitos Totais

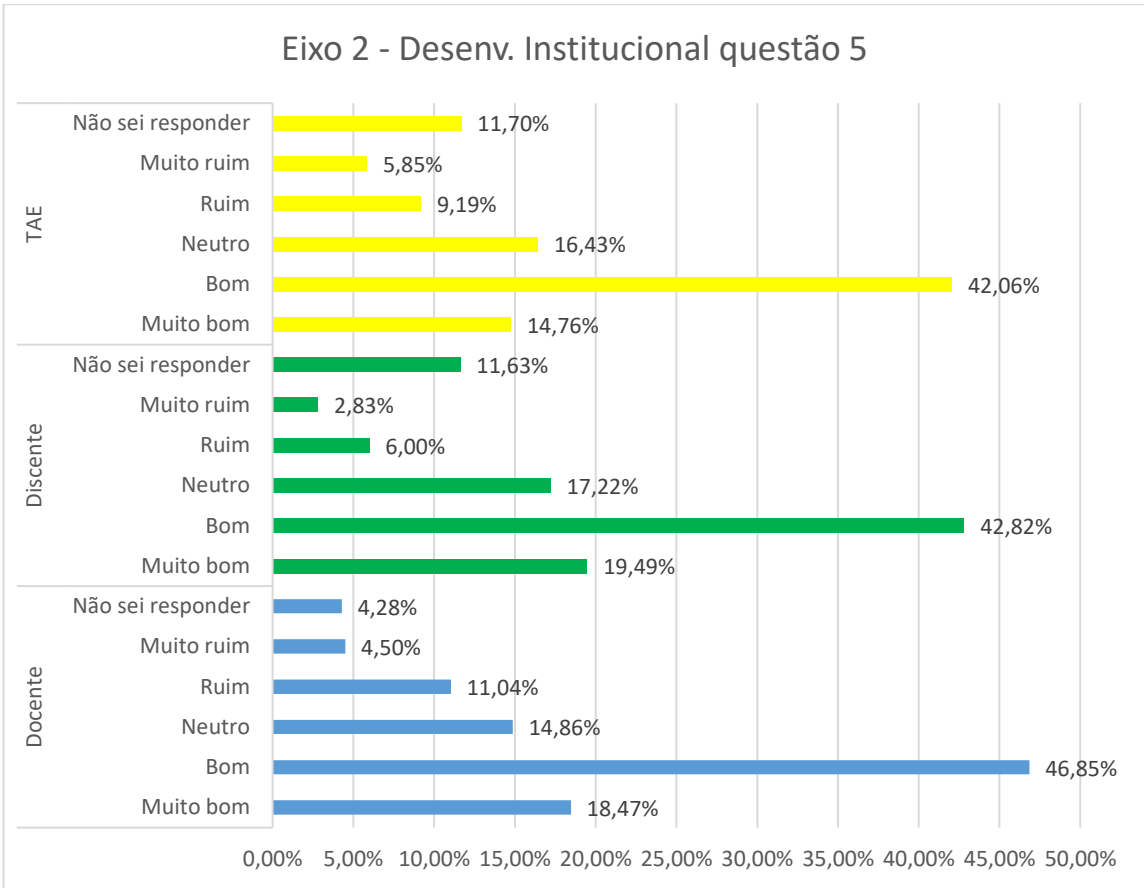
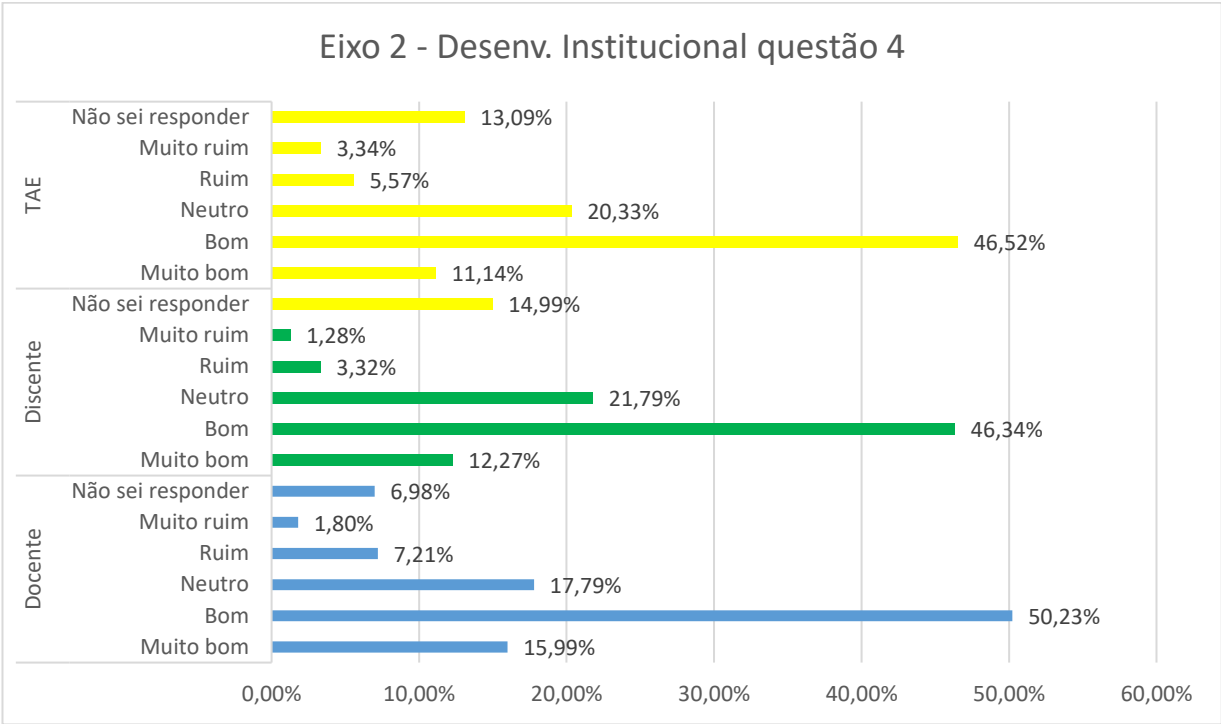
Apresenta-se, a seguir, a ilustração, em forma de gráficos, de todas as questões mencionadas neste relatório.

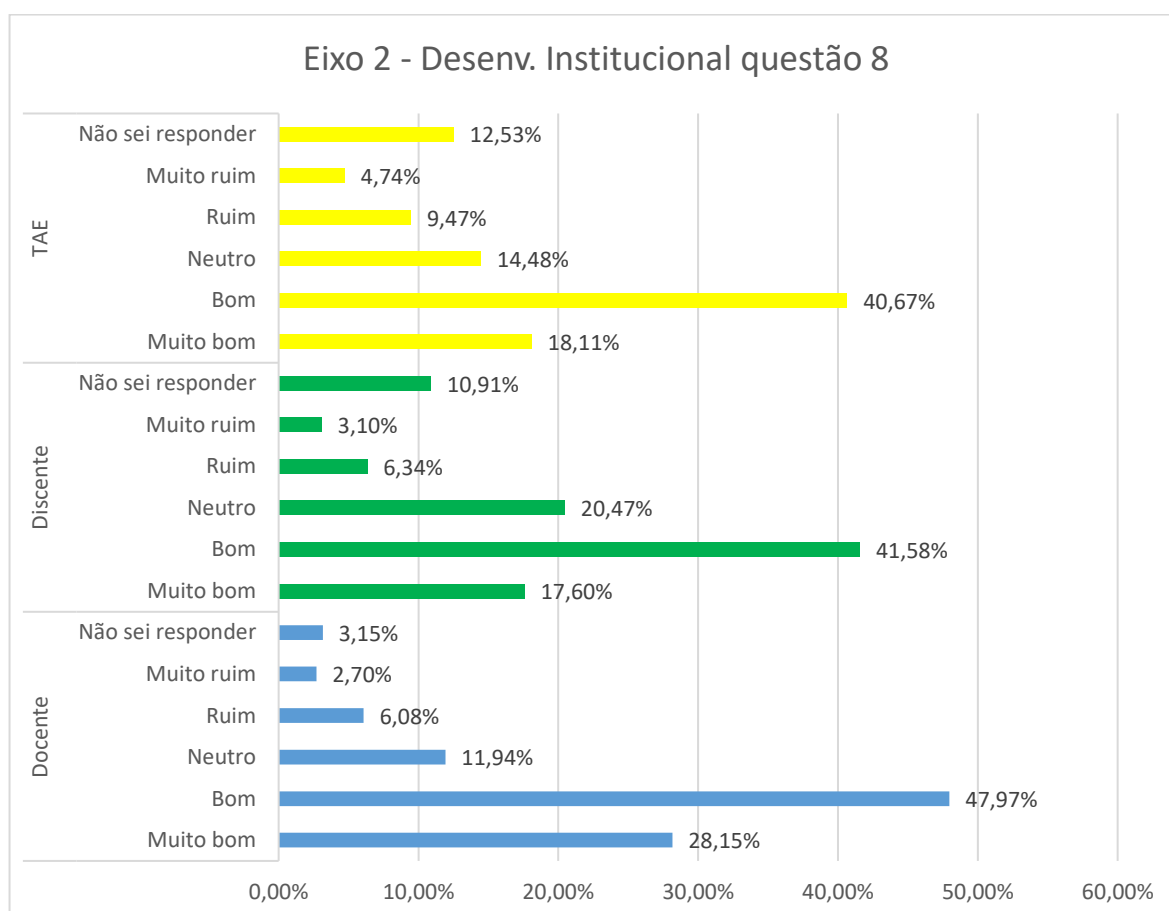
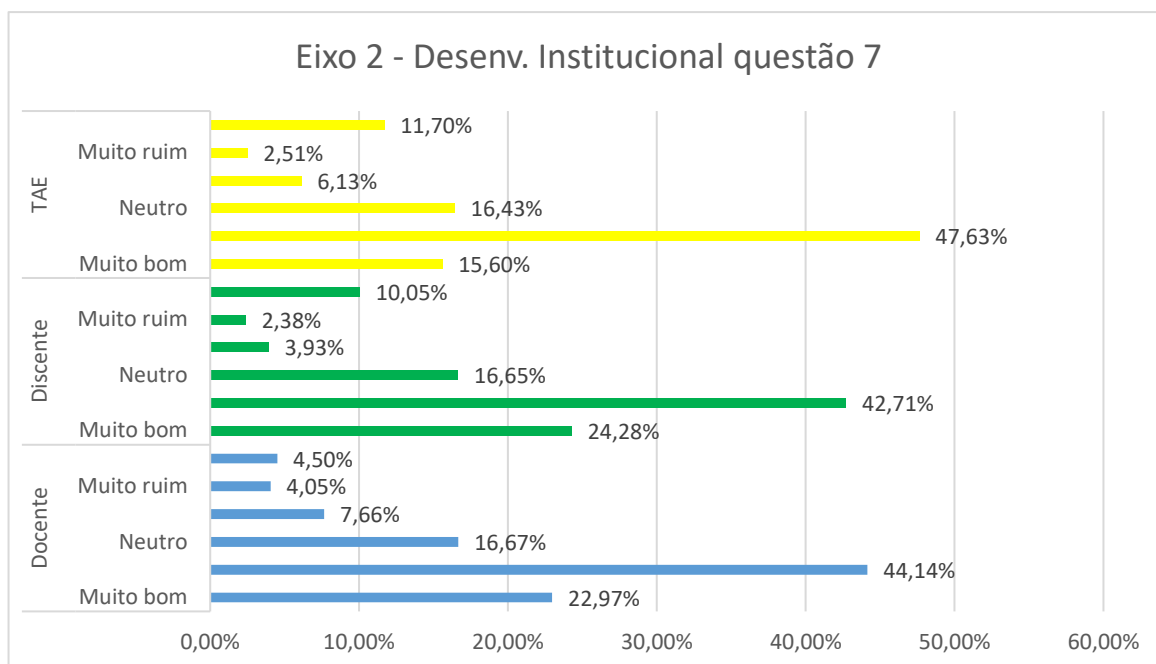
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação institucional.

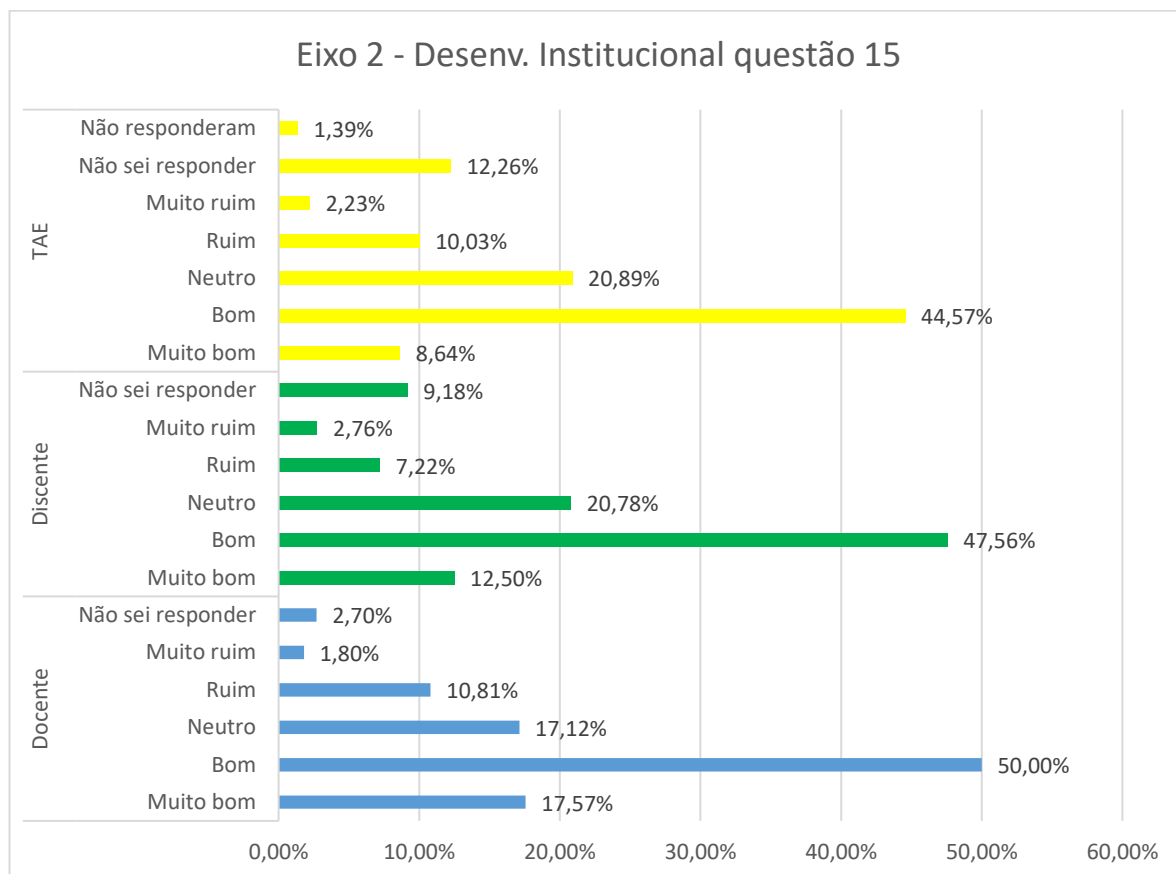
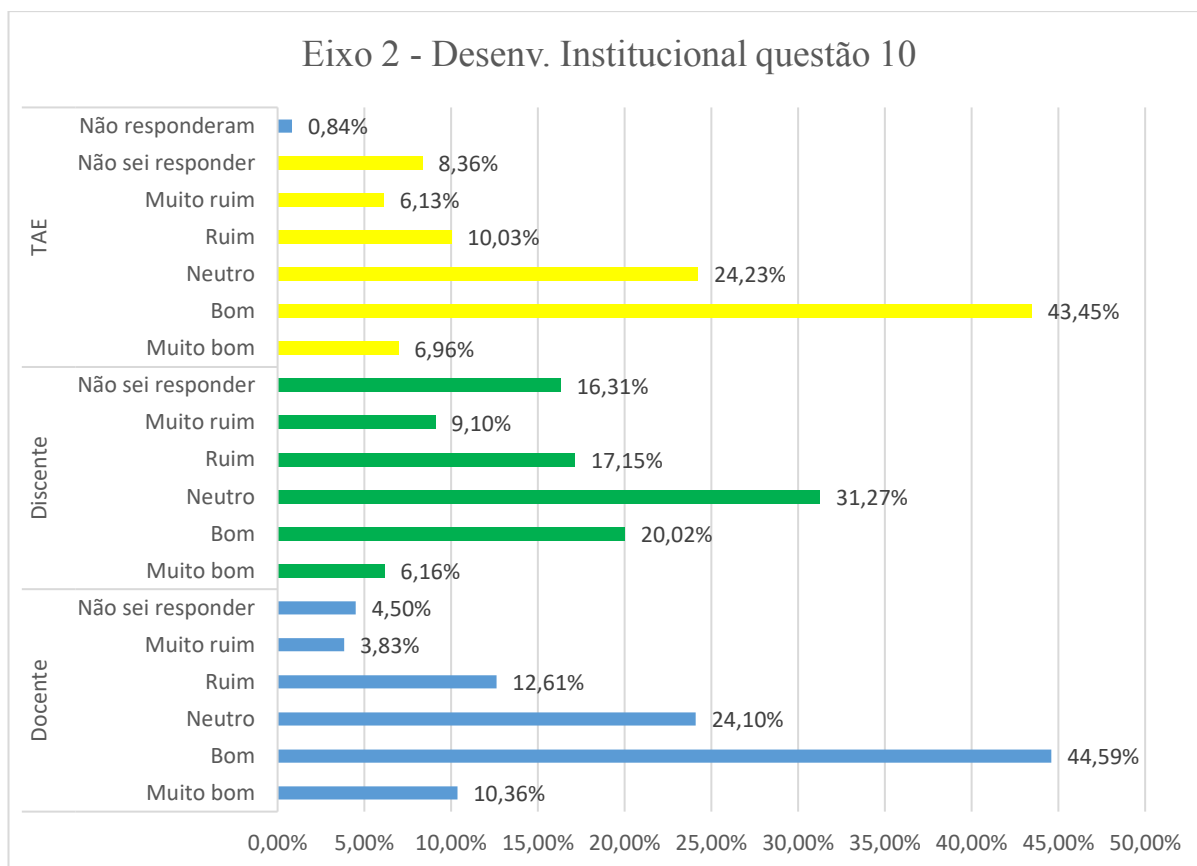


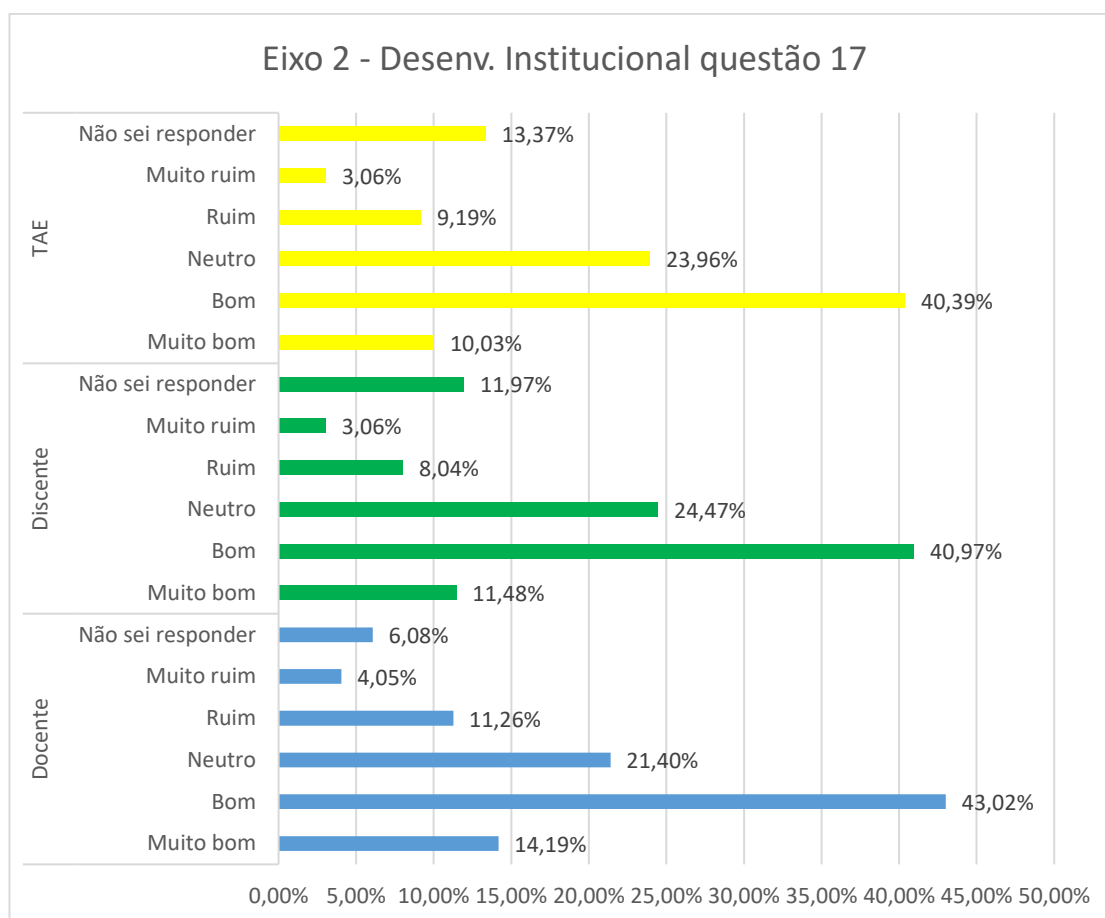
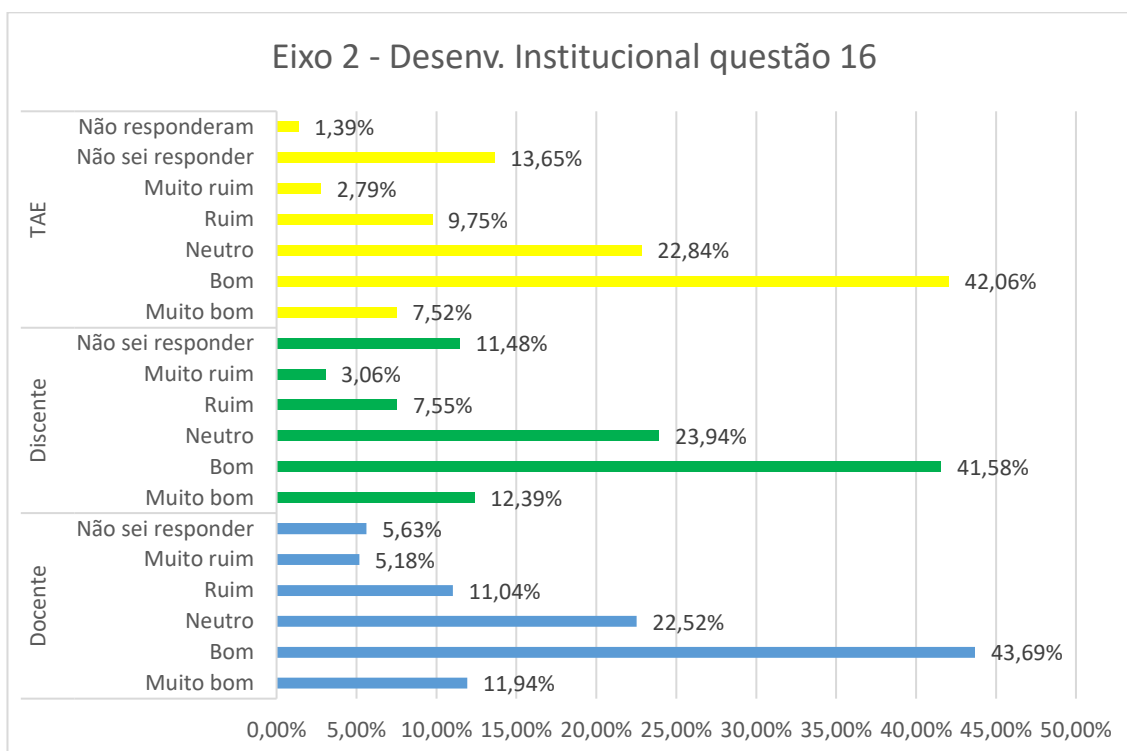


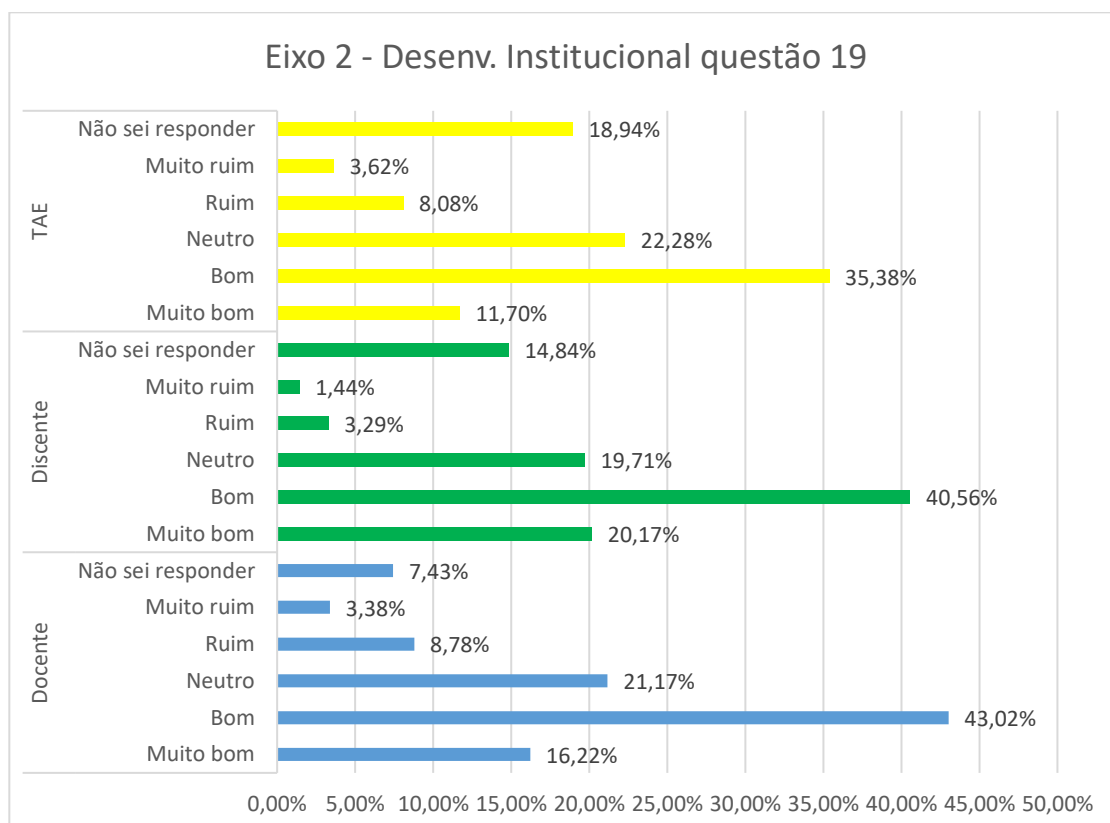
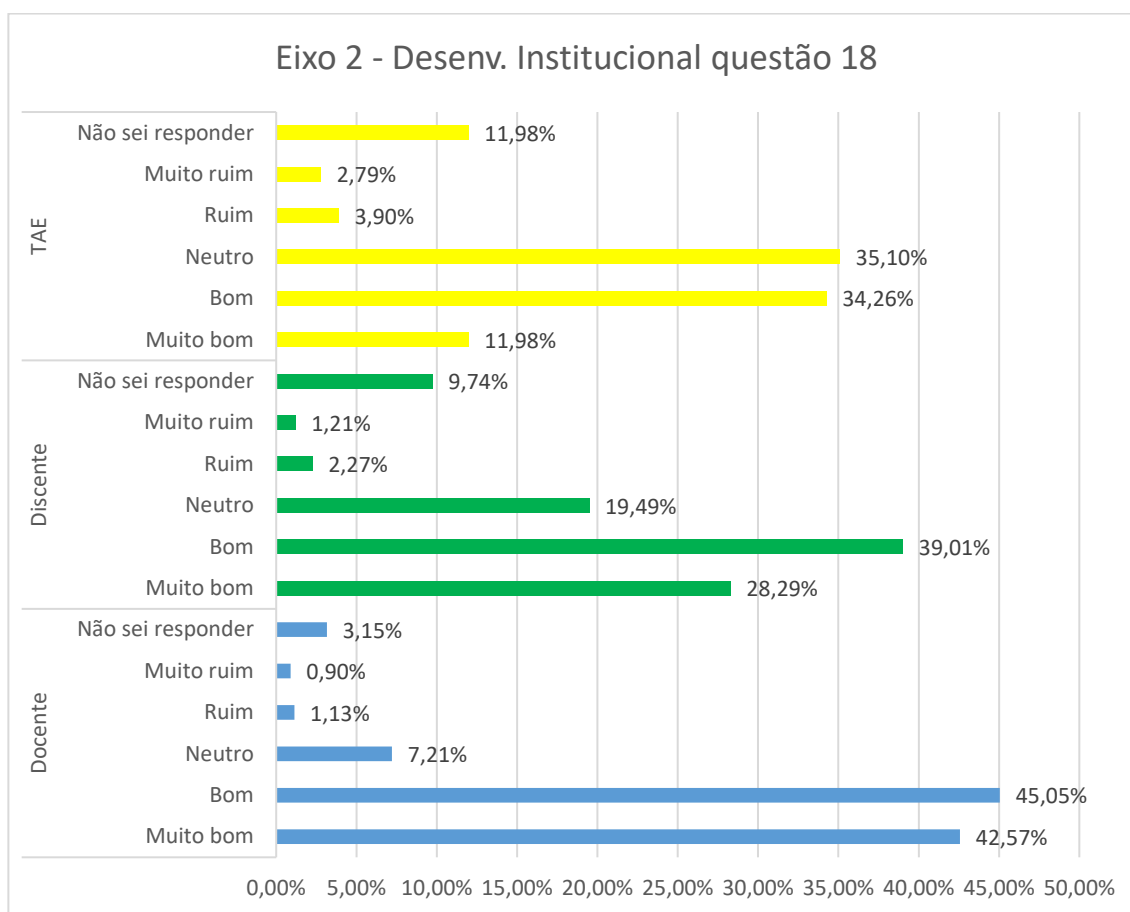
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

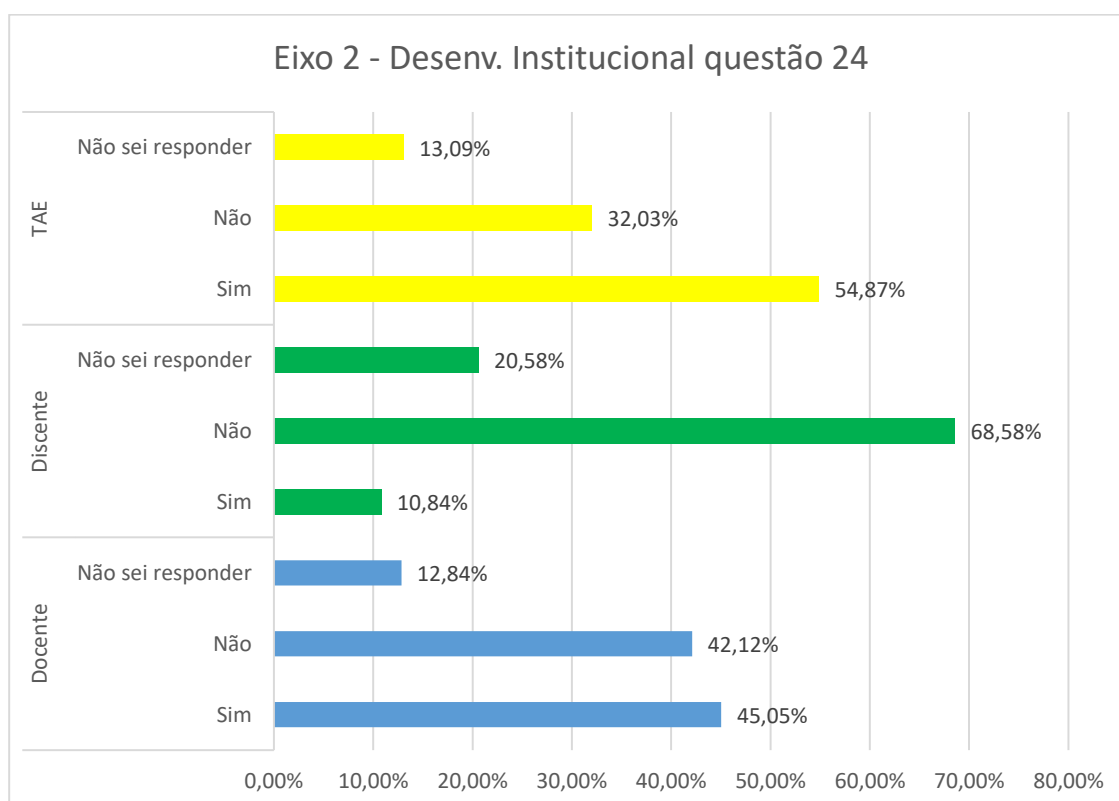
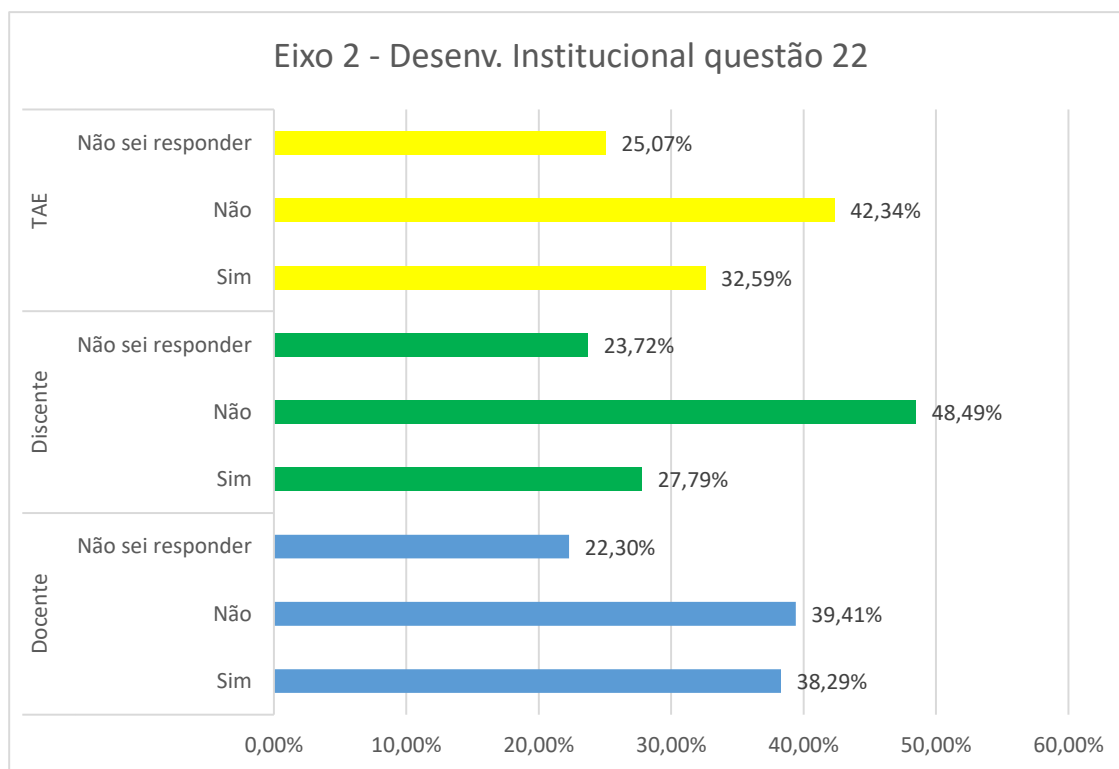




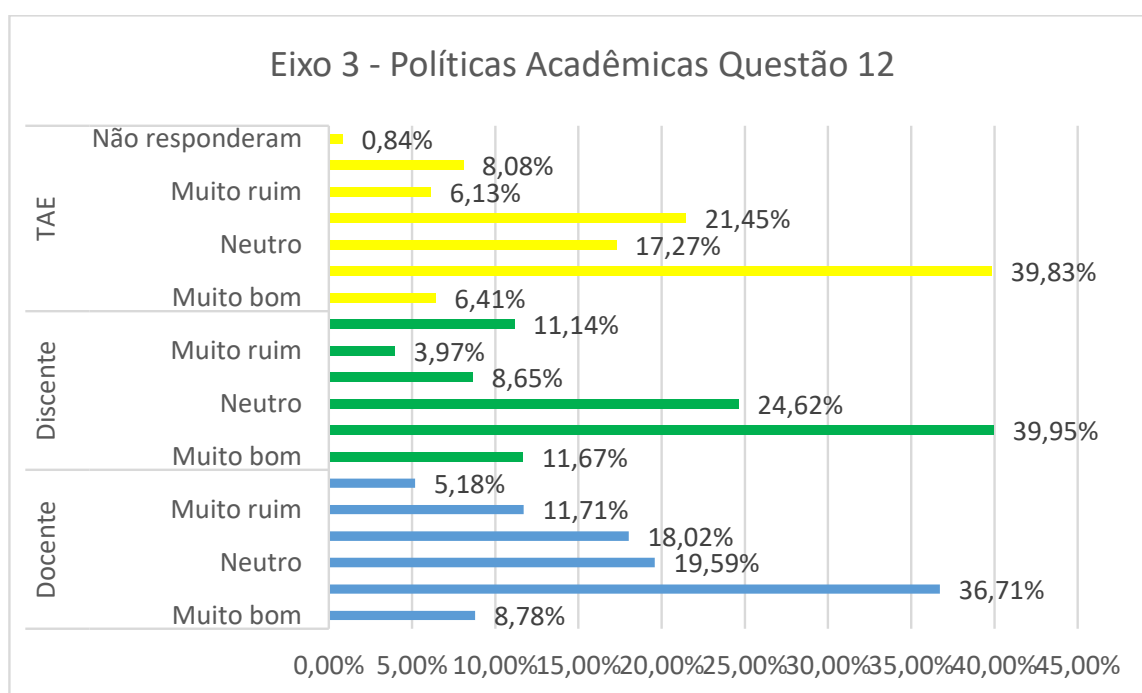
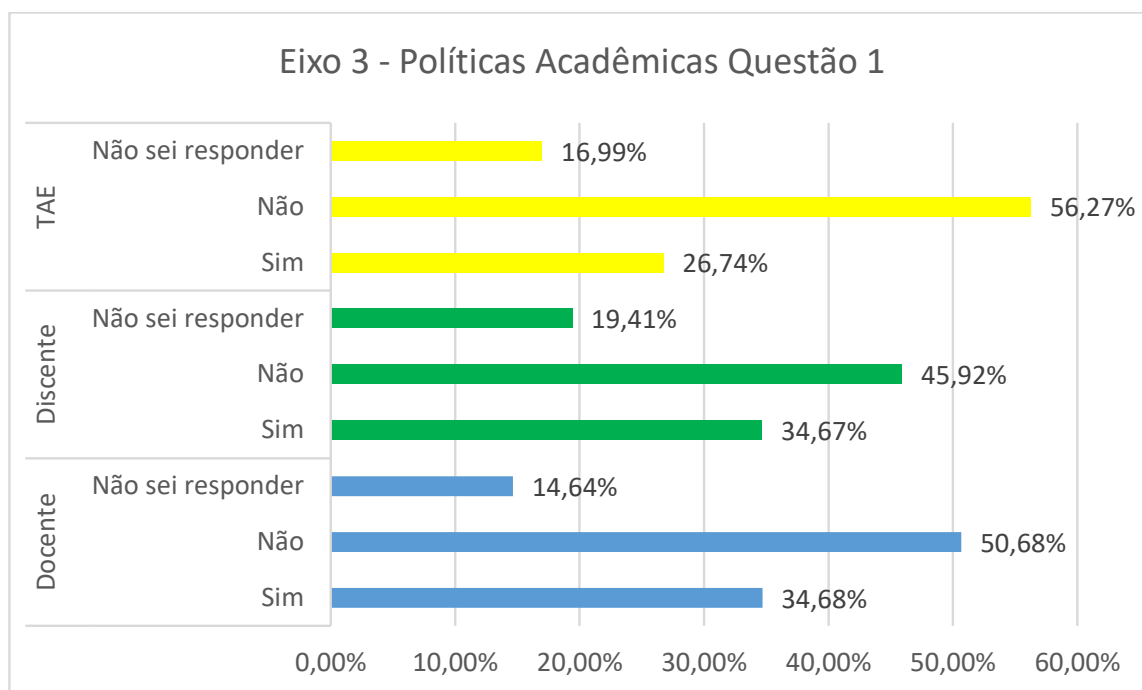


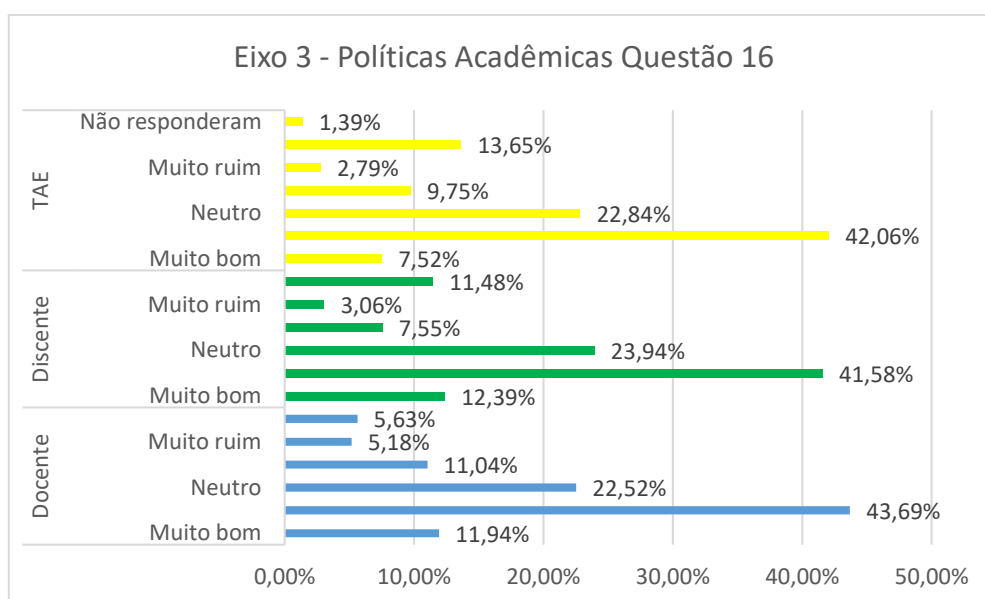
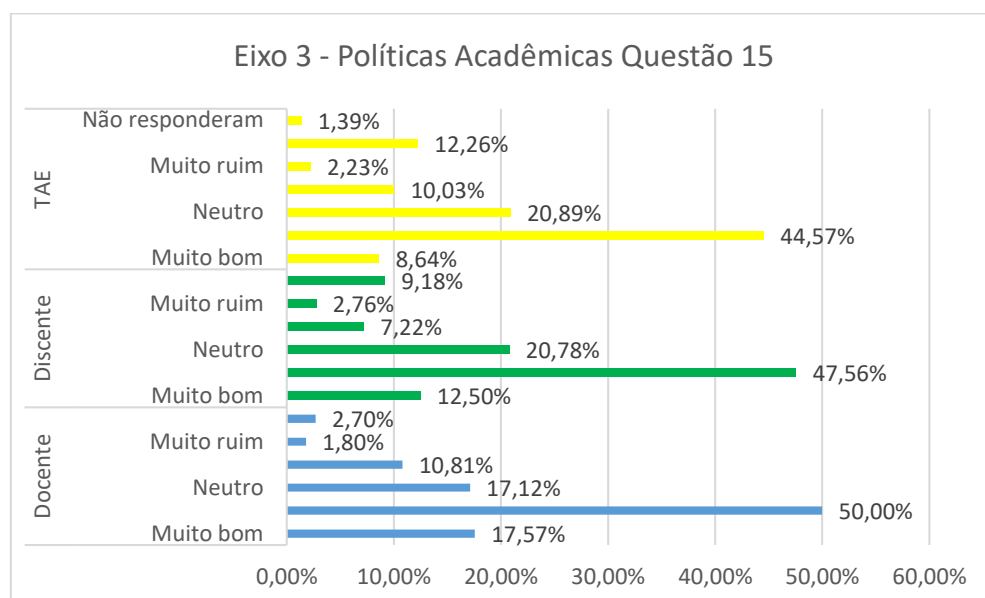
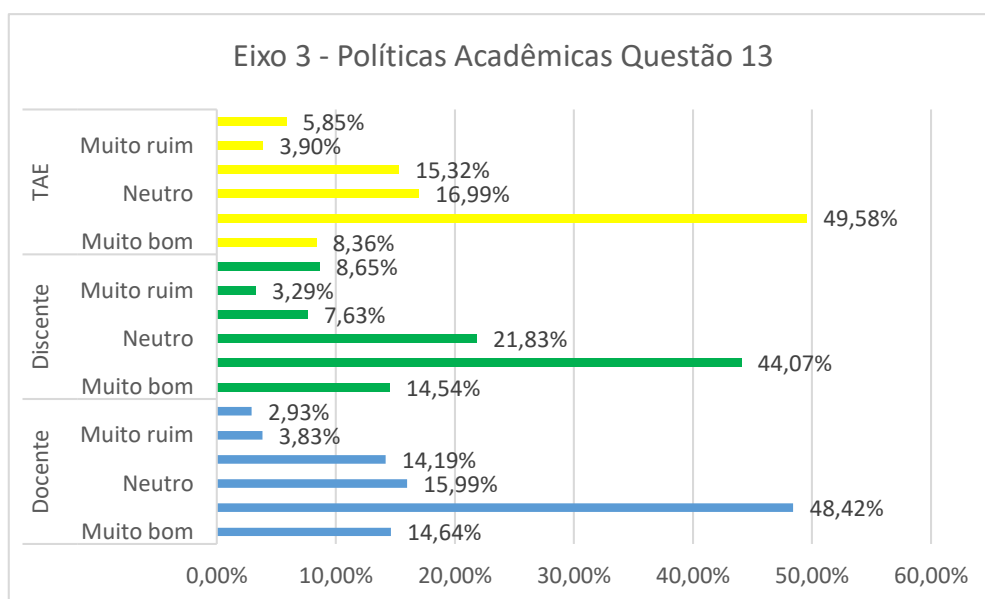


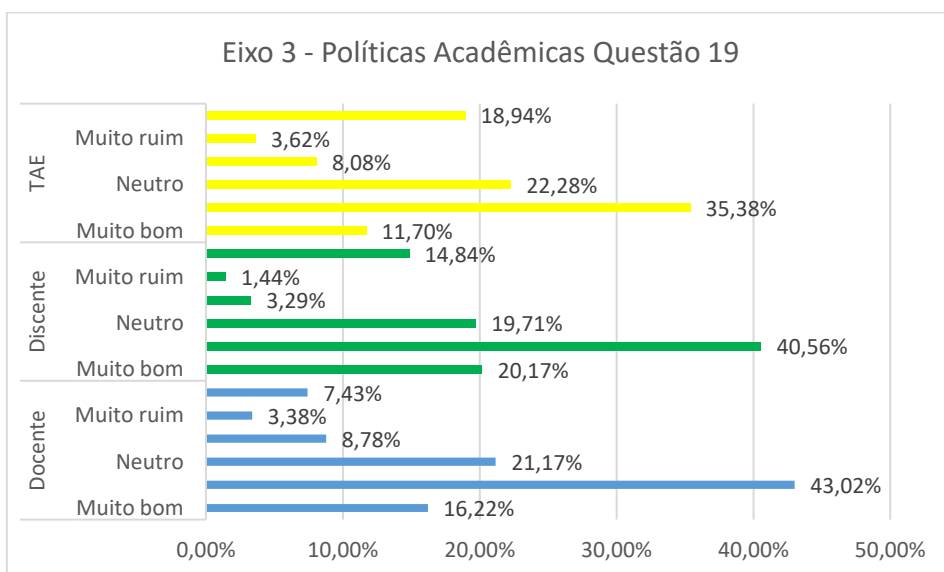
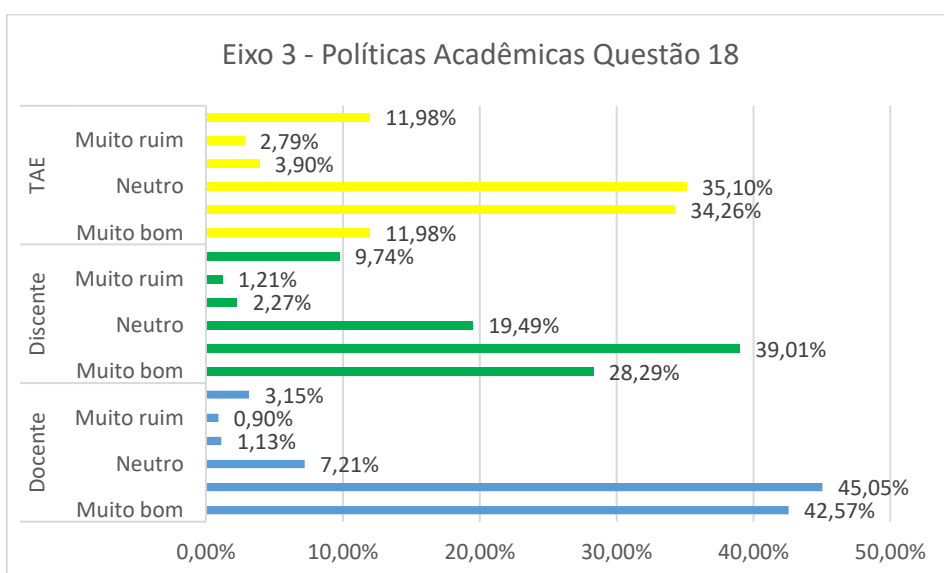
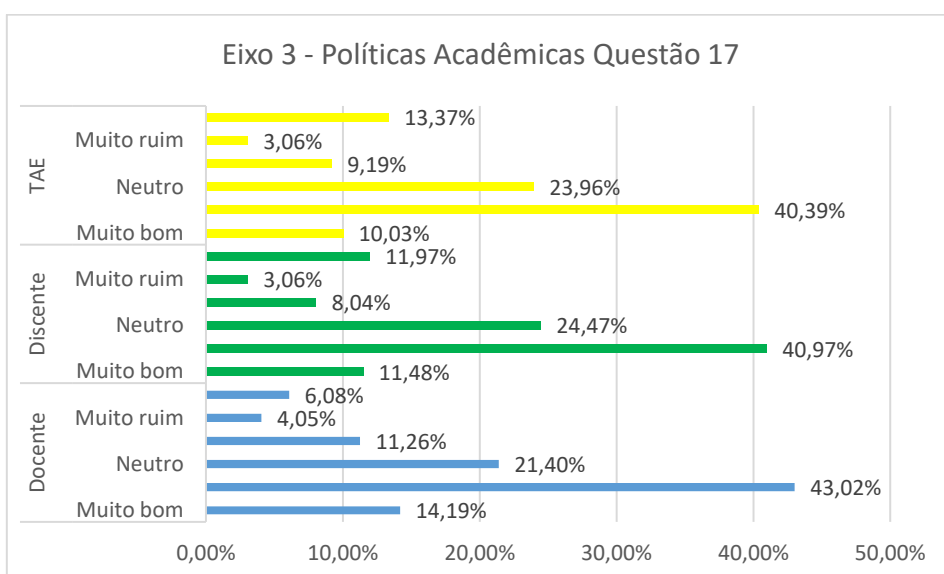


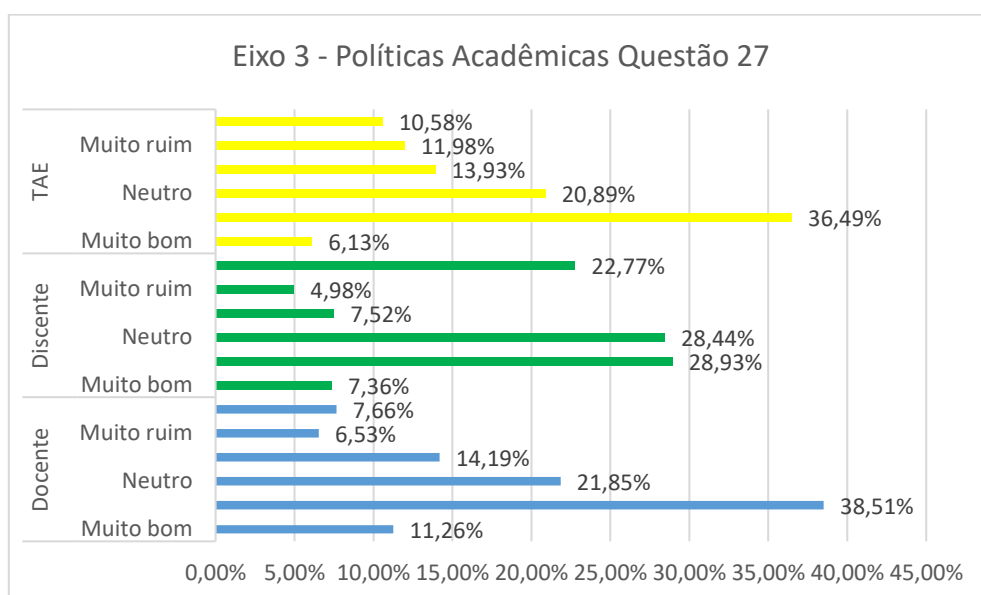
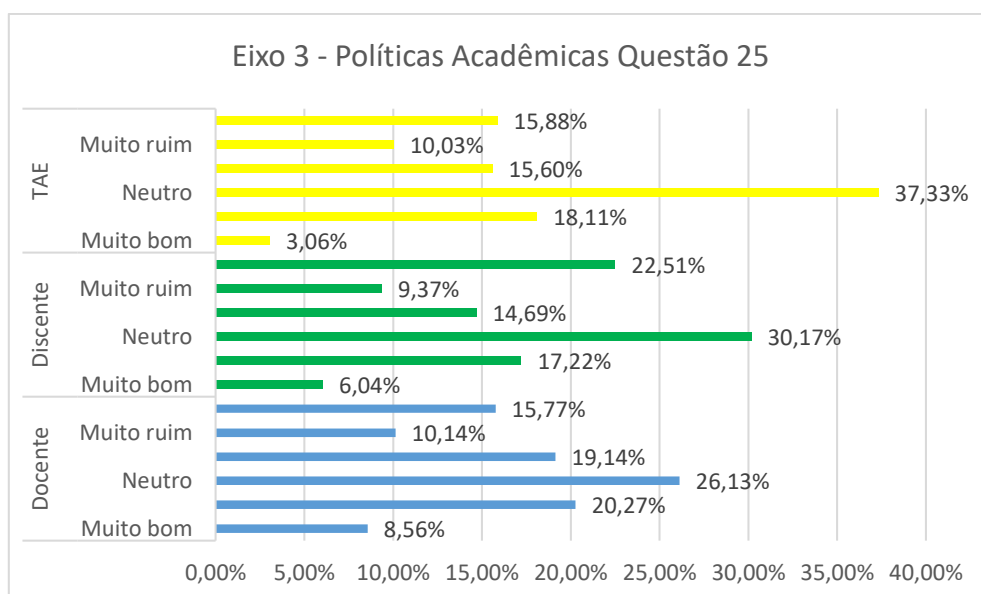
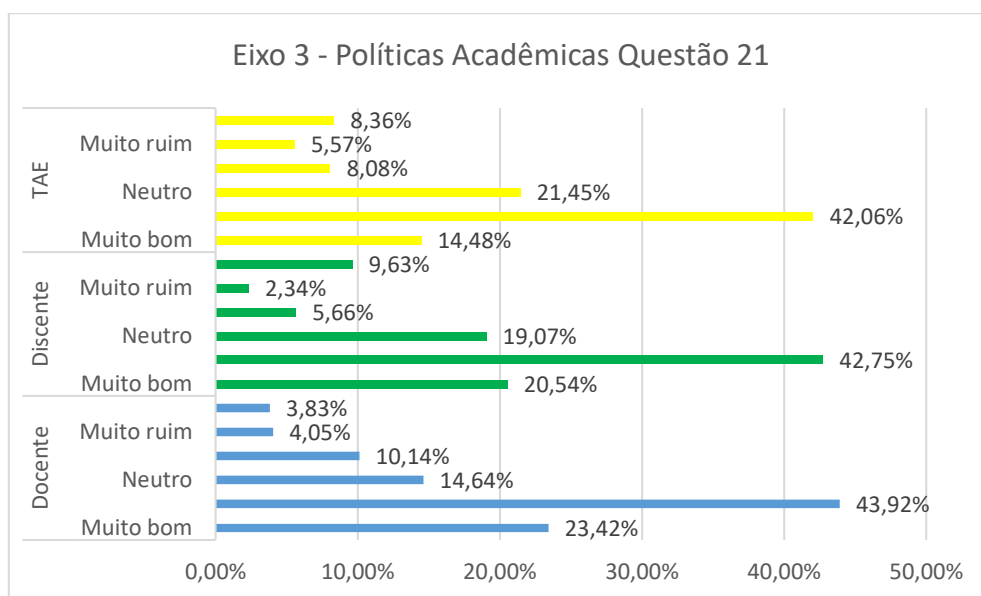


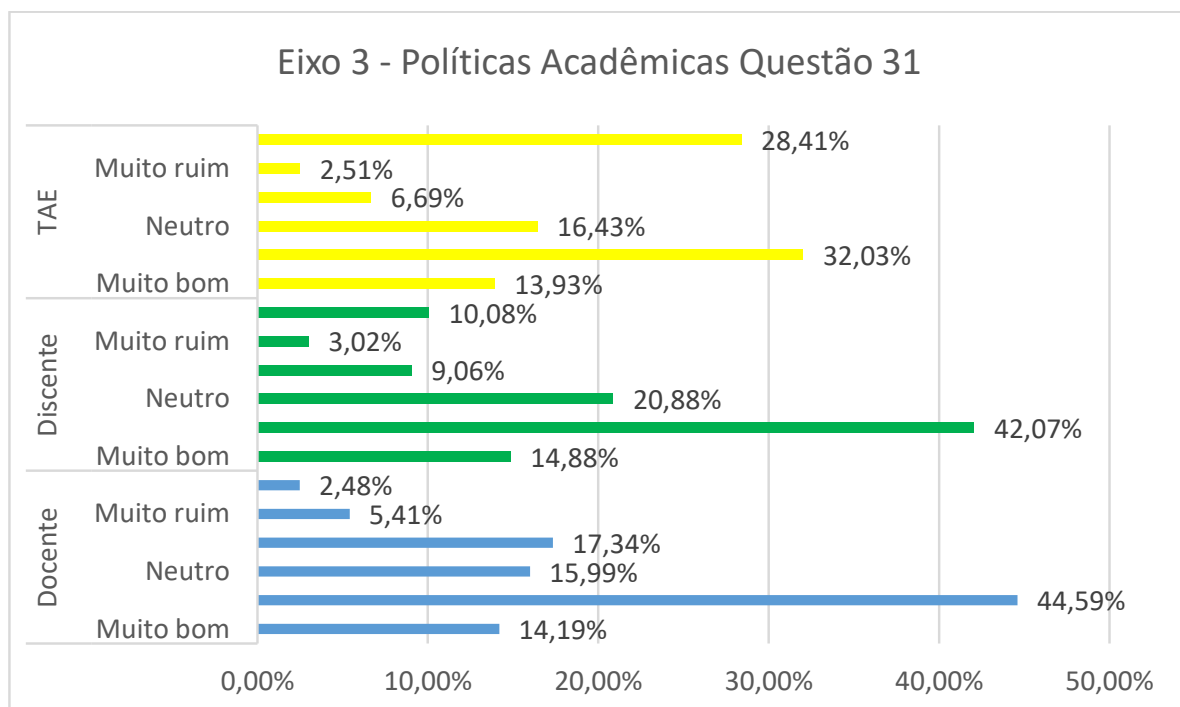
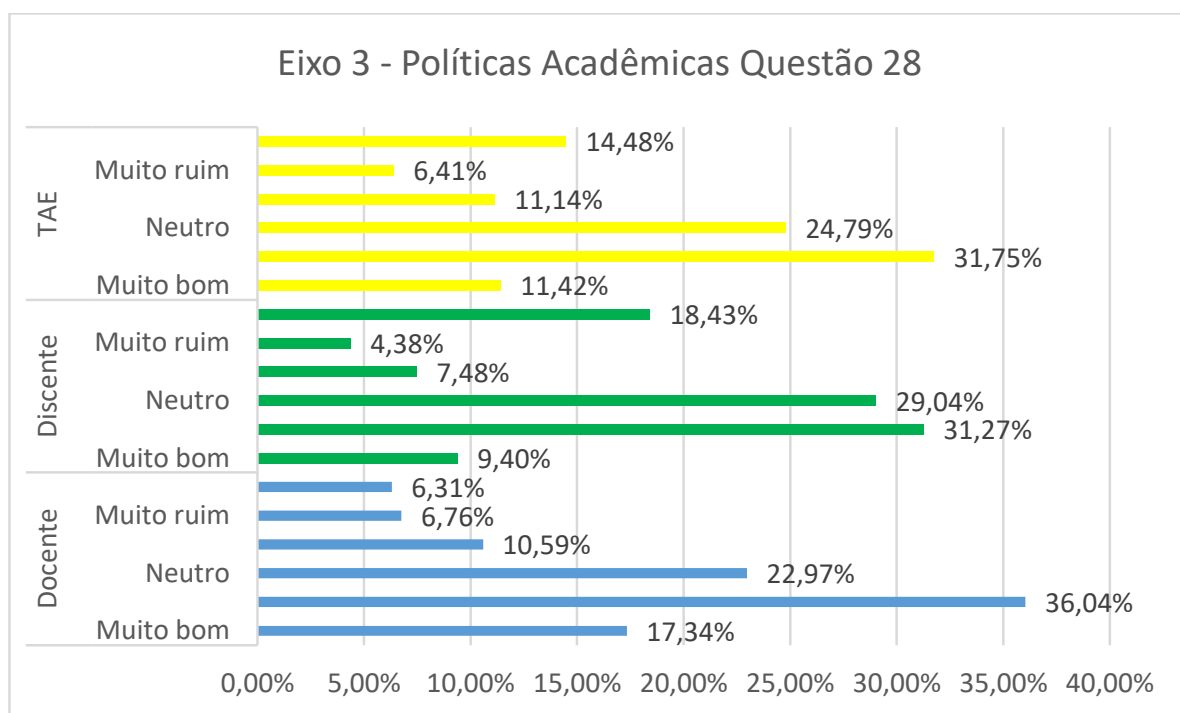
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

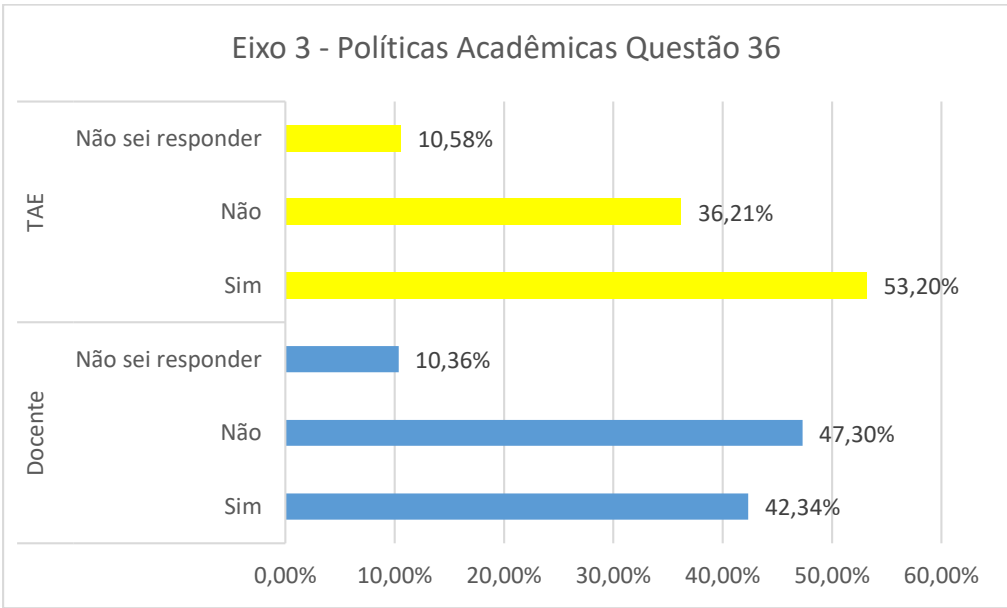
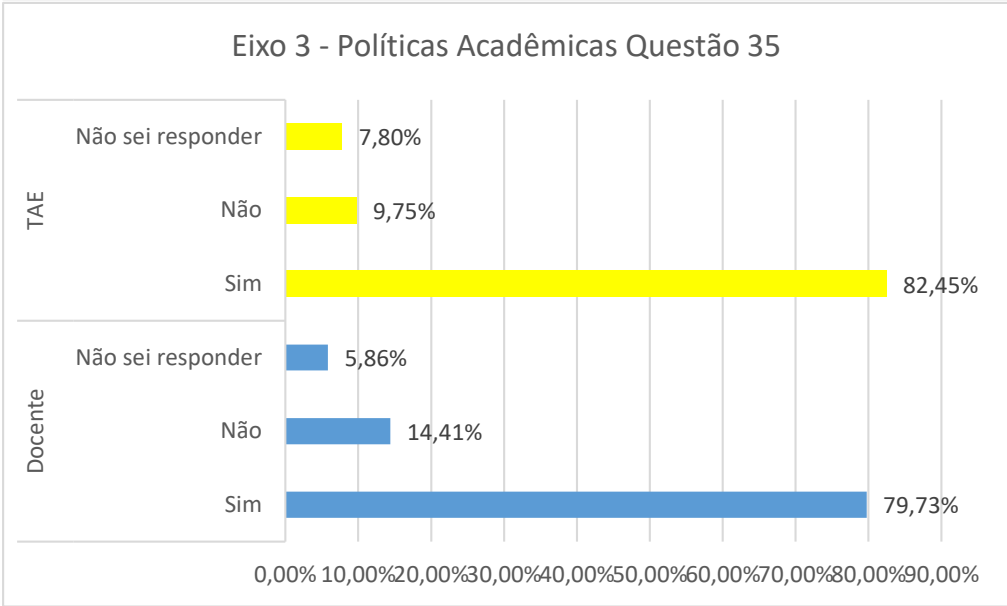
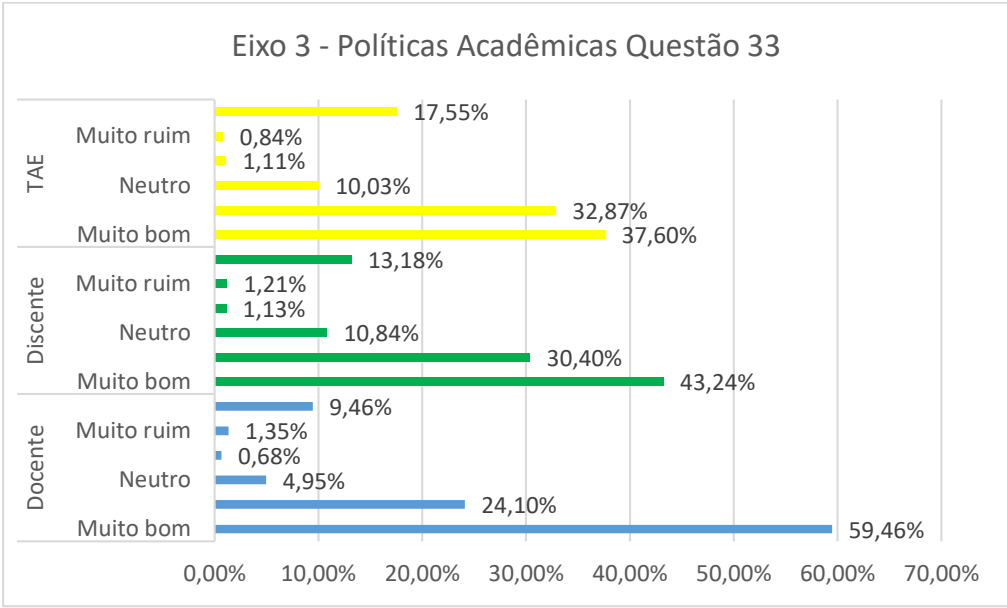


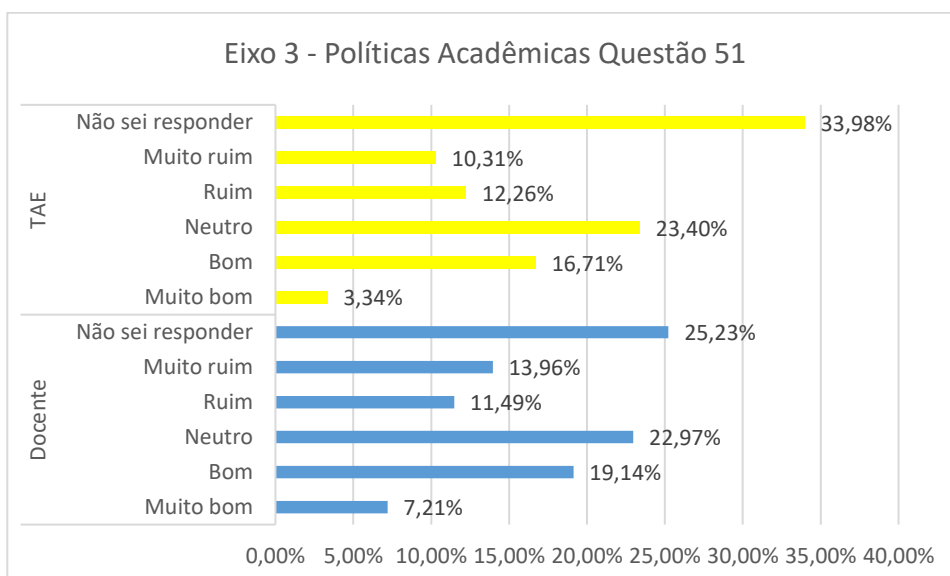
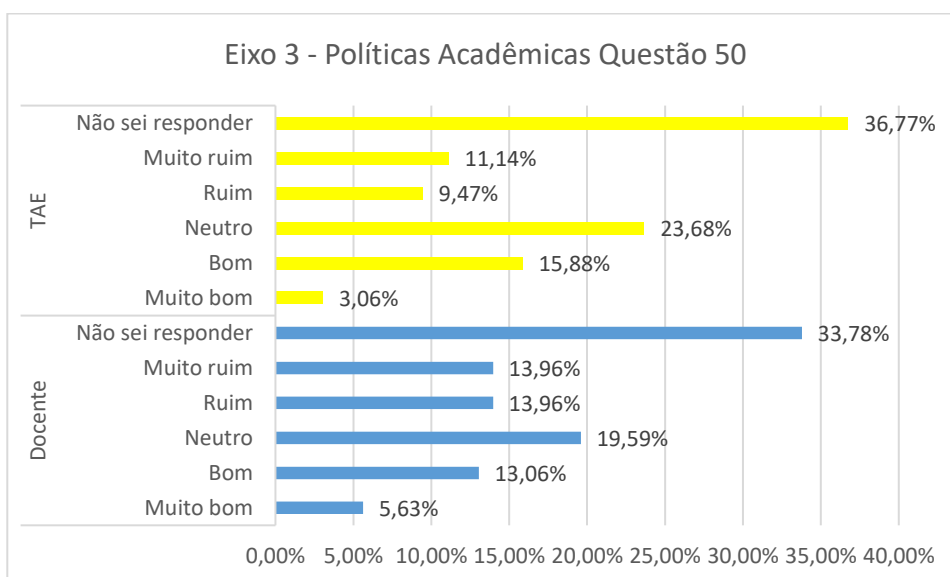
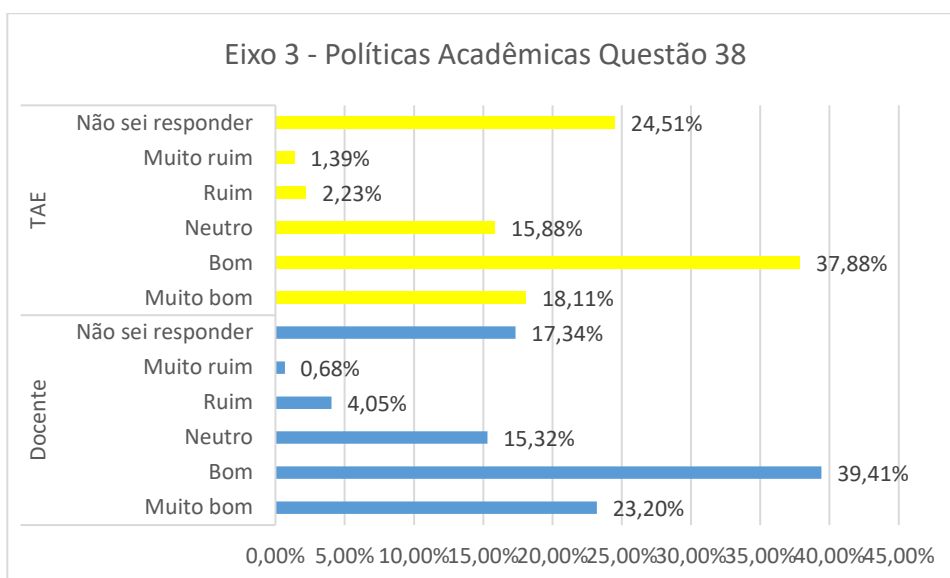




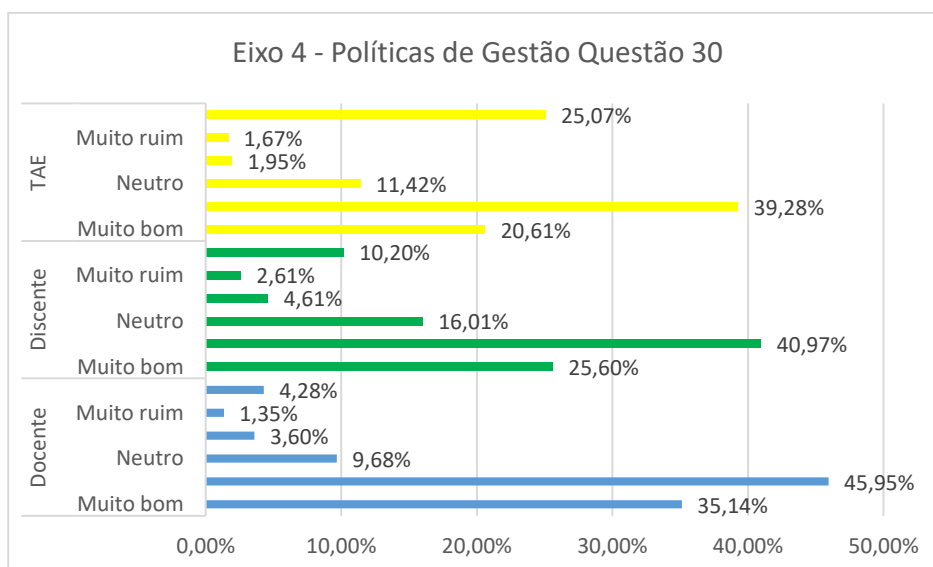
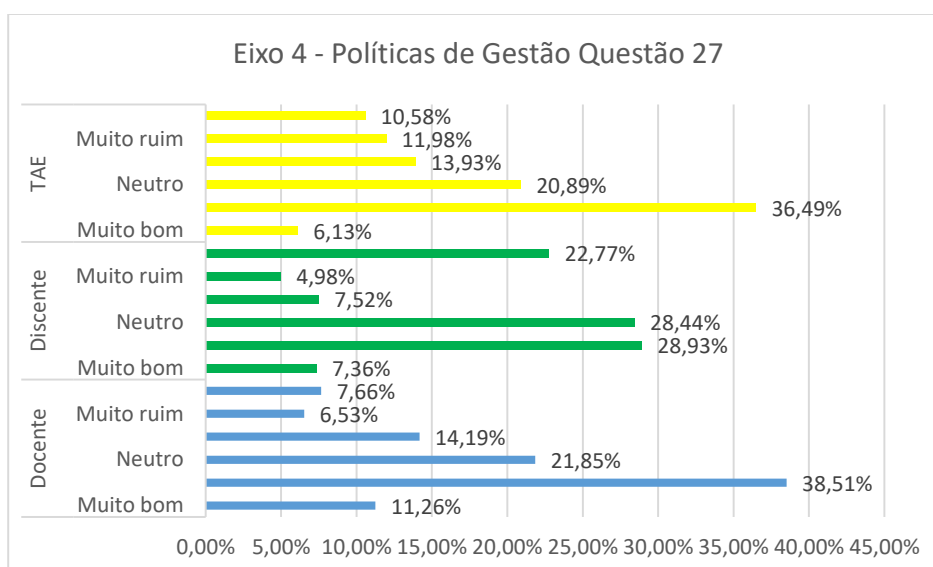
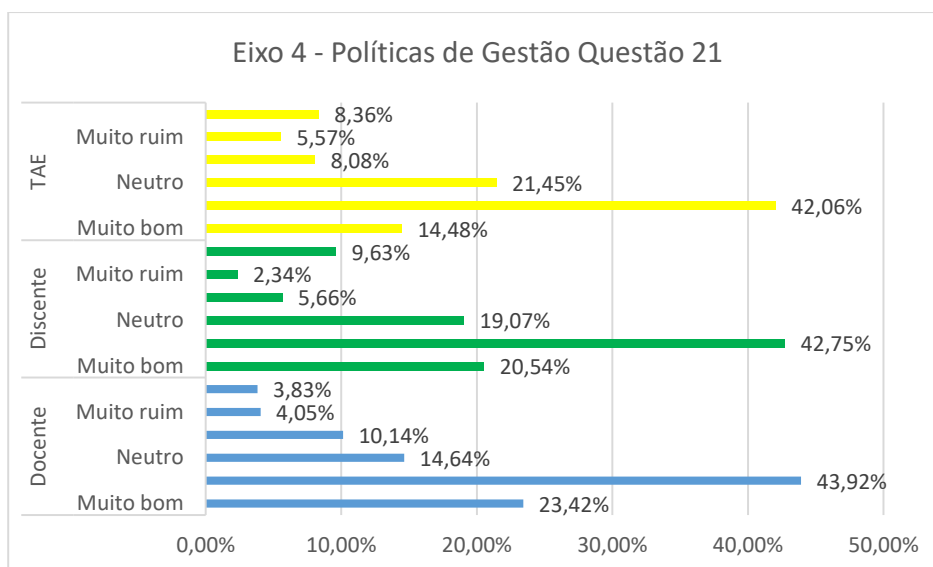


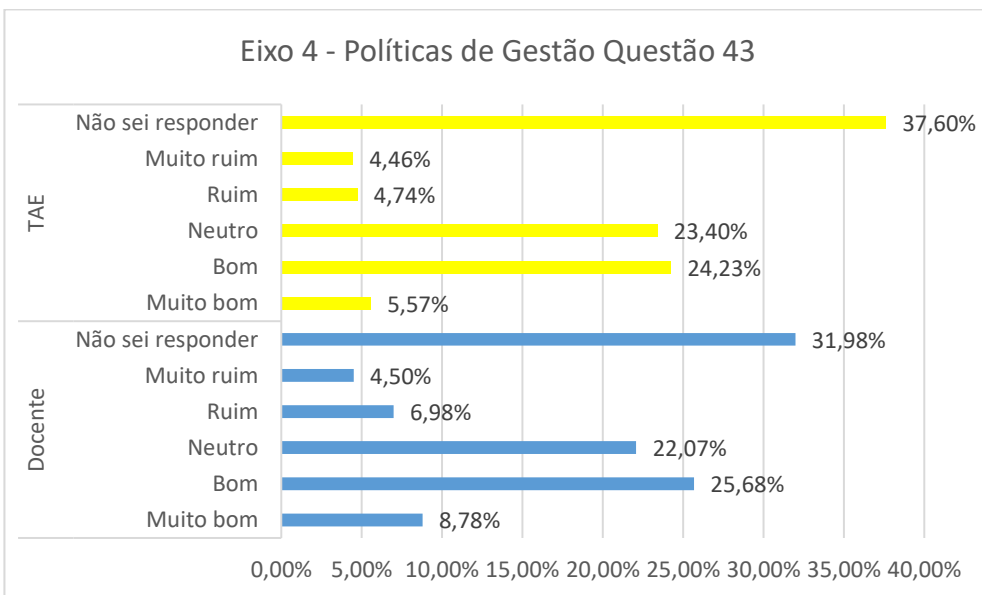
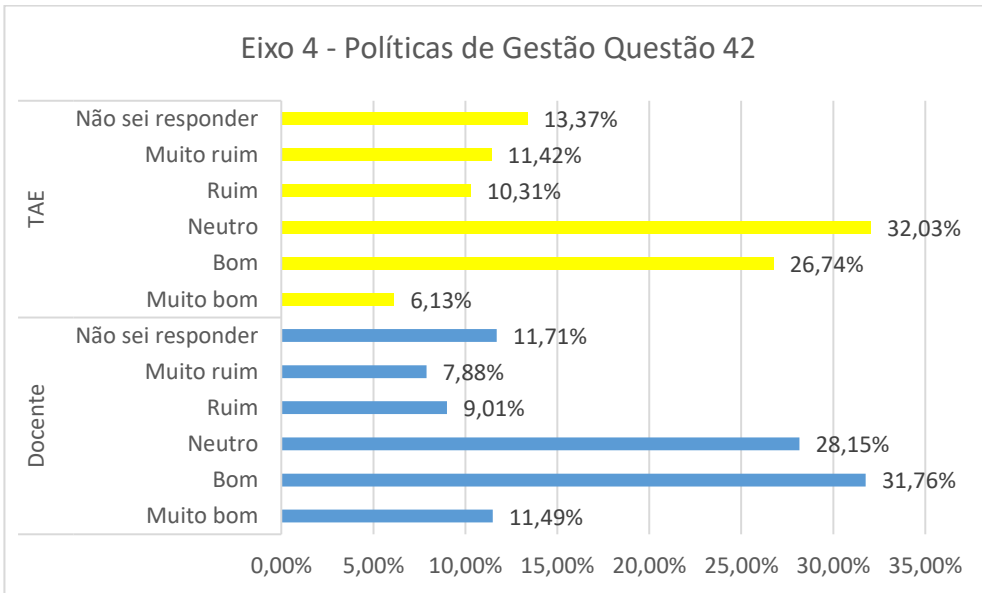
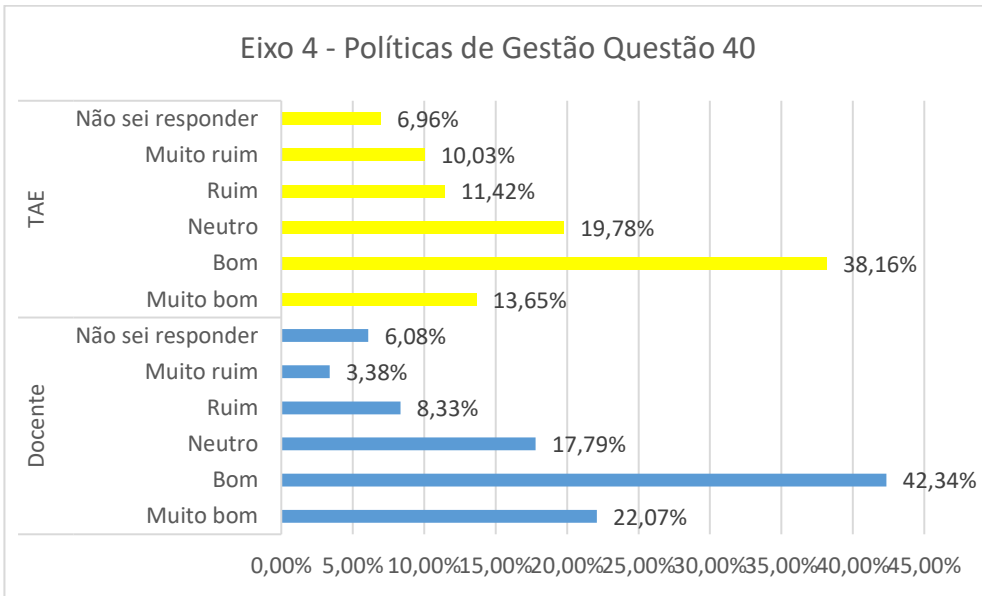


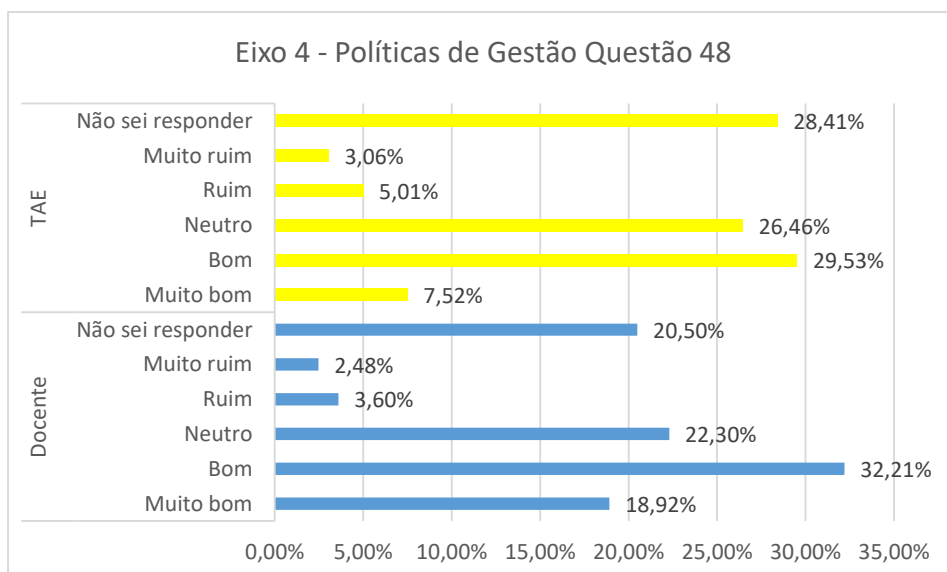
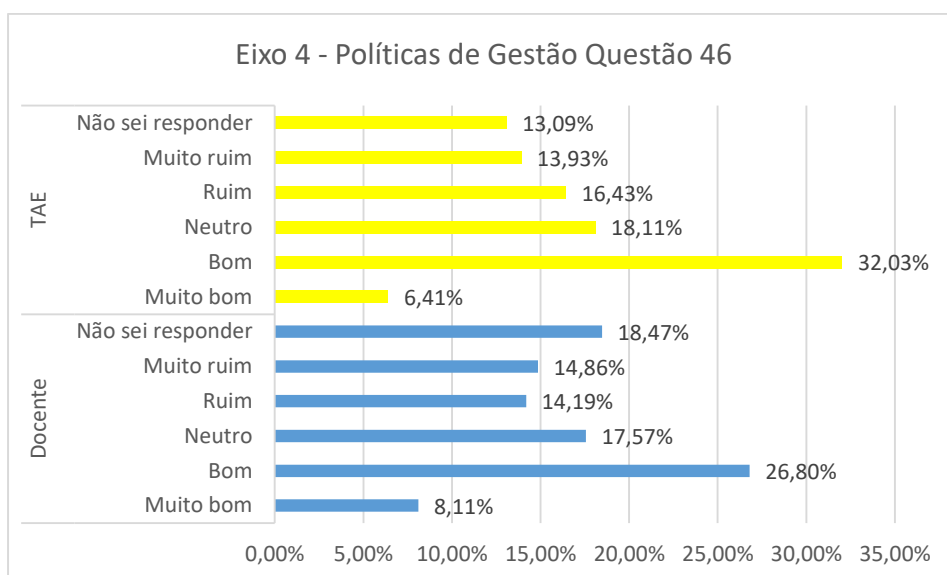
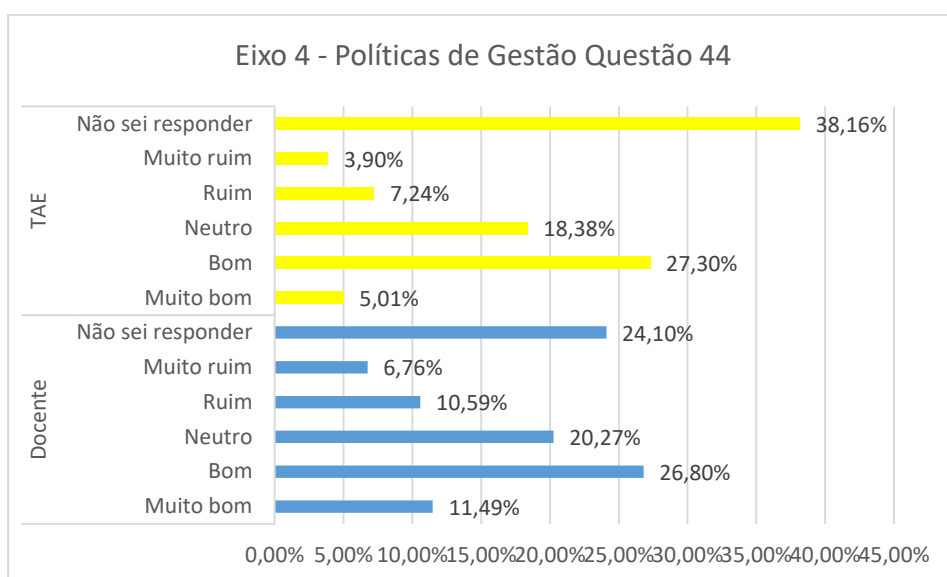




Eixo 4 – Políticas de Gestão







Eixo 5 – Infraestrutura Física

